

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

ELTON RODRIGO ROSA

SAMUEL BAILEY E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Varginha/MG
2018

ELTON RODRIGO ROSA

SAMUEL BAILEY E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Dissertação apresenta como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre pela Universidade Federal de Alfenas.

Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Orientação: Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen.

Co-orientação: Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi

Varginha/MG
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

R788s Rosa, Elton Rodrigo.

Samuel Bailey e a crítica da economia política / Elton Rodrigo Rosa. -
Varginha, MG, 2018.

143 f. -

Orientador: Henrique André Ramos Wellen.

Coorientador: Thiago Fontelas Rosado Gambi.

Dissertação (mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade
Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2018.

Bibliografia.

1. Economia. 2. Bailey, Samuel. 3. Marx, Karl, 1818-1883. I. Wellen,
Henrique André Ramos. II. Gambi, Thiago Fontelas Rosado. III. Título.

CDD – 330

ELTON RODRIGO ROSA

SAMUEL BAILEY E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

A banca examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 13/12/2018.

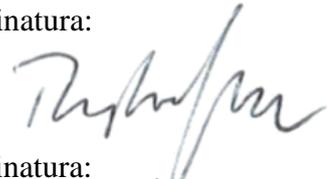
Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Assinatura:



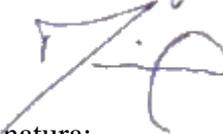
Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:



Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino
Universidade Federal de Ouro Preto

Assinatura:



Prof. Dr. Leonardo Gomes de Deus
Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura:



À minha avó Rosa, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a meus pais por tudo. Pelo apoio incondicional, e pelas lições passadas das mais diversas maneiras. Agradeço à avó Lourdes por tudo. Faço-o também às memórias do meu avô Carlos e de Maria Luiza, minha bisavó.

Agradeço ao prof. Henrique Wellen por ter aceitado orientar esse trabalho, e por ter entendido todas as situações conjunturais que surgiram ao longo da redação desse texto. Sempre um gosto tê-lo como parceiro de discussões, já há quase uma década – e eximo-o desde já, de qualquer responsabilidade pelos deslizes que poderão ser encontrados nesse texto.

Sou grato ao prof. Thiago Gambi pelo diálogo, já duradouro, e por participar pela terceira vez de uma orientação de um trabalho conclusivo de minha parte. Agradeço, principalmente, pela paciência, por ter me ajudado a estabelecer um tema para essa pesquisa.

Ao prof. Luiz Mafra que, quando do meu trancamento, contou comigo até o último instante em sua disciplina.

Agradeço ao prof. Daniel Cosentino, por ter sido sempre um grande incentivador a respeito da vida acadêmica, sempre solícito para tratar dos mais diversos temas. Agradeço também pela aceitação em ter participado da banca desse trabalho e pelas críticas feitas ao texto.

Agradeço ao prof. Leonardo de Deus pela participação na banca e pelos comentários construtivos.

Agradeço também ao prof. Luciano Martorano que participou da banca de qualificação. Ao prof. Roberto Pereira e ao prof. Marcelo Rezende por terem se disponibilizado à suplência da banca.

Ao prof. Alexandre Saes por ter me dado a primeira oportunidade de trabalhar com pesquisa, em regime de iniciação científica. Agradeço ao Prof. Weslley por sempre ter mantido o colegiado do PPGPS de portas abertas. Agradeço também ao coordenador do PPG-Economia da UNIFAL-MG, prof. Michel Marson pelo apoio.

Agradeço à Natália pela revisão atenciosa da formatação do texto e pela elaboração da ficha catalográfica. Agradeço também ao Marcel pela atuação solícita na secretaria do programa. Estendo o agradecimento a todos os funcionários da UNIFAL-MG, *campus* Varginha.

Aos colegas de jornada do PPGPS: Marcela, Leda, Luziânia, Marcel, Luiz Paulo, Alex Donizeti, Alex Trindade, Abigail, Eduardo e Frantz. E a todos os demais.

Agradeço à Marina, ao Gustavo, à Thayrine, ao Renan Serenini e família, ao Francisco, ao Rossi e ao Altirez. Estendo agradecimentos também à turma da Avallone Mania.

Agradeço à CAPES por ter me conferido bolsa que me permitiu dedicação exclusiva durante parte da minha estadia como mestrando no PPGPS.

À minha avó Rosa que deu as maiores demonstrações de força e coragem que já pude presenciar, mesmo diante de grandes adversidades. A ela, dedico esse trabalho.

RESUMO

Esse trabalho procura investigar de que modo a Economia Política de Samuel Bailey (1791-1870) foi recebida pela Crítica da Economia Política de Karl Marx (1818-1883). Bailey, um economista político inglês, teve como sua principal tarefa teórica a tentativa de revogar a teoria do valor trabalho de Ricardo, apresentando, em seu lugar, uma teoria do valor que oscila de fundamentos psicológicos até chegar a uma teoria da multicausalidade do valor. Para o autor, mais importante do que o fundamento do valor seria a sua identificação às formas pelas quais ele se expressa. Sua principal obra, a *Critical Dissertation*, data de 1827 quando estava em curso, no debate da Economia Política, a dissolução e vulgarização do ricardianismo. Marx, pelo menos desde 1857-58 se mostra um leitor de Bailey, inicialmente pelo seu texto sobre o dinheiro, *Money and its vicissitudes*, para depois passar ao estudo da *Dissertation*. A recepção de Bailey por Marx, como procuramos demonstrar, caminha desde uma leitura mais ou menos passiva acerca da teoria do dinheiro deste, passando pela avaliação das análises de Bailey contra Ricardo, para chegar, finalmente, a dois problemas fundamentais de *O Capital* de forma crítica: a forma valor e o fetichismo da mercadoria.

Palavras-chave: Samuel Bailey. Karl Marx. Economia Política. Crítica da Economia Política. Forma Valor.

ABSTRACT

This dissertation seeks to investigate how the Political Economy of Samuel Bailey (1791-1870) was absorbed by the Critique of Political Economy of Karl Marx (1818-1883). Bailey, an English political economist, had as its main theoretical task the attempt to revoke the labour-value theory of Ricardo, posing in its place, a theory of value that fluctuates from psychological foundations until ending up in a multicausal-value theory. According to Bailey, the equalization of the value and the forms in which it expresses itself would be more important than the foundation of the value content. His main work, the *Critical Dissertation*, was published in 1827, when the dissolution and the vulgarization of the ricardianism was taking place in the debate of Political Economy. Marx, at least since 1857-58, has been reading through the works of Bailey, starting by his work on money, *Money and its vicissitudes*, from which he passed to the study of the *Critical Dissertation*. As we tried to demonstrate, the reception of Bailey by Marx passed from a relatively passive reading on his texts on money, going through the examination of Bailey's analyses against Ricardo, towards two fundamental issues of *Capital*, critically: the value-form and the commodity fetishism.

Keywords: Samuel Bailey. Karl Marx. Political Economy. Critique of Political Economy. Value-Form.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DAVID RICARDO, O RICARDIANISMO E SEU DECLÍNIO	13
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO	13
2.2	CONTEXTO TEÓRICO	16
2.3	RICARDO: A ECONOMIA POLÍTICA DO CONFLITO	20
2.4	VALOR E MEDIDA DE VALOR EM RICARDO.....	23
2.5	O DECLÍNIO RICARDIANO	27
3	A ECONOMIA POLÍTICA DE SAMUEL BAILEY.....	32
3.1	O PRINCÍPIO DO VALOR RELATIVO	33
3.2	SALÁRIOS, LUCROS E A NEGAÇÃO DO CONFLITO DISTRIBUTIVO .	42
3.3	A TEMPORALIDADE, A MEDIDA, E AS ALTERAÇÕES DE VALOR.....	49
3.4	PADRÃO E MEDIDA DE VALOR	53
3.5	VALOR E RIQUEZA	60
3.6	AS CAUSAS DO VALOR.....	63
3.7	A TEORIA DO DINHEIRO.....	78
4	SAMUEL BAILEY E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA	81
4.1	GRUNDRISSE (1857-1858)	81
4.2	PARA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA (1859)	88
4.3	MANUSCRITO ECONÔMICO (1861-63).....	92
4.4	TEORIAS DA MAIS-VALIA (1862-63).....	97
4.5	O CAPITAL (1867-1890)	112
4.6	ENSAIOS SOBRE A TEORIA DO VALOR DE MARX – RUBIN (1924)..	124
4.7	KOJIN KARATANI (2003)	131
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
	REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

Quando se incumbiu de narrar a história de Hans Castorp, o narrador de *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, fez questão de não atribuir ao personagem nenhuma qualidade que fosse acima de simpático, considerando-o mesmo como uma figura simplória. E a vida do personagem que seria narrada ao longo do romance, segundo o próprio narrador, não seria merecedora de ser contada por conta de suas escassas qualidades pessoais, mas pelo apego do narrador à história do jovem, que era considerada, por aquele que a contava, como digna, no mais alto grau, de ser relatada. A favor do singelo Hans Castorp, contudo, estaria o fato de que essa história seria dele; e que não seria qualquer história que se passaria na vida de qualquer pessoa.

Talvez haja um paralelo entre a trajetória de Castorp e de Samuel Bailey (1791-1870)¹, se formos levar em conta o tratamento dado ao autor pela ampla maioria dos manuais de história do pensamento econômico. Na visão desses compêndios, ele seria um simplório economista político, que não consta no panteão dos grandes nomes do pensamento econômico. Vários desses manuais sequer se ocupam com as ideias do autor. Mesmo um de seus maiores entusiastas, como Schumpeter (1954), lamenta o fato de sua obra não ser celebrada como um exemplo de crítica econômica. Contudo, tal como no romance de Thomas Mann, essa dissertação não terá a teoria de Bailey como parte do objeto de sua discussão por conta das qualidades teóricas de seu autor, a qual tem alguns importantes méritos, não reconhecidos pelos manuais. Bailey é trazido à discussão aqui por conta do impacto que teria, supostamente, provocado na construção de teorias basilares da Crítica da Economia Política, fundada por Karl Marx, e que encontrou sua expressão máxima na quarta edição de *O Capital*. E daí o objetivo central do texto que vai se ler: avaliar de que maneira a concepção teórica de Bailey, ao ser absorvida por Karl Marx, afetou a Crítica da Economia Política em dois de seus pontos fundamentais: a teoria do fetichismo da mercadoria e da forma valor. Para atingir a esse objetivo, procuramos percorrer nesse texto a estrutura que se segue.

Em primeiro lugar, pelo fato de Bailey não ser um pensador no vácuo, procuramos contextualizar suas intenções diante de um contexto histórico e teórico existente. Esse é

¹ Samuel Bailey (1791-1870) é natural de Sheffield. Publicou suas primeiras obras em filosofia a partir de 1821, e transitaria, na mesma década, para temas mais econômicos. Sua *A Critical Dissertation on the Nature, Measure and Causes of Value* apareceu em 1825. Sua obra econômica, literária e filosófica se estenderia até 1866. Bailey também foi empresário de relativo sucesso tanto no comércio, quanto no setor de serviços, além de engenharia e de finanças. Teria deixado um legado de £100.000 após falecer e ser enterrado na mesma Sheffield, onde nascera (RAUNER, 1961).

o objeto do capítulo que se segue imediatamente, o mais conciso dessa dissertação. Procuramos demonstrar de que maneira o processo histórico de vulgarização do ricardianismo ofereceu espaço às críticas a David Ricardo. Bailey desde o início se posicionaria, abertamente, como um crítico a Ricardo. Por isso, fomos forçados também a resgatar, no referido capítulo, algumas das ideias centrais de Ricardo que seriam objeto da crítica de Bailey. Isso, sem qualquer pretensão de abarcar parte significativa do pensamento do autor dos *Princípios de Economia Política e Tributação*.

Contextualizado o problema, passamos ao nosso capítulo de número 3, que seria a tentativa de se expor, com a maior precisão possível, as ideias de Bailey. Ideias essas que giravam em torno dos seguintes eixos: o princípio relativista do valor, a negação de conflitos distributivos, o problema da temporalidade do valor, a questão do padrão e da medida de valor, sua concepção de valor e riqueza, as causas do valor, e finalmente, de forma bastante resumida, suas concepções posteriores sobre o dinheiro. Sempre que consideramos necessário, expomos já nesse capítulo confrontos potenciais que poderiam se dar com a Crítica da Economia Política, de modo a deixar o leitor preparado acerca dos pontos vindouros no capítulo seguinte, e para que pudesse avaliar, se justas ou não, as nossas intenções com tais comentários.

O capítulo de número 4 é o da recepção de Samuel Bailey pela Crítica da Economia Política. Em certa medida essa análise tem um caráter filológico ou catalográfico – por mais que um tal procedimento seja dotado de limitações –, porque procura mostrar, ao longo de diferentes textos, como se modificou a análise que Marx possuía sobre Bailey à medida em que sua própria teoria se desenvolvia. Ali, para além da exposição dos textos marxianos, também procuramos incorporar algumas das concepções de Isaak Rubin e Kojin Karatani – autores importantes que procuraram destacar a importância da obra de Bailey. O tom do capítulo é dado pela análise da recepção que Marx faz a Bailey, mas também, procurando explorar potenciais consequências de determinados temas ali presentes. Por vezes, avaliamos criticamente também, como o autor de *O Capital* tratou ou não com rigor algumas das ideias baileyanas.

Finalmente, nas considerações finais, procuramos sintetizar as questões principais recolhidas ao longo da exposição, avaliando seus resultados e proposições, e buscamos situá-la como fundante para o debate moderno, muito mal resolvido, sobre o quão Marx teria sido capaz ou não de resolver o problema da forma valor. Indicamos também que essa não teria sido a via única pela qual um tal debate poderia ter se formado, mas, como

a história, em retrospectiva, nos mostra uma única direção tomada pelos fatos, é essa trajetória que efetivamente se impôs.

2 DAVID RICARDO, O RICARDIANISMO E SEU DECLÍNIO

No período compreendido entre 1815 e 1848, Ricardo dominou o pensamento econômico inglês (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005). Isso não significa, contudo, que essa dominância tenha se dado no sentido segundo o qual não houvesse nenhuma polêmica contra o grande economista político. Por mais que o termo ‘*pax ricardiana*’, tenha sido evocado no período, nem os discípulos de Ricardo, no curso das discussões, seguiram de maneira unânime os ensinamentos de seu mestre. Cada um deles, no período, prosseguiu adicionando aqui ou ali os seus próprios pontos de vista no interior da discussão (RONCAGLIA, 2005). Portanto, contrariamente à tese da *pax*, durante esse período, grandes debates foram levados a cabo, e os mais diferentes pontos de vista políticos e teóricos no interior da Economia Política surgiram nesse contexto. A posição central de Ricardo nesse período, “pelo menos na Grã-Bretanha, devia-se exclusivamente ao fato de que nenhum economista poderia ignorar o seu pensamento; ou antes, que ninguém era capaz de definir sua própria posição sem se referir à de Ricardo” (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 100).

Por isso, se quisermos expor e avaliar a obra de Samuel Bailey, produzida a partir da década de 1820, e sua recepção pela Crítica da Economia Política, é fundamental que entendamos o contexto teórico no qual seu trabalho foi produzido. Sem essa compreensão, as ideias de qualquer autor deixam de fazer sentido, posto que sempre se orientam para debates a eles contemporâneos. E é justamente no contexto da reação a Ricardo e ao ricardianismo que a obra de Bailey se encontra. Assim, um delineamento mínimo acerca das principais ideias de Ricardo é uma operação incontornável. Evidentemente que aqui não se busca expor todas as suas ideias e conclusões, porque esse não é o enfoque do presente trabalho. Em seguida, como a obra de Bailey é uma reação também ao ricardianismo, e em alguma medida participa do processo que é parte do seu declínio, será também realizada uma breve exposição acerca desse processo. É a partir da análise dos autores da decadência do ricardianismo que Bailey e outros são incorporados pela Crítica da Economia Política.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

O contexto no qual a obra de David Ricardo (1772-1823) foi produzida, bem como o período no qual os seus trabalhos tiveram uma significativa dominância no pensamento econômico foram bastante conturbados, tanto na Grã-Bretanha, quanto

internacionalmente, abarcando toda a Europa. Os pouco mais de trinta anos que separam as revoluções de 1848 do Congresso de Viena, realizado em 1815 seriam cruciais para a história. Um período de profundas mudanças econômicas e sociais, aliadas a fortes crises políticas (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005). Esse período, que de acordo com Screpanti e Zamagni (2005), ficou conhecido como a “Era da Restauração”, recebeu essa denominação porque foi uma janela histórica marcada por conflitos nos quais uma clara crise histórica se manifestava. As forças aristocráticas tentavam, nessa época, restaurar a ordem tradicional absolutista, já quando a “Revolução Industrial estava definitivamente corroendo as bases econômicas daquela ordem” (id., 2005, p. 90). Conviviam nesse período, o que fez com que essa etapa recebesse aquela denominação, dois fenômenos que contrastavam curiosamente: uma grande estabilidade nas relações internacionais europeias, ao mesmo tempo em que nos países internamente mais severamente atingidos pelos movimentos absolutistas, reinava um estado de guerra civil quase permanente.

O conflito, na Inglaterra, assumiu características especiais com relação ao continente. Não se pode dizer que o país seja o que mais tenha sido acometido pela violência dessa era revolucionária. O sistema político da Inglaterra era baseado em partidos de três tendências principais: um reacionário, um liberal e um democrático. Cada um dos três partidos seria sustentado por uma base social diferente, seguindo mais ou menos, as classes sociais definidas na literatura da Economia Política, em especial na obra de Adam Smith: os proprietários de terra, a burguesia e o proletariado (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005).

Durante uma primeira fase dessa janela histórica, que se situava entre os anos de 1815 e 1830, constitui-se a chamada Era da Restauração em sentido estrito. Nessa época o poder estava de maneira sólida na mão das forças reacionárias. Contra essa aliança, se formou uma união entre os *Whigs* – o partido liberal, e à época progressista – e os radicais na Inglaterra. Essa união obteve uma vitória eleitoral na Inglaterra nos anos de 1830, o que mudou radicalmente a cena política no país, e por isso, as suas relações internas de poder. Na Inglaterra, a primeira manifestação marcante dessas transformações ocorreu quando da reforma eleitoral de 1832, que aboliu distritos eleitorais escassamente habitados, que faziam com que os proprietários rurais fossem muito mais representados do que os políticos baseados nos centros urbanos, portanto, representantes da burguesia e do proletariado. Além do mais, o número de eleitores elevou-se de 500.000 para 813.000 no mesmo ano (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005).

No campo da economia, da política econômica, e porque não, do conflito de classes, essa transição do poder conservador para a burguesia progressista se manifesta

no mais importante e sintomático debate econômico ocorrido no país durante o período: aquele que tratava das leis dos cereais. Leis protecionistas que visavam evitar que a concorrência da agricultura estrangeira de cereais, a essa época já demonstrando ser mais produtiva do que a inglesa, arruinasse os produtores locais que eram os grandes proprietários de terra. Essas leis que foram promulgadas em 1816 e revogadas definitivamente em 1846 possuem uma curiosa coincidência temporal com o período no qual a teoria ricardiana foi a predominante na Inglaterra. Por isso, Screpanti e Zamagni (2005) afirmam, com segurança, que em termos de teoria econômica o período da vigência dessas leis pode ser entendido como sendo a Era de Ricardo. Foi bem no início desse período, em 1815, que David Ricardo iniciou sua produção teórica mais madura com um ensaio sobre a influência do preço dos cereais sobre os lucros do capital. Ricardo (2004b) já tomava claramente o partido da burguesia nesse momento, e denunciava que as leis protecionistas tinham como efeito aumentar o preço do cereal e conseqüentemente comprimir os lucros dos industriais. Até a data da promulgação daquelas leis, de acordo com Saes, F. e Saes, A. (2013) havia uma certa congruência de interesses entre o desenvolvimento industrial e o setor agrícola da economia. O crescimento industrial fazia com que as cidades fossem progressivamente mais habitadas – também à medida em que a tecnologia permitiu que as fábricas se afastassem dos cursos d’água, que os utilizavam como sua força motriz principal. Esse crescimento populacional elevava a demanda por alimentos do setor industrial, e não somente isso: também havia o crescimento de uma demanda por matérias primas. Esse segundo ponto, de acordo com Saes F. e Saes A. (2013), contudo, não era exatamente o caso da Grã-Bretanha, porque a principal matéria-prima de sua indústria era o algodão importado. Os alimentos sim, em especial o trigo, eram adquiridos junto aos produtores rurais nacionais.

Na Inglaterra, também havia uma estabilidade entre os interesses dessas duas classes. No século XVIII, segundo os mesmos autores, ainda prevaleceria uma tradição mercantilista na Inglaterra. As manufaturas britânicas eram protegidas também por barreiras tarifárias contra potenciais concorrentes de outros países. Da parte da agricultura, na primeira metade do século XVIII as terras do país eram capazes de produzir cereais não somente para o abastecimento da população local, como também para a exportação dos seus excedentes. Na segunda metade desse mesmo século, a tendência começa a se inverter. O crescimento da população, a industrialização e a urbanização fizeram com que esses excedentes exportados passassem a serem vendidos no próprio país. Como existe, a partir de então, uma pressão de demanda, os produtores agrícolas podem impulsionar a sua acumulação. O preço de mercado dos cereais, durante

essa época, sobe, e traz novos benefícios, desse modo, para essa classe de proprietários. As Leis dos Cereais são então promulgadas para que esse nível mais alto de remuneração, por eles obtido, não seja afetado por eventuais importações de grãos mais baratos do que os produzidos e vendidos no país. Assim, pode ser mantido o preço em que podem manter seus ganhos agora mais elevados. As importações de cereais eram permitidas, e até necessárias, mas apenas autorizadas quando os níveis de preço ultrapassassem um certo patamar. A consequência das Leis dos Cereais, portanto, não era apenas a de garantir os ganhos do setor agrícola, mas impor ao restante da sociedade um custo maior do que teria caso as importações fossem liberadas. O resultado final, era um conflito mais imediato entre aqueles que produziam os grãos e os seus consumidores, especialmente os trabalhadores (SAES, F; SAES, A., 2013). Esse conflito reverberava na classe capitalista, porque pelo fato de os cereais estarem, potencialmente, com um preço mais elevado, era obrigada a fazer frente com salários mais elevados, caso contrário a força de trabalho do país poderia perecer, produzindo como resultado final a redução de sua lucratividade por deterioração dos trabalhadores.²

A expressão política desse conflito entre a burguesia e os proprietários rurais, de acordo com Screpanti e Zamagni (2005), se dava nas lutas pelo controle do Parlamento. E o significado econômico amplo dessa questão era o de se decidir se a Inglaterra deveria permanecer como uma economia agrícola ou avançar em direção a se tornar uma economia industrial, impulsionando assim o ritmo do seu crescimento. É exatamente nessa arena onde o pensamento de Ricardo se insere. Ricardo tomava o ponto de vista da burguesia industrial e tinha como seu principal oponente Malthus, que era defensor e porta-voz teórico dos grandes proprietários rurais. As obras principais desses autores foram publicadas, respectivamente, em 1817, a de Ricardo e 1820 a de Malthus. Embora obras produzidas com intuito de provar ou de sustentar ideias que apontavam para direções diferentes, elas tinham uma base de questões comuns, que as permitia dialogar e tornavam possível o debate.

2.2 CONTEXTO TEÓRICO

² "Se os cereais podem ser importados mais baratos do que cultivados naquela terra superior, a renda irá cair e os lucros irão crescer, e outra e melhor circunscrição de terra irá, agora, ser cultivada somente com vistas ao lucro. Em cada passo do nosso progresso, os lucros do capital aumentam e as rendas caem, e mais terra é abandonada: além de o país poupar toda a diferença entre o preço no qual os cereais podem ser cultivados, e o preço em que podem ser importados, na quantidade recebida do exterior" (RICARDO, 2004b, p. 39).

A obra de Ricardo, como de toda a Economia Política posterior a Adam Smith, baseia-se na visão trazida de sistema econômico trazido pela obra desse último, *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776. Aos autores que sucediam a Smith, “o terreno já estava dado: eles deveriam – negativa ou positivamente – referir-se a Smith, sem que se sequer fossem capazes de se aproximar da sua ubiquidade” (HEINRICH, 2014, p. 46). Isso, contudo não invalida a importância de Ricardo como pensador. Pelo contrário, foi justamente por partir do sistema de Smith e da adaptação promovida às suas circunstâncias e debates que lhe eram contemporâneos, o que lhe permitiu obter toda a proeminência de que desfrutou. E, também, por ter sido capaz de representar teórica e praticamente os interesses da burguesia progressista de sua época. As diferenças entre os dois autores se situariam, principalmente, no modo de construir a análise. Smith, na sua construção teórica, tentou sempre estabelecer uma visão multifacetada dos aspectos dos diversos aspectos da realidade econômica. Sempre procurando, ao mesmo tempo, analisar os fatores mais importantes em jogo, porém em contínua referência aos outros elementos que fazem parte do seu todo ou do seu plano de fundo. Ricardo, por sua vez, tinha um olhar mais analítico, que fazia com que ele,

[...] com uma necessidade inata pelo rigor lógico e pela precisão, que o levava a desenvolver uma construção analítica cortada com um machado, mesmo ao custo de excluir da análise qualquer coisa considerada não-relevante para o problema em questão. (RONCAGLIA, 2005, p. 182).

Ricardo³, assim como Smith, entendia que a sociedade era baseada na divisão do trabalho, com três classes sociais – os trabalhadores, os capitalistas e os proprietários rurais –, às quais correspondiam as fatias do produto anual sob a denominação de salários, lucros e rendas e dois setores econômicos, a manufatura e a agricultura. De outro, logo no famoso prefácio de *Princípio de Economia Política e Tributação*, pode-se, de acordo com Coutinho (1990) visualizar também de que maneira Ricardo promoveria uma ruptura com relação aos cânones da Economia Política. Desse modo, Ricardo não seria apenas um continuador do Smith: o teria como referência, mas guiaria a Economia Política para uma outra direção. A seguinte passagem de Ricardo (2004) resume bem os dois aspectos:

O produto da terra – tudo que é obtido de sua superfície pela aplicação conjunta de trabalho, maquinaria e capital, é dividido entre três classes da comunidade; a

³ Ou, segundo a visão de Coutinho (1990, p. 187): “Ricardo, de certo modo, autonomizou a economia política em relação à realidade, não no sentido de que o sistema deixasse de ter em vista os fatos econômicos concretos e mesmo as questões emergentes na conjuntura, mas no sentido de que o sistema era geral, suas leis podendo ser deduzidas de um número restrito de hipóteses. A mudança de enfoque, portanto, representou uma efetiva transformação na metodologia da economia política, com consequências que interferiram decididamente na controvérsia econômica da época e se propagaram muito além”. Mesmo Bailey (1825, p. 18), que é decididamente um opositor de Ricardo, não deixa de observar as capacidades analíticas e metodológicas de Ricardo: “O senhor Ricardo possuía notáveis capacidades lógicas”.

saber, o proprietário da terra, o dono do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores, que o cultivam com sua indústria.

Porém, em diferentes estágios da sociedade, as proporções da totalidade do produto da terra que será distribuído a cada uma dessas classes, sob o nome de renda, lucro e salários, será essencialmente diferente; dependendo principalmente da fertilidade real do solo, da acumulação de capital e população, e da habilidade, engenhosidade e instrumentos empregados na agricultura.

Determinar as leis que regulam essa distribuição, é o principal problema da Economia Política (RICARDO, 2004, p. 5).

Essa mudança de direção da Economia Política proposta por Ricardo é algo fundamental para compreender a sua construção sistemática e as teses que o autor sustenta. De acordo com Coutinho (1990), esse prefácio indica expressamente que o principal problema da Economia Política de Ricardo se direcionou para a questão das leis que regulam a distribuição do produto entre as classes da sociedade. Implicitamente, portanto, há uma discordância com a colocação do problema fundamental da Economia Política em Adam Smith. O filósofo escocês se colocou como objeto de investigação as origens e as causas da riqueza das nações (COUTINHO, 1990)⁴. Se se procura pensar a obra dos dois autores em função do estágio histórico em que se localizavam, é de se entender que essa determinação do objeto principal da Economia Política que produziram não é fortuita ou acidental, e nem tampouco provém de eventuais caprichos intelectuais dos autores. A teoria produzida por Adam Smith ainda era direcionada contra os pensadores mercantilistas. Uma obra de estabelecimento da visão científica do liberalismo progressista de sua época. Smith (1937) estava preocupado em fundamentar que a opulência da nação viria com o liberalismo comercial, com a livre iniciativa e, portanto, com a busca pelo próprio interesse individual. Ele possuía, segundo Heinrich (2014), além de tudo uma visão naturalista da Economia. Se para Smith (1937), como consta na última nota de rodapé, a distribuição era dada por leis naturais, no que respeita ao desenvolvimento das forças produtivas, as leis que as determinam também teriam uma origem naturalista, segundo considera o mesmo Heinrich (2014). Portanto, o progresso se faria sentir caso de essas leis naturais de desenvolvimento fossem deixadas com o máximo grau possível de liberdade. Quanto à distribuição, se há leis naturais que a regulam, cabe apenas descobri-las, reservando para elas um espaço secundário em sua análise.

⁴ Smith (1937) considera também a questão da distribuição em sua análise, afinal tratava-se de um sistema de Economia Política muito amplo. Contudo, esse estava longe de ser o centro de suas preocupações, sendo-lhe um objeto secundário. O objetivo principal está inteiramente, de acordo com o que Coutinho (1990) nos ensina, na preocupação com as causas da opulência da nação. "As causas desse melhoramento, nas forças produtivas do trabalho, e ordem, segundo a qual, o seu produto é naturalmente distribuído entre os diferentes níveis e situações dos homens na sociedade" (SMITH, 1973, p. 57).

À época de Smith, contudo, o conflito acima referido, que teve como sua expressão principal o processo que levou da promulgação à revogação das Leis dos Cereais, estava longe de se tornar manifesto, pelo contrário, havendo segundo a Saes, F. e Saes, A. (2013) até uma certa coincidência entre os interesses das diferentes classes sociais. Contudo, à época de Ricardo a situação deixa de ter essas características. Se o conflito não é exatamente aberto em sua época, coloca-se de maneira firme pelo menos no debate em torno dos rumos da economia inglesa, tanto no plano teórico, quanto no político. Ricardo, por isso, modifica o interesse principal da Economia Política: busca entender como se fundamenta a distribuição do produto entre as diferentes classes. Ricardo advoga que uma determinada classe é mais industriosa do que outra – especificamente em seu ponto de vista, os capitalistas industriais com relação aos proprietários fundiários. Ao fazê-lo, acaba por afirmar que quanto mais a acumulação desse grupo for impulsionada⁵, tanto mais será possível que a riqueza aumente no país, e que, portanto, as demais classes também possam se beneficiar indiretamente desse aumento.

Ricardo ao deslocar, desse modo, a problemática da opulência em favor da questão da distribuição, transita por consequência da questão geral da riqueza para a questão específica do valor. De acordo com Coutinho (1990), Ricardo avaliou o esforço de Adam Smith em produzir uma teoria do valor com referência à riqueza, ao trabalho, e à sociedade capitalista, como uma confusão entre riqueza e valor. Riqueza para Ricardo seria, segundo Coutinho (1990), apenas profusão de mercadorias, e o valor diferiria da riqueza, porque dependeria não de abundância, mas apenas da dificuldade ou facilidade de produção.⁶ Assim, a pesquisa em Economia Política com Ricardo deixaria de direcionar seu foco às condições de produção de riqueza, se direcionando, antes, para a análise da distribuição e consequentemente do valor.

Segundo o mesmo pesquisador, ao inflexionar a investigação, Ricardo coloca a Economia Política em uma direção que permitiria que fosse avaliada como sendo um campo geral e unificado do conhecimento. O valor é uma categoria que, ao ser colocada como central ou na base de um sistema econômico, acaba possibilitando, com mais ou menos sucesso, a integração entre suas diversas temáticas particulares. Esse procedimento, de acordo com Coutinho (1990), assegurou a Ricardo a capacidade de construir um sistema sólido e duradouro. Particularmente, porque no contexto em

⁵ Porém tratada de maneira secundária. “A teoria da acumulação transformou-se em simples decorrência do princípio de determinação de taxa de lucros” (COUTINHO, 1990, p. 188).

⁶ Como também será visto adiante, essa é a principal tese contra a qual Bailey (1825) se pronunciará contra Ricardo.

questão, segundo afirma o autor, a temática do valor-trabalho já perdia progressivamente a autoridade. “Ricardo, um firme adepto da proposição de que os preços são determinados pelos custos de produção, via com preocupação o grau de difusão alcançado pela antiga ‘verdade prática’ de que os preços se determinam por oferta e demanda” (COUTINHO, 1990, p. 189). Por isso, a existência em Ricardo de temáticas como distinção entre preço natural e preço de mercado, o que revela a suposição de uma existência intrínseca do valor às mercadorias, tomam postos centrais em seu sistema. Ao mesmo tempo em que são os alvos principais, como vai se ver, de seus adversários, em particular Bailey (1825).

2.3 RICARDO: A ECONOMIA POLÍTICA DO CONFLITO

Ricardo, de acordo com Roncaglia (2005), trata os lucros como sendo um resíduo. A diferença entre o resultado obtido com a venda de um determinado produto e o esforço necessário para obtê-lo: o gasto com meios de produção e com a subsistência dos trabalhadores. Assim, determinar de onde provém o valor dos meios de produção e especialmente da subsistência dos trabalhadores é algo fundamental no sistema ricardiano. Daí também sua preocupação referente ao problema da distribuição: o lucro em sua visão, a partir dessa simples afirmação, é passível de ser visualizado com referência no conflito distributivo latente entre as classes sociais. Assim, embora não seja nosso foco central aqui, porque queremos descrever mais especificamente a teoria do valor de Ricardo naquilo que é especificamente criticada por Bailey (1825), é impossível esclarecer o problema sem referências à sua teoria da renda da terra. Afinal de contas, ela tem um papel primordial na definição do valor da subsistência dos trabalhadores: desse modo, é ela o ponto de contato entre os interesses da classe dos industriais e dos proprietários rurais.

De acordo com Screpanti e Zamagni (2005), a teoria da renda em Ricardo já aparece em 1815, exatamente no calor dos debates sobre a promulgação das Leis dos Cereais. Ricardo entra em meio a uma polêmica com outros panfletos publicados à época, por autoria de Robert Torrens, Edward West e Malthus. Segundo Hunt e Lautzenheiser (2011), a interpretação de Ricardo sobre o fenômeno se basearia em uma definição e duas assunções. A definição da renda da terra seria, conforme os autores, a porção do produto da terra que é paga ao seu proprietário pelo seu uso. Ricardo assumiria as seguintes questões para complementar seu ponto de partida: primeiro, que as terras teriam fertilidades diferentes e que poderiam ser arranjadas em uma ordem segundo a sua

fertilidade, da mais à menos fértil; segundo, a competição sempre igualaria a taxa de lucro entre os capitalistas agrários que arrendavam as terras dos proprietários.

A sociedade chegaria a esse resultado através do seguinte mecanismo: o crescimento populacional e a demanda por matérias primas e alimentos daí derivadas, fariam com que toda a terra fértil de uma determinada localização fosse progressivamente ocupada. À medida em que se ocupa novas terras, a tendência é que essas sejam menos férteis, uma vez que se espera que as mais férteis tenham sido ocupadas anteriormente. Ao se ocupar terras de menor qualidade, é necessário que frações adicionais de capital sejam aplicadas nessas terras, comparativamente às mais férteis. Essas aplicações de capital, contudo, obterão rendimentos decrescentes, em comparação com as anteriores. “A taxa de lucro inferior lograda pela última fração de capital aplicada, regulará a taxa de lucro da agricultura e a taxa geral do sistema econômico”. (COUTINHO, 1990, p. 190).

A renda da terra, portanto, forma-se como um resíduo. A aplicação de capital em novas faixas de terra faria com que o lucro específico desses arrendatários ou capitalistas rurais decrescesse. Entretanto, não é o que acontece, pois para Ricardo (2004) há a formação de uma taxa de lucro média na economia. Portanto, o lucro daqueles que produzem em terras mais férteis deverá decrescer. Entretanto, considerada a maior produtividade desse lote, haverá um excedente diante daquele lucro agora tornado menor. Quanto mais significativo for o decréscimo do lucro, maior será a renda da terra. Além do mais, “a criação da renda subtrai aos lucros, e nada acrescenta ao produto”. (COUTINHO, 1990, p. 191). E desse modo, fica estabelecida, na visão de Ricardo uma questão fundamental do seu pensamento e do direcionamento político anteriormente referido, conferido à sua obra. A renda diferencial, que é determinada pela diferença entre o produto obtido pelo uso de duas quantidades iguais de capital e trabalho em terras diferentes, reduz tendencialmente a taxa de lucro. Essa tendência somente pode ser contrabalançada por quedas nos salários reais, que são provenientes da melhoria da agricultura ou da importação de grãos de forma a evitar o uso das terras menos produtivas. Contudo, demonstrar a questão apenas desse lado não é suficiente. Ricardo (2004) não deve justificar a sua defesa da importação de grãos apenas pelos efeitos causados pela criação de rendas na agricultura. Deve, também, demonstrar como os lucros se formam dentro do processo de produção em geral. E por isso, ele é compelido à análise específica do lucro, e assim, do valor.

A investigação ganha contornos de grande importância porque para Ricardo (2004) trata-se de, a partir da análise do valor, compreender logicamente o conflito existente na sociedade. O autor, de um lado, sabe que o valor dos salários pagos aos

trabalhadores se relaciona com o setor agrícola, uma vez que esse setor é aquele que fornece aos trabalhadores, particularmente os industriais e urbanos, os alimentos necessários para sua reprodução. Ricardo (2004) afirma, de outro lado, que os aumentos nos salários causados por uma agricultura de baixa produtividade, não constituem parte do valor do produto a ser vendido pelos capitalistas, não sendo possível que esses custos sejam repassados. Assim, a elevação dos salários em sua teoria, que em última instância se liga ao setor agrícola, atua, no limite, como causa da queda na taxa de lucro. Por isso, para Ricardo (2004), buscar a justificativa segundo a qual o valor das mercadorias não é dependente do nível dos salários é fundamental para o conjunto de sua obra, bem como para os resultados políticos que dela serão extraídos. Nas palavras de Coutinho (1990, p. 202-3):

Para firmar a tese de que o preço dos alimentos não regula os preços em geral, e assim sustentar a essencialidade do mecanismo de oposição entre salários e lucros como exclusivo regulador da taxa de lucro, Ricardo teve necessidade de avançar [...] hipótese sobre a formação dos preços em geral.

O valor de troca, depende antes, para Ricardo (2004), quando as mercadorias são reprodutíveis, das dificuldades de produção. Não guarda, desse modo, relações com os níveis salariais. Considerando que o trabalho, na obra do autor, é ele próprio uma mercadoria, as dificuldades da sua própria produção também regulam o seu valor. Se o valor de troca é o princípio, portanto, que regula tanto as mercadorias que formam o custo de produção total, como também o valor das mercadorias intermediárias que serão utilizadas na produção de outras mercadorias, é a análise do valor que permite a Ricardo (2004) aglutinar os vários setores da economia, e oferecer uma explicação lógica e coerente em seu todo. É esse o princípio unificador do seu sistema.

A Economia Política de Ricardo (2004) é construída em um constante diálogo com Adam Smith, como se afirmou anteriormente: desde a especificação do valor até os debates sobre a necessidade ou não de uma busca de uma medida invariável do mesmo. Se não é necessária a exposição completa das concepções econômicas de Ricardo (2004) aqui – até porque nesse caso seria infinitamente mais frutífera a leitura direta da obra do economista político inglês – é, pelo menos necessário expor os pontos de contato mais decisivos que Bailey (1825) escolhe em sua obra contra aquele autor. Isso porque como vai se ver, por vezes, o problema pode estar na interpretação que Bailey (1825) faz sobre a obra ricardiana. Evidentemente que toda leitura é interpretativa. Não se pode supor razoável que seja possível absolutizar um texto à maneira que se pode fazer no campo das ciências exatas. Isso, contudo, não é impedimento para se avaliar, com certas margens que nem sempre são bem definidas, a adequação ou não da interpretação acerca de um

autor. O foco de Bailey (1825) é dirigido de forma majoritária – sem, contudo, se limitar aí – às concepções iniciais de Ricardo (2004) acerca do valor, e daí deriva toda a sua crítica. Por isso, procura-se, a partir de agora, expor esses pontos, da forma mais sucinta possível, de forma a situar o debate com Bailey (1825) e, de modo algum, como tentativa de resumir a teoria do valor de Ricardo (2004) ao que vai ser exposto, e muito menos, resumir sua Economia Política ao que se segue.

2.4 VALOR E MEDIDA DE VALOR EM RICARDO

A doutrina do valor de Adam Smith é o ponto de partida de Ricardo (2004). Segundo Ricardo (2004), a denominação geral de valor pode ser dividida em duas. Portanto, o valor em sua teoria não é uma categoria econômica à parte do valor de uso e do valor de troca. É o conjunto no qual estão contidas essas duas modalidades de valor. O primeiro, o valor de uso, é oriundo da utilidade de um determinado bem. O valor de troca, segundo a interpretação que Ricardo (2004) faz de Smith, é o poder de adquirir outros bens. E, para justificar, ainda afirmativamente a essa distinção, Ricardo (2004) faz uso da tradicional oposição entre bens que possuem grande utilidade, mas que possuem pouco ou nenhum valor de troca; o faz também ao indicar o contrário, a existência de bens que possuem grande valor de troca, porém diante de pouco ou nenhum valor de uso. A água e o ar são indispensáveis para a existência, possuindo pouco ou nenhum valor de troca. O ouro por sua vez, em pequenas quantidades, pode ser trocado por um grande volume de outros bens, sem, contudo, possuir a mesma utilidade da água e do ar, elementos básicos para a manutenção da vida. Portanto, Ricardo (2004) afirma, ainda sem declarar nenhuma ruptura com Adam Smith, a utilidade não seria a medida do valor de troca, sendo apenas necessária, nesse aspecto, para isso: é preciso ter valor de uso para que tenha valor de troca, apenas no sentido afirmativo ou negativo, não implicando nenhuma dimensão quantitativa. E de outro lado, a determinação da maior ou menor utilidade de um bem é independente do esforço necessário para obtê-lo. O valor de uso está na natureza corpórea, física, material do próprio bem.

Uma vez descartada a utilidade como a medida do valor de troca das mercadorias, Ricardo (2004) a investiga a partir de duas fontes potenciais: ou da sua escassez ou da quantidade de trabalho requerido para a sua obtenção. Segundo Ricardo (2004), essas duas fontes não necessariamente atuam em conjunto. Aquelas mercadorias que possuem seu valor determinado pela escassez não podem ter a sua quantidade aumentada por uma

aplicação maior de trabalho, qualquer que seja ele. E, portanto, “o seu valor não pode ser reduzido por uma oferta ampliada”. (RICARDO, 2004, p. 12). O valor desses tipos de mercadorias apenas se alteraria em função das mudanças provenientes do lado da demanda: positivamente com a riqueza e a inclinação a adquiri-las por parte daqueles que possuem capacidade para tanto. Contudo, essas mercadorias são a minoria absoluta. Por isso, elas não são colocadas como objeto principal da análise de Ricardo (2004). Seriam, antes, consideradas como ruídos existentes em sua teoria do valor, de tal forma que para fins analítico-sistemáticos, poderiam ser abstraídas, segundo o seu procedimento, sem maiores prejuízos. É por essa razão que Ricardo afirma, em sua teoria, ao se tratar “de mercadorias, do seu valor de troca e das leis que regulam seus preços relativos, referir-se-á sempre àquelas mercadorias que podem ser aumentadas em quantidade pelo exercer da indústria humana, e na produção onde a competição opera sem restrições” (id., 2004, p. 12). Portanto, não apenas a reprodutibilidade das mercadorias é tomada como um critério importante, mas também o fator de mercado: a competição, tem, desse modo, um papel importante na definição do valor de troca das mercadorias no sistema ricardiano.

Ainda se mantendo na trilha smithiana, Ricardo (2004) adota um proceder tradicional da Economia Política, que normalmente não enxerga diferenças qualitativas entre os diversos estágios da sociedade. Por isso, ao adentrar progressivamente nas especificações das categorias que conformam as suas considerações sobre o valor, Ricardo (2004), com frequência, faz uso de analogias e afirmações que se referem a tempos primitivos, nos quais as categorias econômicas teriam a mesma eficácia ou função social presentes nas sociedades em que predomina o modo de produção capitalista. Por isso, Ricardo (2004) ao indicar qual é a fonte que determina quantitativamente o valor de troca, faz referência a esse passado longínquo. Chega mesmo até aos primórdios da sociedade quando, afirma o autor, o valor de troca das mercadorias, produzidas por caçadores e pescadores primitivos, ou a regra que determinaria as quantidades a serem trocadas dependeria quase exclusivamente da quantidade de trabalho despendida em cada uma delas.

Ao constatar essa dimensão no passado, Ricardo (2004, p. 13) a transfere, sem mediações, para o presente, tornando-a eternizada: “se a quantidade de trabalho realizado em mercadorias regula o seu valor de troca, todo aumento da quantidade de trabalho deve aumentar o valor dessa mercadoria sobre a qual é exercido, assim como toda diminuição deve baixá-lo”. E é a partir de aí que se apresenta a sua primeira divergência com relação a Adam Smith. Ricardo (2004) questiona se Smith se manteve realmente coerente acerca da fonte que constitui o valor de troca do ponto de vista quantitativo. Bailey (1825) como

vai se ver adiante, interpreta de uma maneira diferente esse ponto. Por enquanto, vale a pena transcrever o que pensa Ricardo (2004), em suas próprias palavras,

Adam Smith, que com tanta precisão definiu a fonte original do valor de troca, e que com tanta coerência postulava que todas as coisas se tornam mais ou menos valiosas em proporção à medida em que mais ou menos trabalho é despendido em sua produção, erigiu outra medida padrão de valor, e fala das coisas sendo mais ou menos valiosas, na proporção segundo a qual são trocadas por mais ou menos dessa medida padrão. Às vezes, ele fala de cereal, outras vezes de trabalho, como uma medida padrão; não a quantidade de trabalho despendida na produção de qualquer objeto, mas na quantidade que pode comandar no mercado: como se essas coisas fossem duas expressões equivalentes, e como se por conta de o trabalho de um homem ter se tornado duplamente eficiente, ele pudesse portanto, produzir o dobro da quantidade de uma mercadoria, e recebesse, em troca, necessariamente duas vezes a quantidade anterior. (RICARDO, 2004, p. 13-4).

É muito importante destacar dessa passagem que quando Ricardo (2004) critica Smith por ter tratado como sinônimos o montante de trabalho despendido na produção de uma mercadoria e a quantidade que a partir de a posse de uma determinada mercadoria possa-se comandar no mercado, ele está colocando essas duas coisas como diferentes. Não está, pelo menos no plano das intenções, igualando as duas afirmações. Esse ponto é muito sensível para Bailey (1825), porque o autor interpreta Ricardo (2004) como se esse tivesse postulado essa igualdade. É preciso deixar explícito que Ricardo (2004) não concorda com a determinação de valor pelo princípio do trabalho comandado, mas apenas do despendido na produção. Conforme explica Coutinho (1990), há uma certa oscilação no que Ricardo entende como sendo a fonte de valor. Porém, para Coutinho, em momento algum isso seria proveniente de uma inclinação em direção à aceitação do trabalho comandado.

Ricardo objetou à proposição de que o valor depende do trabalho comandado, defendendo o princípio da determinação do valor pelo trabalho despendido na produção das mercadorias; na terceira seção [de Princípios de Economia Política e Tributação], sustentou que em qualquer situação, mesmo havendo lucros e renda da terra, o valor dependeria do trabalho contido, e não da maneira pela qual o produto líquido é distribuído; nas demais seções, finalmente, qualificou o princípio do valor conforme o trabalho contido, admitindo que mudanças distributivas podem afetar o valor. (COUTINHO, 1990, p. 205-6).

As mudanças distributivas, que podem provocar algumas variações no valor, conforme a interpretação de Coutinho (1990), se justapõem ao problema do preço relativo. Nessa direção também caminha a interpretação de Roncaglia (2005, p. 192) para quem, em Ricardo, “a teoria do valor trabalho pode, portanto, ser considerada no limite como uma teoria aproximada dos preços relativos”. Para se entender as mudanças distributivas, é necessário saber quais são as mercadorias que a determinado período possuem maior ou menor valor. Para investigar a questão, Ricardo (2004) se coloca o seguinte cenário: duas mercadorias variam em valor relativo – em qual delas teria havido

variação de valor? Essa questão, de acordo com Coutinho (1990) nos leva imediatamente ao problema do padrão de intercambialidade, ou à medida do valor. O procedimento é assumido como sendo o de se comparar as duas mercadorias a uma terceira, a partir da presunção de que essas trocas em relação a essa terceira mercadoria possuem uma estabilidade. A partir de aí, tem-se a possibilidade de se enxergar em qual dessas duas primeiras mercadorias houve a variação. Como vai se ver adiante, em Bailey (1825), esse problema do valor relativo adquire uma posição de grande importância.

Ao procurar essa mercadoria que forneceria uma maior estabilidade no que se refere às relações de troca, Ricardo (2004) inicia um debate com Adam Smith. O autor escocês, na realidade, propôs a existência de um padrão invariável sob várias circunstâncias. A questão é que, Ricardo (2004) ao analisar as escolhas de Smith direcionadas aos cereais ou ao trabalho, afirma que o pensador teria escolhido padrões cujos valores são tão variáveis quanto os das demais mercadorias. Para o autor, inclusive, os valores dessas duas mercadorias específicas possuem a variação de seus valores correlacionadas. O trabalho pode ter seu valor variável em função da oferta e da demanda, mudanças na situação de uma comunidade, nos preços dos alimentos e outros bens necessários. E da mesma forma, os cereais, podem ter seu valor variado em função da quantidade de trabalho que passe a ser necessária para a produção de um determinado montante de seus gêneros. Isso por sua vez, afeta novamente o valor dos salários, e, portanto, do trabalho, na visão de Ricardo.

Seria errado, portanto, na visão de Ricardo (2004) dizer, juntamente com Adam Smith, que como o trabalho pode às vezes comandar um número maior ou menor de bens, é o valor dessas coisas que variaria, e não o do trabalho que as adquire, porque predeterminado pelo pioneiro da Economia Política como um padrão fixo. O trabalho nunca mudaria em valor na visão de Smith e, portanto, ele seria o padrão real pelo qual o valor das mercadorias poderia ser avaliado em todos os tempos e lugares. Ao contrário, seria correto, para Ricardo (2004, p. 17), afirmar ao lado de Smith que “a proporção entre as quantidades de trabalho necessário para se obter diferentes objetos parece ser a única circunstância que pode fornecer qualquer regra de troca de uma pela outra”. Portanto, seria a quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho produz o que determina o seu valor, e não a quantidade comparativa de mercadorias que são dadas ao trabalhador em troca de sua atividade. Tem-se desse modo uma ruptura de Ricardo (2004) com parte da definição de valor por parte de Adam Smith.

A questão de se encontrar o padrão de medida não parece ser tão fundamental para Ricardo (2004) quanto Bailey (1825) assume que seja, como vai se ver. O problema de

se saber em qual das várias mercadorias, em algum caso concreto, tenha havido uma variação no valor, é, para Ricardo, aquela que teve suas circunstâncias de produção alteradas.

A mesma quantidade de antes não é necessária para produzir uma mercadoria individual que teve seu valor relativo alterado, a probabilidade é convertida em certeza quando estamos certos de que a variação é naquela mercadoria: quando nós então descobrimos, portanto, a causa da sua variação. (RICARDO, 2004, p. 18).

Coutinho (1990), por isso, interpreta que, ao enunciar a questão desse modo, Ricardo (2004) tenha se convencido da impossibilidade da existência de um padrão invariável para realizar a medida de valor. De acordo com Coutinho (1990), o princípio constitutivo do valor, o trabalho, pela razão de ser referido à intercambialidade, o valor de troca, requer sempre um terceiro elemento para se expressar. Esse terceiro elemento, será sempre uma mercadoria, e não pode deixar de possuir, por esse motivo, condições de produção que são igualmente variáveis. Não haverá em Ricardo, de acordo com o comentarista, nenhuma medida invariável, já que o autor é consciente de que nenhuma mercadoria é livre da invariabilidade, a menos que fossem potencialmente sujeitas às mesmas condições de produção em todos os tempos.

Essa questão acerca do padrão invariável é a segunda questão mais importante no diálogo entre Bailey (1825) e Ricardo. Para o primeiro, como vai se ver em mais detalhes, Ricardo teria buscado encontrar esse padrão invariável e aí estaria um de seus pontos mais frágeis. Como se viu, Ricardo (2004) não buscou a existência de um padrão invariável. Apenas colocou positivamente a existência de um valor intrínseco nas mercadorias independentemente das condições de troca a serem realizadas após a etapa da produção. Isso não significa que quando a troca aconteça, grandezas relativas deixem de se manifestar. Ao contrário, elas se manifestam, e o problema do valor relativo existe em Ricardo (2004) também, porque parte da questão distributiva é dada por essas grandezas. A questão é que nesse autor o valor não é algo puramente relativo, tendo uma dimensão positiva e absoluta também.

2.5 O DECLÍNIO RICARDIANO

Para podermos concluir esse capítulo de contextualização que circunda a obra de Bailey (1825), é preciso que se leve em conta que, por mais que sua produção teórica tenha suas particularidades, não se trata de uma iniciativa meramente individual por parte do autor. Assim como a obra de Ricardo (2004) surgiu como resposta a um determinado contexto histórico e teórico, também ocorre o mesmo com a obra de Bailey (1825), que

pode ser caracterizada como parte de um movimento. Esse movimento, que teve curso entre os anos de 1815 e 1848, recebe distintos nomes a partir de diferentes autores. Feijó (2007) afirma que esse período foi o de consolidação do pensamento de Ricardo e de sua autoridade na cena política e teórica. O autor aponta que “entre 1840 e 1860, a ortodoxia econômica tinha conquistado a confiança da opinião pública e o sistema teórico de David Ricardo, aperfeiçoado e ampliado por John Stuart Mill, imperava como autoridade suprema.” (FEIJÓ, 2007, p. 236). Essa visão continuísta parece ser compartilhada também por Schumpeter (1954, p. 368), que inclusive chega a incluir Marx entre membros do que chama de grupo ricardiano: “Marx deve ser considerado um economista ‘clássico’, e mais especificamente um membro do grupo Ricardiano”. De outro lado, Screpanti e Zamagni (2005), caracterizam esse período como a desintegração da Economia Política Clássica no qual figuram os autores chamados ricardianos e os anti-ricardianos. Roncaglia (2005) por sua vez, considera essa era como o período dos ricardianos e do declínio do ricardianismo. Marxhausen (1980), seguindo as indicações deixadas por Marx em *Teorias da Mais-Valia*, enquadra esse conjunto de autores, tanto os favoráveis a Ricardo, quanto seus oponentes, como participantes do movimento denominado pelo fundador da Crítica da Economia Política, Marx, como a “desintegração da escola ricardiana”.

Na visão Marxhausen (1980), assim como para Marx, há uma certa peculiaridade no período, que faz com que haja um contraste entre a sua interpretação com relação aos demais historiadores do pensamento econômico citados. Para esses, os ricardianos, na medida em que procuraram desenvolver e ampliar a teoria de Ricardo, teriam trazido um progresso no conhecimento dos fenômenos econômicos, aprimorando as formulações dos pensadores clássicos. Para Marxhausen (1980), contudo, tanto aqueles que se pretendem continuadores do pensamento de Ricardo, assim como com relação a seus opositores, tudo o que é realizado no período promove uma decadência do pensamento ricardiano. A razão é clara: se Marxhausen (1980) segue Marx na afirmação de que Ricardo tenha sido o ponto mais alto a que a Economia Política Clássica pôde chegar em todos os tempos, representando a máxima consciência possível dos fenômenos econômicos, do ponto de vista teórico da burguesia, tudo o que viria depois deveria necessariamente se situar a um nível abaixo. Portanto, na visão desses autores, todo o período que se seguiu a Ricardo, na Economia Política, por mais que tenha havido grandiosos debates, já seria a representação e a marca da sua decadência.

A tese acerca da decadência da Economia Política posterior ao período de Ricardo é bastante conhecida. Ela se encontra, na sua forma mais explícita, no posfácio à segunda

edição de *O Capital*. Nesse texto, Marx (1985) tem como objetivo o de explicar o motivo pelo qual a Economia Política burguesa não ter sido capaz de produzir frutos teóricos entre os pensadores alemães. Tinha também como meta a de elucidar por qual razão histórica o pensamento econômico poderia, naquele país, apenas florescer no seio da classe trabalhadora: porém, também as condições pelas quais, então, não poderia surgir como simples Economia Política, mas como a sua crítica. O objetivo de investigar porque a informação citada por Marx, do Sr. Mayer, teria alguma efetividade real: “o grande senso teórico, considerado patrimônio hereditário alemão, teria desaparecido completamente das assim chamadas classes cultas da Alemanha, para ressuscitar, em compensação, na sua classe trabalhadora” (MAYER, 1872 apud MARX, 1985, p. 16).

Em grandes linhas, o problema é dado pelo seguinte motivo: ao contrário da França e, principalmente, da Grã-Bretanha, o desenvolvimento econômico da Alemanha era francamente atrasado. E não apenas em termos quantitativos, mas principalmente em termos qualitativos. Enquanto esses dois primeiros países enterravam progressivamente, em seu curso histórico, as instituições do feudalismo e do absolutismo, conviviam, por sua vez, na Alemanha elementos do moderno e do arcaico. As circunstâncias históricas inibiam o desenvolvimento do modo de produção capitalista em terras teutônicas. Assim, segundo Marx (1985, p. 16) faltaria a esse país “o terreno vivo da Economia Política”. Desse modo, restava para aqueles interessados em fazer Economia Política no período, importá-la da França e da Inglaterra como mercadoria “pronta e acabada” (ibid., p. 16). Segundo Marx (1985) essas teorias importadas transformaram os catedráticos alemães em estudantes. A literatura estrangeira teria se tornado em suas mãos um conjunto de dogmas que se adaptariam, de maneira precária, ao meio pequeno-burguês que os circundaria.

A partir de 1848, contudo, de acordo com Marx (1985), o contexto histórico seria outro. Desse ano em diante, a produção capitalista já havia iniciado seu crescimento e consolidação na Alemanha. Mas, isso, contudo, não permitiu, igualmente que a Economia Política florescesse. O motivo seria o de que

Enquanto podiam tratar de Economia Política de modo descomprometido, faltavam as relações econômicas modernas à realidade alemã. Assim que essas relações vieram à luz, isso ocorreu sob circunstâncias que não mais permitiam o seu estudo descompromissado na perspectiva burguesa. À medida em que é burguesa, ou seja, ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social, a Economia Política só pode permanecer como ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou só se manifestar em episódios isolados (MARX, 1985, p. 16).

Portanto, a história teria sido adversa para os economistas políticos alemães. Isso porque no momento em que o terreno vivo da Economia Política de fato começa a surgir naquele país, as condições gerais para que ela permanecesse como científica teriam desaparecido, segundo a visão de Marx. No período clássico, quando a chamada luta de classes ainda não se manifestava ou o fazia apenas em casos muito esporádicos, é científico que a Economia Política anuncie a sociedade burguesa como sendo o estágio definitivo ou a manifestação de uma natureza humana. A partir de 1848 com as revoluções operárias tendo ocorrido pela Europa e com a consolidação da burguesia como sendo a classe que detém o poder, as condições se modificam. A partir de agora o pensamento burguês, se quer permanecer com o ponto de vista burguês, tem que anunciar o presente como sendo eterno. Deve, portanto absolutizar as relações de produção capitalistas no plano teórico. Portanto, o prisma da Economia Política começa a se modificar. Ela só pode permanecer como ciência enquanto os conflitos da burguesia com o proletariado não se manifestam. A partir de sua manifestação, ela se converteria em apologética, e não estaria mais interessada na verdade desse ou daquele teorema, mas sim da conveniência acerca do seu uso para a conservação das relações que lhe são contemporâneas.

Na Inglaterra, a queda da Economia Política, segundo Marx (1985) ocorre bem anteriormente. Seu último representante teria sido Ricardo. O que nos interessa aqui é saber o porquê de Ricardo poder ser considerado como o seu último pensador científico. E a resposta é investigada por Marx também no campo da história. Ricardo, em um período que a luta de classes ainda não havia manifestado em sua plenitude, tomaria conscientemente, como ponto de partida de sua investigação, “a contradição dos interesses de classe, do salário e do lucro, do lucro e da renda da terra, considerando, ingenuamente essa contradição como uma lei natural da sociedade” (MARX, 1985, p. 16). Ao realizar esse procedimento, portanto Ricardo encontrar-se-ia no limiar da consciência de mundo burguesa científica. Ricardo assumiria já a existência do conflito entre salários e lucros. No momento em que ele o assume, e se tem a pretensão de permanecer científico a partir do ponto de vista burguês, a manifestação dessas lutas de classe deveriam ser raras ou não se manifestarem. Isso porque no momento em que se manifestam, os autores que carregam essa perspectiva deveriam tomar o ponto de vista da eternização, como uma consequência necessária do seu ponto de vista burguês.

Contudo, a Economia Política inglesa, na visão de Marx (1985) ainda produziria um pequeno suspiro posterior a Ricardo. Para o autor, nas décadas de 1820 e 1830, teria havido uma grande vivacidade no debate da Economia Política no país. Teria sido o período da ampliação e da vulgarização do pensamento de Ricardo. E a avaliação dos

pensadores contidos nessa época, por Marx (1985), é a de que se trataria de um debate, inclusive, imparcial⁷. A imparcialidade desse debate teria sido possibilitada porque a grande indústria ainda não havia saído definitivamente de sua infância. Segundo Marx (1985), seria apenas em 1825 que ela teria inaugurado o seu ciclo periódico moderno. E de outro lado, a luta de classes entre capital e trabalho nesse período ainda era considerada secundária com relação à luta da burguesia com as velhas classes dominantes por toda a Europa. A burguesia ainda representava e era parte da massa popular à época, pelo menos no campo político. E, no plano econômico, a luta principal tinha em sua arena o capital industrial e a propriedade aristocrática da terra, cuja manifestação mais aparente, foi justamente a demorada batalha em torno das leis dos cereais.

A partir dos anos 1830, contudo, esse suspiro seria cada vez mais abafado pelas circunstâncias históricas do período. A classe operária se torna cada vez mais destacada em relação à burguesia e os seus interesses. Assim, a Economia Política, segundo Marx (1985), que antes debatia em torno da verdade de este ou daquele fato, passa, progressivamente, a avaliar se esse ou aquele teorema é útil ou não à sustentação do modo de produção capitalista como a forma eterna e definitiva da produção. Sabe-se que essa tese não deve ser absolutizada. O próprio Marx (1985) mostra que Tchernichevski na Rússia poderia ser um exemplo de economista político posterior à 1830 e até mesmo posterior a 1848 sem que ao mesmo fossem impostos os limites à sua produção teórica sobre a Economia Política. Se não se pode absolutizar a decadência, contudo, pode-se notar uma tendência que virá posterior, como tentativa de professar uma harmonia existente na sociedade. Esse não é um debate da presente dissertação, mas será possível notar que Samuel Bailey (1825), em alguma medida, pode ser considerado como um de seus precursores.

⁷ Ao leitor acostumado com uma grande literatura marxista que condena de modo imediato e peremptório a utilização do adjetivo “imparcial” para qualquer reflexão no campo das assim chamadas ciências sociais, deve-se indicar que o termo empregado por Marx (1985) é exatamente esse.

3 A ECONOMIA POLÍTICA DE SAMUEL BAILEY

A doutrina do valor de Samuel Bailey (1825) é produzida em oposição ao pensamento ricardiano, de um modo geral. Ela é apresentada, principalmente, no seu texto de 1825 intitulado *A critical dissertation on the nature, measures, and causes of value*⁸. O pensamento econômico de Bailey não se limita a essa obra, porém é nela onde se encontra o seu núcleo principal, e é por isso que ela foi escolhida como principal substrato de nossa análise. Entretanto, em 1837, Bailey publicou o seu texto *Money and its vicissitudes in value as they affect national industry and pecuniary contracts*, onde há um pequeno complemento teórico acerca dos problemas do dinheiro derivados de sua análise do valor. Também exporemos, de maneira muito breve, algumas ideias do texto 1837, porque há um diálogo explícito da Crítica da Economia Política com essa obra. O que vai se ler, portanto, no presente capítulo, é a exposição de suas ideias fundamentais, acompanhadas, sempre que possível de análises que em alguma medida direcionem os conteúdos para a recepção de Bailey pela Crítica da Economia Política a ser apresentada no capítulo subsequente.

A principal hipótese de Bailey (1825) é a de que o valor tem um fundamento intelectual, situando-se na estima dos agentes econômicos. Como vai se ver, o autor, contudo, não é uniforme nessa acepção ao longo de toda a sua obra, aceitando por vezes elementos smithianos, como a tese do trabalho comandado, e às vezes, até mesmo, o trabalho como origem do valor. Isso o leva a concluir sua análise com uma teoria multicausal do valor. A característica fundamental e mais persistente no desenvolvimento de sua teoria, em meio à falta de clareza na escolha da causa do valor, é o princípio da relatividade do valor. É, talvez, esse fator que permita que o autor se destaque⁹ em meio à dissolução da escola ricardiana¹⁰. Através desse princípio, Bailey (1825) tem a intenção

⁸ Doravante, quando formos nos referir ao nome da obra, a abreviaremos para *Critical Dissertation* ou *Dissertation*.

⁹ Schumpeter (1954, p. 461-2) afirma: “Bailey, como já mencionado, atacou a análise de Ricardo-Mill-McCulloch com uma frente ampla e com sucesso. A sua [*Critical*] *Dissertation* que disse, no que se refere aos fundamentos, praticamente tudo o que pode ser dito, deveria estar classificada entre as obras primas de crítica no nosso campo, e isso deveria bastar para garantir ao seu autor um lugar entre ou próximo da vanguarda da história da economia científica. Mas, também seu trabalho não passou despercebido. Vários escritores, incluindo Read, reconheceram sua dívida para com ele, e seguiram seu caminho, e é seguro assumir que sua influência se estendeu para além do escopo do reconhecimento explícito”.

¹⁰ A inserção de Bailey entre os autores que fazem parte de um processo de dissolução do ricardianismo, talvez contrarie a tese do seu principal comentador. Para Rauner (1961), a obra de Bailey teria sido escrita em meio a uma época em que “as noções ricardianas tomaram de maneira significativa o manto

de aniquilar a teoria do valor de Ricardo, porque a teoria de seu adversário tem um caráter substancial ou positivo do valor. O trabalho em Ricardo, põe valor. Para Bailey (1825), pelo fato de apenas a expressão relativa do valor ter alguma validade, qualquer coisa que não seja medida relativamente, e seja positiva por si só, não tem para ele qualquer validade analítica. Sua exploração desse princípio da relatividade, leva o autor a uma radical rejeição, por exemplo, da diferença entre variáveis nominais e reais. O que vai se expor na sequência são as pressuposições presentes no pensamento de Bailey (1825) e como ele procura utilizar o seu relativismo contra a Economia Política de seu tempo.

3.1 O PRINCÍPIO DO VALOR RELATIVO

Sua teoria do valor possui um caráter francamente subjetivista. Isso pode ser lido logo na frase de abertura de seu capítulo acerca da natureza do valor. Para Bailey (1825, p. 1) “O valor, em seu sentido último, parece significar a estima que se atribui a qualquer objeto; ele denota, falando estritamente, um efeito produzido na mente”. Ao se colocar a questão dessa maneira, imediatamente surge o questionamento acerca da relação do mundo exterior com a mente daquele que avalia. Se o valor é um efeito produzido na mente, deve-se questionar se o valor é um atributo da coisa que se avalia ou da mente em si mesma. Essa questão é particularmente importante, porque no desenvolvimento de sua explicação, uma das conclusões às quais Bailey chega é a de que as “riquezas são atributos dos homens, valor é o atributo das mercadorias. Um homem ou uma comunidade é rico, uma pérola ou um diamante é valioso” (id., 1825, p. 165).

A saída do autor, nesse particular, é a de adotar, como vai se verificar costumeiro em outros casos, o procedimento de se nomear de maneira idêntica o sentimento com a causa que o provoca. Assim seria, por exemplo, com as cores e com as fragrâncias: o nome das cores e dos cheiros são comuns à qualidade material que os produz e a sensação na mente. Por isso, nesse caso, segundo o autor, “observamos valor como uma qualidade de objetos externos” (BAYLEY, 1825, p. 1). A analogia com as sensações produzidas nos sentidos continua, e é o principal argumento de Bailey (1825, p. 2) para sustentar seu postulado inicial. “Nós deixamos de observar a sensação da mente, e consideramos

de ortodoxia” (RAUNER, 1961, p. 3). Quase como se afirmasse que a *Dissertation* de Bailey houvesse sido escrita em um ambiente no qual existisse uma *pax ricardiana*. Como se viu pelo capítulo anterior, a aventura de Bailey contra Ricardo não é meramente um desígnio intelectual pessoal, no sentido de “retornar aos postulados iniciais, para se assegurar que pelo menos, eles estariam livres de defeitos” (ibid., p. 3), já que muito havia se sobreacumulado entre os seguidores de Ricardo. É, antes, um sinal dos tempos, de uma reação em curso, e Bailey é uma entre essas figuras que fizeram parte da dissolução do ricardianismo.

apenas o poder que o objeto possui de excitá-la, como algo externo e independente”. Ao que parece, se a esta altura da exposição nos for permitido realizar algum comentário, a solução de Bailey não é satisfatória. Há duas dimensões opostas na análise de Bailey, e o método de utilização de analogias não parece ser suficiente para resolver o problema. O valor é por ele anunciado, ao mesmo tempo, como a estima e como uma propriedade das coisas. A analogia das sensações, de fato, resolve o problema?

Parece haver um problema de fundo. Existe, certamente uma conexão, entre o atributo real de uma mercadoria ou de algo que se avalie, e a sensação produzida na mente daquele que a avalia. Existe, portanto, alguma relação entre o atributo e a resposta sensorial produzida pela mente. Porém, essas duas coisas não são idênticas. É preciso que se escolha uma ou outra instância na fixação da origem do valor. Se isso não é feito, assume-se imediatamente que existe uma relação mecânica e uma conexão direta, automática e unívoca entre a coisa que possui valor e a mente daquele que avalia, sendo tomadas como sinônimos. E esse último, ao que parece, foi o caminho escolhido por Bailey.

Deve-se considerar, porém, acima de tudo que o sentimento de estima sobre o qual se pode erigir uma ideia de valor, não é um sentimento qualquer. Para Bailey (1825, p. 2), quando se considera os objetos, em si mesmos, sem referência a nenhum outro, os sentimentos com os quais se observa sua utilidade ou beleza, apenas de maneira muito precária poderiam receber a denominação de valor. Somente quando “os objetos são considerados conjuntamente em termos de preferência ou troca, é que o sentimento específico de valor pode surgir”. Quando considerados em conjunto, ou quando considerado um objeto em relação a outro, segundo Bailey (1825, p. 2), a nossa estima, ou “desejo de possuí-lo, pode ser igual, maior ou menor do que a nossa estima pelo outro”. Por isso, fica patente que, para o autor, a ideia de valor, ainda que de maneira um pouco limitada, quando identificada com as propriedades do próprio objeto, possui a necessidade de uma maior precisão para receber a denominação de valor: ou seja, deve ser estimada relativamente. Para Bailey (1825, p. 3) seria possível sentir, ao se observar objetos individualmente, um certo nível de admiração ou afeição sobre eles, mas não seria possível, desse modo, expressar as nossas emoções de um modo definido. Quando se comparam dois objetos distintos, “nós parecemos adquirir o poder de expressar nossos sentimentos com precisão”. Podendo-se a partir de aí, dizer que um objeto, por exemplo, seria duas vezes mais valioso que outro.

Partindo dessa observação, Bailey (1825) elege como a origem do valor – que até aqui se apresenta como um sentimento – a estima relativa entre dois objetos. Do

subjetivismo inicialmente posto, pelo experimento mental de se comparar dois objetos entre si em termos de estima, Bailey (1825, p. 3) afirma que, portanto, essa relação só pode ser expressa em termos quantitativos. “O valor de A é expresso pela quantidade de B pela qual será trocado, e o valor de B é, do mesmo modo, expresso pela quantidade de A. Portanto, o valor de A pode ser designado como o poder que possui ou confere de se comprar B, ou comandar B na troca”. Ao colocar a questão dessa maneira, também fica claro que para Bailey (1825), embora o fundamento último do valor, em sua visão seja, de fato, a estima, ele não a reduz a termos puramente individualistas. Há uma conexão implícita em sua obra, visível a partir da última citação, de que as estimas individuais de algum modo se inter-relacionam para que seus resultados sejam aproximadamente iguais àqueles presentes no mercado. Fosse o contrário, não faria sentido a sua análise sobre o valor de A como podendo ser “designado como o poder que possui ou confere de se comprar B” (ibid., p. 3); afinal, a noção de poder de compra sugere uma estabilidade de valor conferida a um grupo de mercadorias pela comunidade. Portanto, em alguma medida, para fins de sua coerência interna, sua análise da estima, tem de se igualar não somente à propriedade que o objeto possui em si mesmo – apesar de ser manifesto apenas em comparações –, como também com os resultados da troca no mercado.

De maneira quase surpreendente, a conclusão à qual Bailey (1825, p. 4) é levado nesse momento, é de que a noção de Adam Smith segundo a qual o valor de um objeto expressa o poder de comandar outros bens seria “substancialmente correta”. Como se depreende da análise do autor, ele é fundamentalmente subjetivista¹¹, porém aceita essa dimensão da análise smithiana. O que Bailey realiza nesse instante é a tentativa de adequar Adam Smith aos esquemas de um utilitarismo ainda rudimentar. E ele o faz, aceitando essa expressão do valor de Smith, mas colocando a ela um limite: que isso deva ser parte dos raciocínios que se seguirão, mas “sem nenhuma outra investigação metafísica” (ibid., p. 4). Para Bailey (1825) importa destacar que o essencial dessas ideias apresentadas por Smith seria o fato de que é fundamental para o valor que haja dois objetos trazidos à comparação. Se o valor de um objeto é o seu poder de compra, deve haver algo para ser comprado, na visão do autor. Tratando-se, portanto, de uma reinterpretção das ideias do autor de *A Riqueza das Nações*.

¹¹ Segundo Karatani (2003), Bailey não seria apenas um autor subjetivista, seria mesmo “o genitor não-reconhecido da economia neoclássica” (KARATANI, 2003, p. 6, cf. também p. 162, e p. 196). Ou, conforme Maurice Dobb: “Quando Bailey afirmara que valor implicava ‘um sentimento ou estado mental que se manifesta na determinação do desejo’, ele estava expressando uma noção que, ao final do século, seria alinhavada em um sistema” (DOBB, 1937, p. 158).

Aqui, Bailey (1825) por conta de seu próprio ponto de vista e pela forma com a qual absorve a obra de Smith, demonstra que acima de tudo, ele quer comprovar seu princípio relativista, posto anteriormente. Em primeiro lugar, as citações trazidas pelo autor, de passagens de Smith e de Lauderdale, que tratam da expressão do valor na comparação de duas mercadorias, tratam precisamente dessa expressão do valor, e não de sua própria existência deste. Bailey em nenhum momento estabelece essa diferenciação. Em segundo lugar, para ele a expressão e a existência são uma e mesma coisa: um resultado mental proveniente de uma comparação. Em terceiro lugar, se para Bailey (1825), o valor do objeto é o seu poder de compra, a consequência lógica é a de que algo deve haver para ser comprado, parecendo assim se limitar constantemente a uma mera relação de troca. Em nenhum momento ele menciona algo acerca da questão a possibilidade da existência de trabalhos independentes de produtores de mercadorias, ou mesmo uma independência de qualquer ordem entre os produtores. E, dada essa condição teórica inicial, aliada à existência da propriedade privada e divisão de trabalho, é evidente que há algo para ser comprado, já que deixa de ser possível produzir todas as mercadorias necessárias, de maneira individual, à satisfação de todas as necessidades.

Finalmente, em quarto lugar, a consequência que mais marca a sua reação ao pensamento ricardiano é a afirmação segundo a qual “o valor, conseqüentemente, não denota nada positivo ou intrínseco, mas meramente a relação na qual dois objetos se confrontam como mercadorias intercambiáveis” (BAILEY, 1825, p. 4-5). Mais uma vez, valor como propriedade das coisas, e ao mesmo tempo, como a estima comparativa direcionada a elas. Portanto, novamente a assunção mecânica de que a propriedade das coisas se traduzirá de forma precisa na mente daquele que a avalia sob a forma dessa estima comparativa. Por isso o valor é tratado como algo similar à distância física. Não se poderia, na visão do autor, falar de distância de um objeto sem que esteja implícita a pressuposição de outro objeto. “Uma coisa não pode ser em si mesmo valiosa, sem referência a outra” (ibid., p. 4-5). A consequência disso, seria no modo de ver de Bailey (1825) que o valor, como uma relação, não pode ser alterado em um dos objetos, sem que se altere igualmente em um outro. Seria um absurdo, afirma ele, que o valor de A em relação a B se alterasse sem que o valor de B se altere em relação a A. Parece claro que qualquer expressão relativa de qualquer grandeza tem de possuir alguma reciprocidade, e a possibilidade de ser tomada em contrário para expressar a mesma relação quantitativa. A questão é que ao assumir o valor apenas como essa relação, sem a existência de uma “substância”, Bailey acredita ter, com esse exemplo, refutado a teoria do valor de Ricardo. Afirma ele:

A natureza relativa do valor não foi, me parece, vista de forma destacada ou sustentada uniformemente na visão dos nossos melhores escritores no assunto. O senhor Ricardo, por exemplo, que concorda com o Dr. Smith na sua definição do valor, afirma, que se qualquer mercadoria pudesse ser encontrada, que agora e em todos os tempos requeresse precisamente a mesma quantidade de trabalho para produzi-la, essa mercadoria seria de um valor invariável (BAILEY, 1825, p. 9).

Partindo dessa existência de um valor invariável, constatada por Bailey na análise ricardiana, esse autor afirma que, se a doutrina do valor variável for correta, aquela primeira noção, de valor contido, não poderia existir sequer hipoteticamente. Isso porque, para Bailey (1825), para que o valor de uma mercadoria permanecesse o mesmo em todos os tempos, seria igualmente necessário que o valor de todas as outras mercadorias o permanecesse. Caso contrário, se houvesse variação de valor em alguma delas, por conta da natureza relativa do valor, o valor dessa mesma mercadoria supostamente invariável teria de se alterar, independentemente se o que fundamenta o conteúdo do valor fosse a estima ou o trabalho¹². Supondo que se a quantidade de trabalho para se produzir uma determinada mercadoria fosse fixa, e o trabalho em outras mercadorias fosse aumentado ou diminuído, “as relações de valor entre essa mercadoria e todas as outras, seriam, no próprio princípio do Senhor Ricardo, alteradas imediatamente” (id., 1825, p. 10).

A crítica a Ricardo se estende porque Bailey entende que aquele importante economista teria aceitado integralmente a definição de Smith acerca do poder de comandar outros bens que a posse de um objeto específico possa possuir. Sendo assim, uma determinada quantidade de um bem que fosse produzida com a mesma quantidade de trabalho em todos os tempos, diante de outras que variariam, não poderia ter o mesmo valor nem no próprio sistema ricardiano, já que esse autor aceita, como Smith, o princípio do comando de outros bens. Aquela mercadoria, afirma Bailey, específica pode ter continuado a ser produzida com a mesma quantidade de trabalho, por isso, manteria seu valor; mas ao mesmo tempo, na medida em que Ricardo aceita a definição smithiana, ela teria que se alterar de valor, porque a quantidade potencialmente comandada de outras mercadorias teria sido alterada.

Portanto, a crítica de Bailey (1825) a Ricardo tem dois níveis distintos. O primeiro deles, é a análise intrínseca, a busca de contradições no âmbito da discussão do próprio autor. Ele acredita tê-las encontrado na aceitação de duplo princípio por parte de Ricardo: a definição smithiana da quantidade comandada e a aceitação da quantidade de trabalho

¹² É preciso destacar que esses comentários acerca do conteúdo do valor ser oriundo do trabalho não constituem uma questão externa a Bailey. O autor, em sua teoria, frequentemente faz concessões hipotéticas a essa possibilidade. Embora a sua teoria de modo explícito se baseie na estima, ao confrontar Ricardo existe uma oscilação, que por vezes não é clara, entre a sua própria visão de valor com as concessões que faz à teoria do valor trabalho.

contido em uma mercadoria para produzi-la. O segundo nível de análise dessa doutrina é feito por Bailey a partir do ponto de vista externo. Essa crítica é realizada quando ele tenta combater as análises de Ricardo a partir do princípio de que o valor não é uma coisa positiva nem intrínseca, mas uma relação entre os objetos. Se é uma relação, nesse caso acima citado, realmente seria impossível para qualquer mercadoria, por mais que potencialmente suas condições de produção fossem as mais estáticas possíveis ao longo dos tempos, outras teriam seu valor alterado, e conseqüentemente, o valor dessa mercadoria pretensamente fixa teria de variar conjuntamente.

Esse princípio da relatividade do valor de Bailey, leva-o a exagerar a hipótese ricardiana acerca de uma determinada mercadoria ter seu valor fixo. Bailey afirma que assumir que o valor de A em relação a B seja alterado sem que o de B em relação a A, seria o mesmo que dizer que a distância entre a lua e a terra tenha se alterado, sem que a distância da terra à lua o tenha. Claramente, Ricardo não chegaria a uma afirmação desse tipo. O fato de ter supostamente aceitado a tese do valor positivo ou fixo de uma mercadoria – e de aceitar hipoteticamente, não mais do que isso – não quer dizer que ele tenha concebido variações relativas que não são recíprocas como parece sugerir Bailey (1825). Sua crítica parece ser mais pungente, ou passa a produzir mais significado, no momento em que ele analisa e destaca contradições existentes no interior do próprio pensamento ricardiano, sem tentar atribuir a ele hipóteses ou princípios externos.

Contudo, mesmo desse ponto de vista, Bailey procura expor continuamente o seu argumento. A análise de Ricardo acerca da possibilidade de uma mercadoria ter permanecido com seu valor fixo relativamente a outras, leva ao seguinte questionamento: o de se saber quais mercadorias permaneceram com o valor estacionário e quais delas variaram. Bailey (1825) deixa claro que, para ele, essa questão em si mesma já é falsa. Se não pode existir valor, senão como uma relação, de forma análoga como se mede a distância, não faria sentido em seu próprio raciocínio a variação do valor de uma mercadoria sem que o valor de outras tivessem automaticamente variado. Algo que parece ser uma fraqueza de Bailey (1825), ao colocar o problema dessa maneira, é a limitação da análise do valor a trocas específicas ou bem definidas. Saber qual mercadoria mudou seu valor torna-se uma questão indiferente. Nota-se, assim, que essa mudança de valor só poderá vir à tona no momento em que a mercadoria que sofreu uma determinada mudança – e que a comunicará automaticamente a outra mercadoria –, somente pode produzir um resultado social no momento em que é levada a troca. Como ficaria, desse modo, a questão do mercado? Ou, de fato, Bailey (1825) acredita que a avaliação geral de valor

de uma mercadoria passa a ser irrelevante, possuindo validade apenas as suas expressões singulares, acidentais, que ocorrem no momento da troca específica?

A saída que Bailey (1825) tenta dar ao problema posto é a seguinte possibilidade: se uma mercadoria A, tenha ela seu valor aumentado, por qualquer causa que seja, diante do restante das mercadorias, B, C e D, por exemplo, “seria dito pela maioria dos economistas” (BAILEY, 1825, p. 13) que B, C e D permaneceram estacionárias, embora para Bailey o valor delas “evidentemente teria caído” (ibid., p. 13). Entretanto ele consideraria lícito, ainda, dizer que elas permaneceram estacionárias umas com as outras. No momento em que se compara com A essa licitude se perde. E em hipótese alguma, se houvesse apenas duas mercadorias em questão, poderia ser dito que uma delas manteve seu valor em estado estacionário. A ideia do autor é deixar claro, a todo o momento, que a hipótese de valor absoluto, contido, ou dependente de quaisquer circunstâncias que não estão presentes na própria e imediata relação entre duas mercadorias, não pode existir.

Para Bailey (1825) trata-se de buscar, em sua crítica, de onde provêm os erros ricardianos. O autor parte, novamente, de seu princípio de valor para justificar o caminho a ser percorrido nessa direção. “Já que o valor denota uma relação entre dois objetos, não são necessários argumentos para prová-lo, não pode surgir das causas que afetam apenas um dos dois objetos, mas deve se originar de duas causas [...] nos objetos entre os quais existe a relação” (id., 1825 p. 16). Por não ter tomado esse ponto de vista, de acordo com Bailey, Ricardo já estaria incorrendo em erro. Isso porque quando esse autor considerou a existência possível de uma mercadoria de valor invariável, se fosse produzida pela mesma quantidade de trabalho, teria ignorado “metade das causas concernentes à determinação de valor” (id., 1825, p. 17). Ricardo teria, na visão desse autor, por conta da sua doutrina da quantidade de trabalho como causa do valor, assumido que se a causa em uma mercadoria permanecesse a mesma, o resultado em valor seria necessariamente o mesmo. Argumentação contra a qual Bailey (1825) insiste ao afirmar que, mesmo aceitando a doutrina da quantidade de trabalho como determinação do valor, ele deveria ter olhado as mercadorias de modo comparativo, e não apenas observado o fenômeno apenas em uma. Como se vê, Bailey (1825) mesmo nos momentos em que permite a hipótese da existência do valor como originário do trabalho, insiste na sua existência apenas como uma categoria relativa.

Bailey (1825) reconhece, corretamente, que Ricardo não tenta sustentar a posição de que haja qualquer mercadoria que seja invariável em valor, em todos os tempos¹³. Deve-se adicionar ainda, que esse é justamente um ponto de ruptura entre Ricardo e Smith. Afirma Ricardo: “Adam Smith, depois de mostrar muito habilmente a insuficiência de um meio invariável, como ouro e prata, para o propósito de determinar a variação de valor de outras coisas, acabou escolhendo, através da fixação nos grãos ou no trabalho, um meio não menos variável.” (RICARDO, 2004, p. 14). Porém, ainda assim, Bailey mantém alguma crítica a esse autor, por conta, novamente, da razão dessa impossibilidade de um valor invariável. Para Bailey, Ricardo estaria errado por admitir a possibilidade de que alguma mercadoria com valor fixo poderia ser encontrada, porque nenhuma mercadoria deixaria de estar exposta às variações da quantidade de trabalho. Segundo Bailey (1825) essa mercadoria de valor fixo não poderia existir, a não ser que todas as outras mercadorias com as quais fosse comparada também permanecessem com seu valor eternamente inalterado.

O mesmo raciocínio é aplicado a Malthus. Segundo Bailey (1825), ele também teria cometido o erro de indicar a possibilidade de uma mercadoria manter o seu valor fixo em meio a flutuações do valor de outras. Malthus concorda também com Smith a respeito de que o trabalho sempre mantém o mesmo valor, e assim, manteria sempre seu poder de comandar outras mercadorias na troca. Uma crítica realizada por Bailey a Malthus está em uma aparente confusão de termos, nesse particular. Por não diferenciar trabalho e força de trabalho, a Economia Política de um modo geral está sempre sob o risco de não ser capaz de estabelecer uma teoria dos salários que tenha coerência com o restante do sistema teórico. Para Bailey (1825) o valor do trabalho parece subir quando se eleva o salário, e vice-versa. Isso fica patente quando ele critica Malthus na ocasião em que o Reverendo teria afirmado que quando o trabalhador ganha uma quantidade a mais ou a menos de dinheiro ou de bens de primeira necessidade, não seria o valor do trabalho que variaria, mas o valor do dinheiro ou desses bens. A crítica de Bailey (1825) é a mesma sempre que os autores parecem absolutizar qualquer categoria, e assim ele o segue ao se dirigir a Malthus: seria impossível que o valor da produção de dinheiro se alterasse sem que se alterasse o valor do trabalho.¹⁴ Por isso, a categoria malthusiana de

¹³ De maneira contraditória com relação às suas próprias críticas anteriores a Ricardo, na mesma obra. Os comentários antecedentes mostram que Bailey (1825) tentou explorar o máximo possível a tese da invariabilidade, como se Ricardo a tivesse assumido integralmente.

¹⁴ Bailey (1825) aponta outra contradição interna nas ideias de Malthus. Malthus teria afirmado que o valor do dinheiro pode aumentar seu poder de comando sem que altere seu próprio valor. A partir do momento em que Malthus se pronuncia seguidor da definição smithiana de valor como capacidade de comando de outras mercadorias, há de fato, uma contradição em suas ideias.

“valor absoluto” implicaria para Bailey (1825, p. 24) “o mesmo tipo de absurdo como seria distância absoluta”.

Ainda nessa direção, Bailey critica também o escrito *Dialogues of three templars on political economy*, publicado em 1824, que à época ainda tinha autoria anônima, mas que posteriormente soube-se ser de De Quincey (1863). Esse, um autor ricardiano, afirma que “no uso popular da palavra valor, um alto valor deve comprar um alto valor, e seria completamente absurdo se não o fosse” (DE QUINCEY, 1863, p. 234). O relativismo de Bailey (1825) contesta essa passagem, afirmando sua suposta implausibilidade. Um objeto A de alto valor realmente poderá comprar um objeto B também de alto valor. Mas, esses dois altos valores não o serão em relação a si mesmos, serão de alto valor em relação a outros. Entre tais objetos não se pode afirmar se são ou não de alto valor, porque estarão no mesmo patamar, já que para o autor importa apenas o valor relativo. “Ao invés de considerar o valor como uma relação entre dois objetos, eles parecem [Ricardo e De Quincey] considerá-lo como um resultado positivo produzido por uma quantidade definida de trabalho” (BAILEY, 1825, p. 30).

É sintomático nesse sentido que Bailey eleja Torrens como sendo o autor da mais sensata teoria do valor já escrita. Bailey (1825) traz uma citação de Torrens segundo a qual é impossível aumentar o valor de troca de um conjunto de mercadorias sem ao mesmo tempo diminuir o poder de troca de outro conjunto, com o qual o primeiro é comparado. Portanto, uma opinião muito parelha à de Bailey, e por isso, não surpreende que fosse elegida por ele como a mais sensata¹⁵.

E é nesse sentido que Bailey (1825) faz um resumo sobre as possibilidades de variação de valor que seguem as seguintes linhas: 1) se o valor denota uma relação entre dois objetos, uma mercadoria não pode ser considerada como valiosa ou alterar seu valor,

¹⁵ Torrens (1821) possui uma teoria do valor bastante peculiar. Para ele, valor de troca tem apenas a ver com a inclinação das pessoas a trocar algo que possua utilidade. Então, o fundamento da riqueza para ele não pode ser o valor de troca, porque isso tornaria ela mesma sujeita “a volições dos agentes morais”. Ele opõe a isso, o fato de a riqueza ser relacionada às qualidades pertencentes às posses materiais. De fato, ela tem alguma relação com a teoria do valor de Bailey, porque considera o valor como uma questão bastante acidental e fortuita, que pode, inclusive, depender da habilidade das pessoas que trocam. Porém, para Torrens, curiosamente, e de modo oposto à teoria de Bailey (1825), portar a qualidade de ser valioso ou não, não é um atributo das coisas. Não deixa de ser curioso que Bailey (1825) tenha eleito essa como a mais sensata teoria existente do valor, diante de algumas importantes dissonâncias entre seu trabalho e o de Torrens.

“O termo valor de troca, tem uma referência ao poder e às inclinações daquelas pessoas que possuem artigos de utilidade, e não a qualquer coisa que realmente pertença e seja essencial propriamente a esses artigos. O valor de troca, portanto, dependendo da vontade e da habilidade de dar uma coisa em troca de outra, é um acidente, uma circunstância casual, a qual às vezes é, e às vezes não, encontrada existindo na conexão com esses artigos que preenchem nossas vontades e gratificam nossos desejos. Definir a riqueza como consistindo em valor de troca, é a mesma coisa que defini-la como consistindo, não de qualidades ou formas pertencentes às posses materiais, mas nos motivos e volições dos agentes morais” (TORRENS, 1821, p. 11).

sem uma expressão ou implicação em referência a uma outra mercadoria: seu valor tem que ser valor em alguma coisa ou em relação a alguma coisa; 2) a relação de valor dos dois objetos sempre se altera de maneira recíproca; 3) o valor de uma mercadoria “somente pode ser expresso por uma quantidade de alguma outra mercadoria” (BAILEY, 1825, p. 34); 4) uma elevação ou redução do valor da mercadoria A diz que uma quantidade igual dessa mercadoria é trocada por uma maior ou menor quantidade de uma mercadoria B.

Assim apresentado o valor, uma outra questão que também é muito cara à Economia Política, perde o sentido para Bailey (1825): aquela que investiga temas acerca do valor real ou nominal de um determinado objeto. Para Smith (1776), “o valor real ou preço de uma mercadoria é o trabalho que ela comandará, enquanto o valor nominal é o dinheiro pela qual é trocada” (apud BAILEY, 1825, p. 37). Na visão de Malthus, como se sabe, o valor real seria o poder de comandar outras mercadorias pelas quais se troca, enquanto o nominal seria o poder de comandar metais preciosos. Segundo Ricardo, o valor real seria dado pela quantidade de trabalho e capital aplicado em sua produção em oposição ao valor nominal que seria dado por outras mercadorias e por dinheiro.

Para Bailey (1825, p. 39) a questão se resolve de outra maneira: o fato de o valor sempre implicar “valor em alguma coisa”, significa que se pode falar de tantos valores quanto tantas coisas existirem com as quais se pode comparar uma dada mercadoria. Pode-se falar, portanto de “valor-dinheiro, valor-grãos, valor-tecido, de acordo com a mercadoria com a qual se compara” (ibid., p. 39). Para Bailey (1825), os termos nominal e real, segundo o uso da Economia Política não significam nenhuma informação precisa: os movimentos possíveis, para os autores clássicos, de ampliação do valor real de uma mercadoria, ao mesmo tempo em que ocorra um declínio em seu valor nominal, são fenômenos que não fazem sentido dentro de uma teoria de valor relativo.

3.2 SALÁRIOS, LUCROS E A NEGAÇÃO DO CONFLITO DISTRIBUTIVO

Bailey (1825), no espírito da Economia Política, não estabelece uma distinção entre trabalho e força de trabalho. Desse modo, em sua teoria, seria possível avaliar o valor do trabalho¹⁶. Para fazê-lo, Bailey não se mantém na duplicidade anteriormente

¹⁶ Para a Crítica da Economia Política, a separação das categorias trabalho e força de trabalho é fundamental para a compreensão do processo de acumulação de capital. Nela, apenas a força de trabalho tem valor. O trabalho, que lá é entendido como processo, é gerador de valor, mas não possui valor em si mesmo. A mercadoria de que se trata é a força de trabalho, cujo consumo dela mesma é o processo de trabalho. A

mencionada de sua teoria do valor. Como se viu anteriormente Bailey tenta compatibilizar o valor com a estima comparativa que um objeto proporciona ao observador com a visão smithiana do valor de acordo com a qual, o valor significa o poder de comandar outras coisas no processo de troca. Para Bailey (1825), vem dessa segunda versão o valor do trabalho. Portanto, se nessa definição, Bailey vê o resultado lógico de sua teoria do valor relativo, o mesmo deve ser aplicado ao trabalho: o valor tem alto valor quando comanda uma grande quantidade de mercadorias, e um valor pequeno quando comanda uma pequena quantidade.¹⁷

Por isso, comparece uma dificuldade na análise: a de saber se o valor do trabalho corresponde ou não aos salários. O valor do trabalho, para Bailey (1825, p. 47) significa a relação na qual o trabalho se defronta com as mercadorias a um tempo dado, possuindo o salário o mesmo significado: “podemos dizer de maneira indiferente que os salários do trabalho são 3 xelins diários, ou o valor do trabalho é de 3 xelins diários”. Sua crítica a teorias que diferenciam valor do trabalho e salário caminha de um modo muito parecido àquele empregado na sua discussão acerca dos valores nominais e reais das mercadorias. O valor do trabalho, para Bailey (1825) só pode ser expresso pela quantidade de uma mercadoria pela qual ele é trocado. O que levaria, segundo o autor, por exemplo, a que a visão ricardiana incorresse em um erro lógico interno: se para Ricardo a produção do valor real do salário é dada pelo capital e pelo trabalho empregados na produção do próprio salário, o resultado seria um raciocínio circular:

Se eu falo de trabalho e de capital empregados na produção de salários, seria nesse caso o equivalente a falar sobre o trabalho e capital empregados produzindo o próprio trabalho, e não produzindo a prata ou qualquer outra mercadoria dada em troca do trabalho [...] se se adere rigidamente a esse princípio, segue-se que o valor do trabalho depende da quantidade de trabalho empregado em sua produção – o que é evidentemente um absurdo. (BAILEY, 1825, p. 50-1).

Essa passagem, a nosso ver, diz mais a respeito da visão de Bailey (1825) sobre a teoria dos salários e o valor do trabalho do que propriamente à de Ricardo. Ricardo, embora não diferencie trabalho de força de trabalho, também não iguala os salários ao valor do trabalho, por mais que eles tenham que possuir alguma relação,

Economia Política não possui essa distinção, e por isso atribui valor ao trabalho, muitas vezes medida pelo salário que se paga ao trabalhador.

¹⁷ É de se notar que, como nesse caso, o controle de rigor de Bailey (1825) nem sempre tem o mesmo peso para si mesmo tal como ele tenta impor para seus adversários. Por muito menos, o autor censurou De Quincey, quando esse afirmou que uma mercadoria de grande valor comanda uma outra de grande valor. Aqui, não bastaria, dentro do espírito do valor relativo baileyano fazer a afirmação nesses moldes. Afirmar que o trabalho tem um valor alto quando comanda uma grande quantidade de mercadorias não significa absolutamente nada se não se afirmar qual é o valor dessas outras mercadorias. E, no caso ainda, de elas forem consideradas valiosas, ainda sim a crítica de Bailey aplicada a De Quincey ainda pesaria sobre ele próprio.

quantitativamente falando. Entretanto, essa correspondência quantitativa não significa correspondência qualitativa, o que faz toda a diferença. Trabalho produzindo e concedendo valor ao trabalho seria naturalmente um absurdo. E Bailey (1825) procura atribuir isso a Ricardo, exagerando os termos de sua teoria, para tentar refutá-lo. Mas, o próprio Bailey é obrigado a reconhecer que não é disso que se trata. Ricardo afirma que na realidade o valor do trabalho não depende diretamente da quantidade de trabalho para produzir salários, mas da quantidade de trabalho necessária para produzir as mercadorias entregues ao trabalhador para que se reproduza minimamente do ponto de vista biológico.

O problema aqui está em que para Bailey (1825), como se viu anteriormente, não faz nenhum sentido a distinção entre categorias reais e nominais. Se se fala disso em termos de troca de mercadorias, seus valores para esse autor, serão sempre reais, porque efetivos, independentemente da mercadoria que se utilize para realizar essa medição. Já que no caso de Ricardo existe um componente real de salários que é dado pelas condições mínimas de reprodução do trabalhador, e que vai se refletir na quantidade de trabalho e capital necessários para sua produção – o que não pode ser medido puramente na troca – passa a haver um choque entre as duas visões. Ricardo parece ter uma profundidade maior na análise, porque não entende que os salários flutuem livremente dadas certas condições de mercado: elas são também determinantes, mas o valor do salário não pode originar-se simplesmente delas. Como um representante dos industriais que era, Ricardo leva isso às últimas consequências, sabendo que se se baratear os meios necessários para a reprodução do trabalho, aí sim será possível que os salários se reduzam e a acumulação de capital se expanda: o que fica claro, de modo prático, em seu papel destacado em oposição às leis protecionistas de importação de grãos, que só cairiam definitivamente na década de 1840. Contra isso Bailey (1825, p. 52) responde como se houvesse apenas uma “negligência imprópria”: como se se tratasse apenas de um argumento lógico. A teoria de Bailey, portanto, não possui o componente mínimo de subsistência na determinação dos salários.

Uma outra crítica feita pelo autor à teoria ricardiana dos salários, que parece ter um pouco mais de fundamento – mas é uma crítica externa, deve-se sublinhar desde já – é aquela na qual Ricardo teria afirmado que é possível que “o trabalhador possa receber mais mercadorias em troca de seu trabalho, ao mesmo tempo que o valor de seu trabalho, não obstante, possa ter caído” (BAILEY, 1825, p. 52). Para Bailey, isso seria um absurdo. Isso porque em primeiro lugar, para afirmá-lo, é necessário que se tenha um padrão invariável que mostre qual das duas mercadorias caiu em valor e qual delas subiu. Para Bailey (1825), como somente importa o valor relativo, seria impossível afirmar, por exemplo, que o valor das mercadorias dadas pelo trabalho tenha caído mais do que o valor

do trabalho, e por isso o trabalhador teria recebido mais valor em mercadorias. Em sua visão, isso significaria, de modo simples e claro, que o trabalho se valorizou e essas mercadorias recebidas em troca, por consequência, se desvalorizaram. Isso seria, além do mais, para Bailey (1825), uma tentativa de escapada por parte de Ricardo àquela definição de Smith, que o eminente economista político teria, conforme supõe o próprio Bailey, aceitado, segundo a qual o valor das mercadorias é dado pelo valor de mercadorias que ela pode comandar na troca.

A defesa de Ricardo focaria no ponto em que, se para ele importa a distribuição do valor entre as classes – ou a distribuição do produto anual do trabalho – os salários caindo, ao mesmo tempo em que comandam mais mercadorias, significaria que uma menor proporção da totalidade do valor vai para os trabalhadores, que estariam em uma situação distributiva pior e, assim, estariam com salários menores. Também haveria, nesse sentido, uma possibilidade de que em se caindo o valor das mercadorias recebidas em troca do trabalho, mais rapidamente do que o próprio trabalho, esse estivesse se tornado mais desvalorizado, precisamente porque o mundo das mercadorias não se limita às mercadorias dadas em troca dos salários, ou àquelas que se leva em conta o valor ao definir os salários que serão pagos sob a forma dinheiro.

Para Bailey (1825), contudo, como o autor sempre se baseia no valor relativo, um alto valor do trabalho significa imediatamente um alto salário – por mais que uma noção dessas tenha sido criticada por ele próprio –, sem considerar em nenhum momento a necessidade de qualificações adjetivas do tipo “real” ou “nominal”. “Se o trabalhador obtém uma pequena quantidade de grãos, o [valor do] trabalho deve estar baixo, em relação aos [dos] grãos” (BAILEY, 1825, p. 61). Se por exemplo, se se considerasse que o trabalho tivesse um alto valor, porém os grãos um valor ainda mais alto, significaria imediatamente, para o autor, que o valor do trabalho está de fato em uma situação de valor menor, porque o que importa para ele é sempre o resultado da avaliação de valor de casos específicos. De maneira sintética, a conclusão que se tem é que “uma ascensão ou queda do trabalho implica um aumento ou decréscimo na quantidade de mercadorias que são dadas em troca por ele.” (BAILEY, 1825, p. 62).

Seguindo o esquema ricardiano, que ao olhar para a distribuição chega à constatação que uma elevação no nível de salários provoca uma queda nos lucros, Bailey (1825) procura também se contrapor, de maneira polêmica, ao famoso economista político clássico. Ao analisar o lucro, Bailey também nesse particular, realiza uma crítica a Ricardo a partir de fora, colocando suas próprias definições, aplicando-as posteriormente aos próprios esquemas de análise ricardiano. Aqui nos parece, contudo,

que a oscilação de Bailey (1825) é maior do que em outros pontos até aqui apresentados. O autor não consegue se ater a uma definição fixa de valor (algo que exige sempre de seus adversários), e por isso, logo que enuncia o conflito existente na economia política entre capital e trabalho – algo com o que ele não concorda existir. Bailey (1825) começa por se contradizer progressivamente sem ser capaz de dar, por isso, um bom termo à sua discussão. A questão se torna especialmente complicada nesse momento, porque como a Crítica da Economia Política demonstra, a Economia Política não foi capaz de explicar de modo convincente a origem dos lucros. Por isso, quando adentra nesse tópico, suas assunções e resultados podem ter algum caráter de arbitrariedade.

Bailey (1825), com o intuito inicial de contrapor-se a Ricardo na existência do conflito entre salários e lucros, recorre justamente a certos argumentos *ad hoc* para chegar a seu resultado. Pela exposição, o leitor poderá verificar se se tratam efetivamente ou não de imposições forçadas por Bailey (1825) no trato da discussão. Depois de anunciar, de maneira simplória, que o valor do trabalho é idêntico ao salário, ou seja, dado apenas pelas mercadorias que são recebidas pelo trabalhador, Bailey tem de explicar o que seria para ele o conteúdo do lucro. Para ele, “lucros não podem ser considerados como análogos aos salários” (id., 1825, p. 62). O “trabalho é uma coisa permutável, ou uma que comanda outras coisas na troca; mas o termo lucro denota apenas uma fatia ou proporção das mercadorias, não um artigo que pode ser trocado por outros artigos” (ibid., p. 62). Ao impor a colocação do problema dessa maneira, Bailey (1825) se coloca diante de uma série de dificuldades, as quais poderá dar somente uma solução relativamente precária.

Sem fazer a crítica, a partir de fora, acerca de sua limitação de tratar o trabalho como coisa ao invés de tratá-lo como processo, aparece imediatamente uma arbitrariedade baileyana: por que o trabalho é uma coisa pela qual se troca e por que os lucros são considerados uma proporção? Simplesmente pelo fato de que, na aparência, não se troca nada por eles diretamente? Seria por que ele não se contrapõe, segundo as figuras contábeis, a uma outra conta? Essa ausência é suficiente para considerar os lucros como um dado e como uma mera proporção? E, ao anunciar a questão dessa maneira, realmente passa-se por cima da questão da origem e da definição das margens e dos tamanhos dos lucros? E se o lucro não se troca por nada, nesse caso, deveria ser claro que a visão de Bailey (1825) não se ajusta, sequer, a teorias modernas do lucro que o associam ao risco: se o lucro não é contraposto a nada, ele também não é remuneração ao risco, ele não é uma contrapartida a uma aventura empreendedora. Essa definição a partir das proporções oferece uma vantagem, na aparência, a Bailey (1825) em distinção a autores, como Ricardo, que analisam o salário como contraposto ao lucro. Se uma grandeza é absoluta

– os salários – e a outra é medida apenas proporcionalmente, elas não poderão ser diretamente comparadas entre si. Não se pode comparar uma grandeza absoluta com uma relativa. Isso tem implicações significativas.

O autor trata da questão do seguinte modo, a título de exemplo:

Quando nos perguntamos se os salários subiram, nós perguntamos se uma porção definida de trabalho é trocada por uma quantidade maior de outras coisas do que antes; mas quando nós perguntamos se os lucros subiram, nós não perguntamos se uma porção definida de algum artigo chamado lucro irá ser trocado por uma quantidade maior de outras coisas do que antes, mas se o ganho do capitalista comporta uma maior taxa em relação ao capital empregado. (BAILEY, 1825, p. 62-3).

Há sem dúvida uma certa engenhosidade nesse argumento. Ao tratar os lucros, apenas a partir do ponto de vista de sua taxa, o autor é capaz de compatibilizar teoricamente um aumento nos lucros simultâneo ao aumento de salários. Mas, ele seria, por exemplo, incapaz de considerar como aumento nos lucros uma ampliação do emprego de capital que comporte a mesma taxa de lucros anterior. Para ele, isso não será um aumento dos lucros, porque se limita a considerar a questão apenas do ponto de vista proporcional. Como seu princípio de valor é relativo e limitado às mercadorias que estão efetivamente na troca, Bailey (1825) procura compatibilizar a comparação entre uma grandeza relativa (o lucro) com uma absoluta (o salário) da seguinte maneira: se se considera que o produto do trabalho de seis trabalhadores possa ser, 100, 200 ou 300 *quarters* de grãos, e considerando que o capitalista sempre recebesse $\frac{1}{4}$ dessa produção, seu lucro teria de permanecer o mesmo, afinal a proporção não seria alterada, na visão de Bailey (1825). Então, se a produção fosse de 100 *quarters*, 75 seriam dados a 6 trabalhadores, e 25 para o capitalista, o que seria suficiente para comandar o trabalho de 2 trabalhadores. Se o produto fosse 300 *quarters*, os trabalhadores receberiam 225 *quarters*, e o capitalista 75, o suficiente para comandar o trabalho de 2, novamente (BAILEY, 1825, p. 69).

O valor dos lucros, portanto, estimados em trabalho, segundo sua visão, permaneceriam os mesmos, uma vez que a taxa de retorno permaneceu a mesma. Porém, deve-se convir que essa é uma estimativa limitada e relativamente confusa; Bailey (1825) fez a medição apenas contra o trabalho, como se a elevação dessa produção específica fosse capaz de ampliar todos os salários de todos os setores. Os lucros permaneceram os mesmos, porém o capitalista recebe mais grãos do que antes. Pode-se dizer, portanto, segundo o esquema baileyano que os lucros subiram em relação aos grãos, mas permaneceram constantes segundo o trabalho? De fato, contudo, o que se vê é que no contexto geral essa quantidade de grãos recebida, se não consegue comandar mais trabalhadores, consegue, certamente, comandar uma quantidade maior de outras

mercadorias, afinal seria impossível uma elevação simultânea de todos, de modo que os seus valores relativos permanecessem os mesmos. A tentativa de resolver o problema em termos proporcionais para o lucro, como se vê, não é inteiramente satisfatória por parte desse economista político, deixando algumas questões em aberto.

Ele o faz, contudo, como se disse, com vistas a se contrapor a Ricardo acerca da existência do conflito entre lucros e salários. Para Bailey, o valor do trabalho não depende da proporção do produto total, apenas os lucros sendo considerados dessa forma. O aumento do valor do trabalho é a maior quantidade de mercadorias que irá comandar na troca e um aumento dos lucros é o aumento da proporção recebida. O que como se disse, é uma relativização, a transformação em taxa, de uma figura contabilmente absoluta: o lucro. Assim, Bailey (1825) quer demonstrar que para que haja uma queda dos lucros em função do aumento dos salários, haveria a restrição de que o valor do trabalho não subisse em função da elevação da sua capacidade produtiva. Se isso acontecer, de fato os salários sobem e os lucros caem. Mas, deve-se lembrar que afirmar que salários sobem e lucros caem no esquema baileyano é afirmar que os salários comandam mais mercadorias do que antes, e que o lucro é uma proporção menor de mercadorias recebidas: a comparação é realizada em tempos diferentes, salário anterior e salário atual e lucro anterior e lucro atual. Como são grandezas de ordens distintas não podem ser comparadas entre si. Porém isso abre um novo problema, já que para o autor, é particularmente problemática a relação de uma mercadoria consigo mesma entre um período e outro (BAILEY, 1825, p. 71). Tudo o que se poderia fazer seria comparar-se o mesmo par de mercadorias em dois tempos distintos.¹⁸

O exemplo que Bailey (1825) oferece nesse aspecto é particularmente elucidativo. Se um trabalhador que recebe 25 mercadorias quaisquer a cada 100 que produz, e passasse a receber 22 a cada 100, porém com um produto total de 200, ele receberia ao final das contas 44. Teria, portanto, recebido um acréscimo salarial. O capitalista, da sua parte, anteriormente receberia 75% do produto total, passaria a receber 78%. Assim, teria também seus lucros elevados ao mesmo tempo em que o trabalhador o seu salário elevado. Bailey o faz de modo a tentar refutar a tese do conflito ricardiano, como se pode ver.

É de se sublinhar, contudo, que uma crítica dessa natureza não é suficiente para se contrapor a Ricardo, porque aquele autor não afirma categoricamente que seja impossível uma subida conjunta de salários e lucros. O que ele coloca é a existência desse

¹⁸ Com importantes limitações. Bailey (1825, p. 73) o elucida com um exemplo: “se uma mercadoria no ano 100 valia 2B, e no ano 1800 passasse a valer 4B, nós poderíamos dizer que A dobrou o seu valor em relação a B. Mas isso, que é o único tipo de comparação que podemos realizar, não nos daria nenhuma relação entre A no ano 100 e A no ano 1800”.

conflito distributivo básico. Em uma conjuntura onde exista aumento de produto, lucros e salários podem ser aumentados conjuntamente. Para Ricardo, isso não anula o conflito distributivo como Bailey quer fazer crer. Esse conflito continua se manifestando, e passa a haver aí uma maior concentração de riqueza, que não pode ser negligenciada pela simples dissociação lógica de se transformar o lucro em uma grandeza relativa e o salário em uma absoluta.

Na realidade, e aí fazendo-se uma análise externa, o grande problema dessa discussão é originário, em primeiro lugar, de se considerar o processo de trabalho como uma mercadoria em si mesmo. Isso cria um problema de avaliação de salários: o trabalhador é pago em função do quê? Da sua existência física, da quantidade de mercadorias produzidas? De acordo com sua produtividade? E em segundo lugar, de um problema de definição de grandezas: a justificativa de Bailey é suficiente para dizer que lucros sempre devem ser tratados proporcionalmente, e por isso sua avaliação acerca de sua subida ou descida, deve sempre seguir fatores proporcionais? Uma taxa de lucros constante diante de um capital aumentado, não significa, na prática, um aumento dos lucros? Para Bailey, um capital de 100 que produza um lucro de 10, comparado a um capital de 200 que dê um lucro 20, é o mesmo lucro? De mesma taxa, é evidente que são, mas o mesmo lucro? Mais uma vez, por que tratar o lucro apenas sob seu aspecto proporcional? É uma tentativa analítica de driblar um problema distributivo óbvio, sem sequer o mencionar de maneira explícita? Bailey (1825) tem alguma engenhosidade lógica no seu argumento, mas não resolve problemas de pressupostos, e por isso, a análise se torna problemática. Sem uma teoria que explique os lucros, a mera consideração como proporções que variam sem motivo aparente, não pode satisfazer minimamente a colocação do problema. Esse não é um problema exclusivo de Bailey, é comum a alguns autores da Economia Política, como por exemplo, Torrens (1827), mas nem a sua, na maioria das vezes, preocupação com o rigor conceitual, é capaz de solucioná-lo, sequer logicamente, sem que pareça uma afirmação com um certo grau de arbitrariedade.

3.3 A TEMPORALIDADE, A MEDIDA, E AS ALTERAÇÕES DE VALOR

De maneira coerente com seu princípio relativo do valor, Bailey (1825) quando trata da comparação de mercadorias em diferentes períodos de tempo, não pode deixar de censurar boa parte da Economia Política. Ele introduz o tópico afirmando que talvez a comparação do valor de mercadorias em diferentes períodos de tempo, seja a questão que mais cause embaraço aos economistas políticos. Para Bailey (1825), contudo, o valor só

se manifesta na comparação entre duas mercadorias distintas. Assim, comparar, como se afirmou anteriormente, uma mesma mercadoria em diferentes tempos é uma tarefa consideravelmente complicada. Se uma comparação contemporânea de valores de mercadorias, só pode existir entre mercadorias diferentes, a comparação de uma mercadoria consigo mesma não faria sentido, mesmo que em espaços temporais distintos. O máximo que se pode fazer, na visão do autor, seria comparar uma relação de mercadorias em dois períodos distintos de tempo: mercadoria A e B no tempo T_1 e mercadoria A e B no tempo T_2 . Fora dessa relação imediata indicada, o valor não existe para Bailey (1825). Para ele, a razão pela qual somente nesse momento a relação possa existir, deriva da análise segundo a qual “o valor é uma relação entre mercadorias contemporâneas, porque somente assim se admite que sejam trocadas uma pela outra” (BAILEY, 1825, p. 72). Além disso, não se poderia comparar a mesma mercadoria em diferentes estágios de tempo porque a comparação de valor, “não é uma comparação de alguma qualidade intrínseca ou independente em um período com a mesma qualidade em um outro período, mas uma comparação de proporções, comparação entre quantidades relativas pelas quais as mercadorias se trocam em diferentes épocas.” (BAILEY, 1825, p. 72-3).

Essa sua posição leva a um confronto com Ricardo. O próprio enunciado no cabeçalho do capítulo sobre o valor presente na obra de Ricardo (2004), é o caminho escolhido por Bailey (1825) para contrapô-lo, no que concerne a essa questão. Sintetiza Ricardo (2004, p. 11): “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra mercadoria pela qual será trocada, depende da quantidade relativa de trabalho que é necessário para sua produção, e não da maior ou menor compensação que é paga por esse trabalho”. Bailey (1825) realiza uma leitura de supostas assunções implícitas acerca da afirmação de Ricardo, e tenta corrigi-la a seu modo, segundo suas crenças. Para o autor, Ricardo, na primeira parte da sentença estaria falando de mercadorias contemporâneas, entre as quais seria possível, portanto, se estabelecer uma relação de valor. Na segunda parte do trecho mencionado, Bailey (1825) acredita que Ricardo parece ter feito referências involuntárias à mesma mercadoria em períodos diferentes: sem explicar o porquê dessa sua suposição, que ao que parece, é pelo fato de que o salário possa variar, e que, desse modo, se esteja em relações temporais distintas com relação à produção inicial da mercadoria na qual aquele trabalho específico é empregado.

A tentativa, mais explícita, contudo, realizada por Bailey (1825) de realizar a crítica sobre Ricardo, diz, como não poderia deixar de ser, mais sobre sua própria concepção de Economia Política do que propriamente acerca de falhas do pensamento

ricardiano. O enunciado de Ricardo citado no parágrafo anterior, deveria, na visão de Bailey (1825), e ainda concedendo hipoteticamente para fins analíticos da teoria do valor que se origina no trabalho pudesse ser verdadeira, ser expresso com as seguintes palavras:

Os valores de duas mercadorias contemporâneas A e B estão um para o outro, assim como a quantidade de trabalho necessário para sua produção, e elas *não* estão uma para a outra como *valores* do trabalho empregado em sua produção (BAILEY, 1825, p. 79-80, grifos do original).

Para Bailey (1825) a partir dessa correção, ainda restaria um problema no esquema ricardiano. E é justamente isso que diz mais sobre sua Economia Política do que sobre a daquele autor. Para Bailey se a primeira proposição é válida, ou seja, se o trabalho necessário relativamente para a produção de A e B é que vai determinar os seus valores relativos, o valor do trabalho empregado em ambas também deveria ter o mesmo valor. Se assim não o fosse, necessariamente implicar-se-ia no fato de que A e B possam ser iguais em valor, embora o valor do trabalho empregado em uma delas fosse maior ou menor do que na outra; ou que A e B possam ser diferentes em valores, enquanto o trabalho empregado nelas seria igual em valor.

A perplexidade de Bailey (1825) a esse respeito é que impressiona. Como já foi dito, possivelmente boa parte dos problemas que se originam em análises desse tipo podem advir da insuficiência da análise da Economia Política na direção de se estabelecer o processo de trabalho como algo diferente da força de trabalho. Isso cria uma série de arbitrariedades como já se disse antes: ou seja, sob quais termos teria o trabalho seu valor avaliado? Seria dado pelo mercado, pelo nível de subsistência, pela produtividade? Todas essas questões são evitadas quando aquela distinção é feita. Porém, não se pode exigir de Bailey (1825) essa distinção 32 anos antes de ser realizada pela primeira vez na Crítica da Economia Política. A questão de fundo, de contenda, entre Ricardo e Bailey (1825) está, em última instância, na investigação se níveis distintos de salários alteram ou não o valor das mercadorias. Para Ricardo (2004), como é o trabalho necessário para a produção, e não o pagamento dos salários que importa, salvo em casos especiais, não haverá essa alteração de valor¹⁹, e é justamente por isso que sua análise econômica contém um aspecto conflituoso. Se o valor não pode se alterar em um dado momento e se os salários sobem sem que o valor da mercadoria produzida por esses trabalhadores com os salários aumentados acompanhe, tem-se um conflito distributivo nesse caso específico. Ou pode-se fazer a análise pela mera comparação de proporções, no mesmo tempo: uma mercadoria A que dependa de X horas para ser produzida, correspondendo a um salário

¹⁹ Aqui se utiliza essa terminologia de “alteração” e não de “comparação” para a maior adequação possível à crítica baileyana a Ricardo.

Y, vai ter o mesmo valor de uma mercadoria B que dependa de X horas para ser produzida, pagando-se aos trabalhadores um salário $1,2Y$. Bailey (1825) fica completamente perplexo diante desse fato, e não é capaz de admitir que um salário mais alto ou mais baixo possa produzir o mesmo valor. Já que sua teoria do valor é sempre relativa, se há uma subida no valor do trabalho, em sua visão, e a mercadoria produzida mantivesse a mesma quantidade de trabalho necessária – e isso não é exatamente a visão de Bailey, mas uma concessão feita por ele – o resultado seria que, relativamente, e isso é tudo o que importa, a mercadoria em questão estaria valendo menos. Portanto, o trabalho valendo mais, significa a mercadoria valendo menos, *coeteris paribus*. Mas, há um problema de causalidade: como as duas coisas se relacionam? Como o valor do trabalho empregado se transferiria ao produto? Ou se trata apenas, analiticamente, de comparar as duas grandezas, no caso de essas variações por ele trazidas serem possíveis?

Portanto, em sua análise dos salários, há implicitamente um componente que se conecta com o resultado produtivo final desempenhado pelo trabalhador. Isso, para não mencionar o fato de que Bailey (1825) tenta refutar Ricardo com esse argumento que não é apenas externo, como também incompleto. Diferentemente do clássico da Economia Política, a análise baileyana a essa altura da exposição não leva em conta o papel do capital na formação do valor das mercadorias, e assume – a título de concessão, reforce-se – que apenas o valor trabalho diretamente aplicado sobre a produção determina o valor das mercadorias. Sem contar que Bailey (1825), por vezes, quando realiza concessões parciais a Ricardo, tenta demonstrar seus próprios argumentos que nem sempre são compatíveis com essas mesmas concessões. Em suma, assumir que o trabalho tenha valor, ao mesmo tempo em que se procura introduzir o relativismo do valor, não pode resultar em outra coisa senão uma argumentação obscura – especialmente porque o trabalho, se considerado como mercadoria, teria sua presença garantida na produção de todos os bens. Também como se disse anteriormente, os pontos mais perspicazes trazidos por Bailey (1825) à discussão, normalmente se situam nas afirmações de quando ele tenta fazer a análise do sistema de Ricardo exclusivamente a partir de dentro, sem concessões parciais ou tentativas de imiscuir seus próprios elementos teóricos com os daquele autor.

Por isso, sua conexão do fator contemporaneidade com a relação do valor do trabalho – Bailey sequer fala em transmissão – com o valor proporcional da mercadoria produzida também não parece ser a mais clara:

Parece ter surgido, como no caso do senhor Ricardo, pela mistura da comparação entre mercadorias contemporâneas com aquelas da mesma mercadoria em diferentes períodos, o que o levou a uma indiferença errônea, na qual por conta do valor de A em um período não comportar a mesma relação ao valor do seu trabalho como em outro período, portanto os valores das duas mercadorias

contemporâneas não traziam a mesma relação entre umas e outras como valores do trabalho respectivamente despendidos na sua produção. (BAILEY, 1825, p. 91).

Ou seja, Bailey (1825) procura resolver a sua perplexidade com relação ao fato potencial de os salários se alterarem (o valor do trabalho em sua visão) sem que o valor da mercadoria produzida se altere, atribuindo a Ricardo uma suposta confusão acerca de aspectos intertemporais de análise. Essa seria, para Bailey (1825), a única justificativa plausível para que o valor do trabalho não alterasse o valor da mercadoria, ou não comportasse a mesma proporcionalidade na produção de dois bens distintos. Isso é, acreditamos, um problema oriundo da não separação do trabalho e da força de trabalho: isso causa a confusão de duas instâncias que são distintas, uma delas sendo o processo de produção em si, esse que produz valor, e aquele no que se refere ao valor dessa mercadoria que quando consumida gerará, ela mesma, o processo de trabalho, e, portanto, o valor. São instâncias intimamente correlacionadas, porém distintas, e essa distinção tem muita importância para análise da formação do valor das mercadorias.

3.4 PADRÃO E MEDIDA DE VALOR

Acerca da medida do valor, que é para onde as consequências finais do pensamento de Bailey (1825) apontam, não se pode dizer que exista alguma novidade significativa com relação às exposições precedentes. O que há de interessante nesse aspecto é sua radicalidade no que se refere à relativização do valor e nas suas críticas direcionadas à Economia Política a ele anterior.

Segundo Bailey (1825), talvez a medida do valor possa ter sido o tema que mais tenha causado confusão no seio da Economia Política. Para o autor, sequer uma significação correta do termo teria sido buscada entre aqueles autores que o antecederam. Por isso, seu ponto de partida ao tratar do mesmo tema foi o de realizar a busca por uma maior precisão. Sua análise, no espírito das demonstrações precedentes, se desenrola a partir da constatação de que a Economia Política teria assumido como óbvio que o valor seria medido da mesma forma com a qual se mede a extensão ou o peso: dever-se-ia possuir um objeto de valor invariável contra o qual se analisaria as proporções, servindo, assim, como padrão. Então, a partir de aí, ter-se-ia um critério de medida do valor da mercadoria em questão, ou, em última instância, um meio de se medir o valor de todas as mercadorias. Seguindo o mesmo sentido das exposições anteriores, a essa altura já deve ser previsível, para o leitor, o sentido que a crítica de Bailey (1825) deve tomar: se para ele não faz sentido o valor de uma mercadoria que seja invariável, já que a mera variação

de uma faz com que todas tenham seu valor alterado, já que não existe valor que não seja variável, a adoção de uma medida ou padrão universal qualquer, seria para Bailey (1825) algo profundamente problemático.

O autor, como é de sua praxe, utiliza o método das analogias para demonstrar o seu argumento ou para negar uma opinião corrente. “Ao se medir o cumprimento de um objeto nós encontramos qual proporção ele possui em relação a algum outro objeto, ou em outras palavras, quantas vezes um é contido no outro.” (BAILEY, 1825, p. 95). Uma operação física pela qual se conhece um fato a partir da proporcionalidade entre um objeto de medidas antes desconhecidas e um instrumento de medidas conhecidas. Ao se tentar aplicar raciocínio análogo à medida de valor das mercadorias, Bailey afirma que não há qualquer semelhança entre as duas operações. O máximo que pode ser feito, no sentido de se estabelecer uma medida, seria a aplicação da seguinte lógica: “se eu sei o valor de A em relação a B, e o valor de B em relação a C, eu sei o valor de A e C, um em relação ao outro, e, portanto, o seu poder comparativo de comprar todas as outras mercadorias” (BAILEY, 1825, p. 26).

A semelhança, segundo o autor, existente entre os dois tipos de medição, a de extensões físicas e a de valores, reside no fato de que, em ambos os casos, utiliza-se um elemento externo ao objeto observado para se calcular sua magnitude. Assim o seria ao se medir a dimensão de pedaço de madeira, ao se usar uma unidade anteriormente estabelecida, como por exemplo pés, isto é, dada a priori. O mesmo deve se aplicar à medição relativa indireta do valor das mercadorias A e C do exemplo acima. Sua proporção de valor em relação à mercadoria B deve, forçosamente, ser conhecida anteriormente. A comparação, desse modo, somente será possível porque ambas as mercadorias são expressas em termos de B, e, portanto, expressas na mesma unidade. Portanto, um argumento logicamente correto por parte do autor²⁰, que, contudo, é por ele relativizado, porque entende que B na realidade não é uma medida, como seria no caso do estabelecimento das dimensões de um pedaço de madeira, mas sim, um meio de

²⁰ É válido mencionar aqui que, entretanto, esse zelo quanto à lógica das medidas não é uniforme ao longo da obra do autor. Como se viu anteriormente, Bailey, sem aplicar o mesmo rigor lógico à medida de salários e lucros – uma grandeza sendo o valor absoluto e a outra uma proporção, e assim, um valor relativo – não vê problemas em conciliar em sua teoria a possibilidade de aumentos simultâneos de salários e lucros. Esse é um fenômeno que claramente é possível, também como se viu. A questão é que no ímpeto de se contrapor a uma suposta ou pretensa máxima ricardiana que coloca salários como antagonistas aos lucros em todos os casos, Bailey se apressa em fazer uma análise que permitiria ser mais conciliatória em todos os casos. No ideal ricardiano, contudo, essa máxima é dada somente no sentido de que salários que sobem afetam os lucros. Isso não significa que não possam crescer conjuntamente. Significa, por exemplo, que a um dado momento, os salários poderiam crescer juntamente com os lucros, mas com esses tendo seu incremento suavizado, reduzido, pelo aumento da parte do produto anual destinado aos trabalhadores.

comparação, o que para ele seria o ponto de analogia entre as duas operações. Por ocasião da análise da recepção de Bailey pela Crítica da Economia Política, veremos que Marx (1985a), encontra aí uma hipótese não explicitada pelo economista político: dessa analogia, da mesma forma que se supõe que dois pontos devem se localizar no espaço para que sua distância seja medida, duas mercadorias também deverão ter valor, para que possam ser comensuráveis.

Partindo de uma visão como essa descrita, o autor afirma que tudo que poderíamos entender como sendo medida de valor, seria uma terceira mercadoria que poderia servir como um meio de se estabelecer as proporções de valor entre elas: “que não tivéssemos nenhuma condição de colocá-las em comparação direta” (BAILEY, 1825, p. 98). Então, se se quisesse, por exemplo, conhecer a relação de troca entre tecidos e grãos, e não houvesse a possibilidade de um escambo direto, o caminho a ser percorrido, para a avaliação de seus valores, seria a comparação com uma terceira mercadoria. Entendida essa última, para fins de exemplificação, como a prata, o ouro, ou o dinheiro, e se soubesse que uma jarda de tecido valesse 10 xelins e um *bushel* de grãos 5 xelins, saber-se-ia que 2 *bushels* de grãos equivaleriam a 1 jarda de tecido e teriam um poder igual de comandar outras mercadorias. A questão é que, segundo o autor, isso é apenas o estabelecimento de um meio de comparação, e é um procedimento bastante distinto com relação à medida de cumprimento.

A questão até aqui se apresenta de maneira bastante simples e direta. Bailey (1825) realiza uma distinção entre medida de valor e meio de comparação, o que até aqui não tem consequências muito significativas para o raciocínio. Porém, o problema torna-se maior quando o autor começa a conduzir o argumento, ainda que sem explicitá-lo, de modo a se ajustar a sua teoria relativista do valor. E, isso fica patente quando a natureza da mercadoria que serve como meio é por ele descrita. Para Bailey (1825) seria indiferente estabelecer como meio de comparação o dinheiro ou uma outra mercadoria qualquer. Todas elas serviriam para o mesmo propósito. O dinheiro, contudo, teria uma vantagem de ser não somente a medida geralmente empregada, como também a mais conveniente de todas para atender a esse propósito específico. Porém, trata-se, na visão do autor, de um problema polêmico dentro da Economia Política, porque segundo ele, dentro dessa ciência, como esperado, o dinheiro teria alguma validade para servir como meio de comparação entre duas mercadorias a um mesmo tempo. Entretanto, para os economistas políticos, na visão de Bailey, o dinheiro seria inadequado como um meio de comparação de valores entre mercadorias em diferentes períodos, entre outros motivos, por sua volatilidade alegada.

Como se viu anteriormente, o princípio relativista do valor de Bailey (1825) no qual uma relação de valor só pode surgir entre duas mercadorias simultâneas, e seu valor somente poderia ser expresso em termos mútuos. O autor entenderia, então, que a tentativa da Economia Política de encontrar uma mercadoria de valor fixo para servir como meio de medida de valor de todas as demais mercadorias em diferentes tempos, seria infrutífera. O máximo que se poderia fazer seria comparar a relação de duas mercadorias iguais em tempos diferentes: por exemplo, trigo e caça no ano 1600 e trigo e caça, novamente, no ano 1800. Isso seria o máximo. Não haveria mercadoria que não variasse valor, porque se uma mercadoria tem seu valor alterado, todas as outras têm, se a comparação e possibilidade de trocas for ubíqua. Desse modo, como também se viu anteriormente, o princípio adotado por alguns economistas políticos de se estabelecer medidas de valores nominais e reais, não faria nenhum sentido para o Bailey. Se o valor é relativo e somente se manifesta – ou em seu caso, embora não use essas palavras, somente exista – no interior e na imediatividade da troca, essa distinção não teria motivos para existir, na visão do autor. Isso leva ao seguinte impasse no que se refere ao estabelecimento de medidas e meios de comparação de valor: se para Bailey, o valor é apenas uma expressão relativa, e se ele desprezou a distinção entre medidas reais e nominais, não faria diferença, em termo algum, o estabelecimento de uma mercadoria X ou Y como meio de comparação.

Olhar os preços de uma mercadoria A em um período t e em um período $t + 1$, bastaria para Bailey (1825). Isso permitiria ver que o valor da mercadoria A em relação à mercadoria dinheiro se alterou nos dois períodos. Ou seja, a relação entre dois valores, valores esses que seriam em si mesmos uma comparação, e não uma positividade. E vice-versa, já que para Bailey (1825) a reciprocidade na medida do valor é uma instância inescapável. Então, olhar os preços de duas mercadorias, igualmente, bastaria para saber se o valor de uma mercadoria se alterou em relação ao valor de outra.

Se no ano 1600, o preço do tecido fosse 20 xelins por jarda e os grãos, 10 xelins por bushel, e no ano 1800, o tecido com preço de 10 xelins e os grãos 10 xelins, saltaria imediatamente aos olhos que em 1600 uma jarda de tecido comandaria na troca ou valeria dois bushels de grãos, e em 1800 apenas um bushel. (BAILEY, 1825, p. 99).

Isso é tudo que importaria para Bailey (1825). Os preços das mercadorias em períodos distintos revelaram seu valor – que para ele é somente relativo – entre as duas mercadorias. Há evidentemente uma lógica nesse argumento, mas somente porque a temática dos valores absolutos não entra em questão, e também porque não se coloca a

necessidade de se medir todas as mercadorias. Apenas as três que entram nesse exemplo específico teriam importância, e aí, poder-se-ia, de fato, estabelecer magnitudes relativas de seus valores em tempos distintos. Mas, uma vez que se investiga o valor específico da mercadoria que estaria abaixo da sua manifestação relativa, onde constaria alguma dimensão absoluta, ainda que social, traria outras cores ao problema. No capítulo seguinte, quando se tratar de avaliar a recepção da análise baileyana pela Crítica da Economia Política a natureza dessas questões, bem como suas potencialidades para o avanço do conhecimento dos fenômenos econômicos, essa questão poderá ser melhor elucidada

O que o autor faz, desse modo, é trivializar, de alguma forma, o problema. Se a Economia Política lutou, de diversas maneiras, independentemente de ter ou não obtido sucesso, em buscar uma mercadoria que fosse padrão para a medição de valor das demais, para Bailey (1825, p. 102) isso teria sido um esforço desnecessário, porque qualquer que fosse a mercadoria escolhida, por definição, ela produziria um resultado falacioso. Segundo sua visão, “medida de valor não significa nada além de uma mercadoria empregada como meio de comparação” e, longe de isso ser uma dificuldade, caso fosse possível, teríamos já na prática imediata essa mercadoria em plena operação. A tarefa hercúlea da Economia Política que o antecedeu seria inútil: Bailey considera que aquilo que utilizamos diariamente para desempenhar esse papel, o dinheiro, é, nessa função, possuidor de “toda a perfeição que é possível de se conceber” (ibid., p. 102). E, como para Bailey (1825, p. 112), o que importa é a imediaticidade da troca, porque o que tem alguma significação é justamente o valor relativo, ele pode, dentro de seu sistema, declarar que “se o dinheiro, portanto, é um bom meio de comparação a um tempo, então ele o é em todos os tempos”. Todas as questões que se dirigem a distinção entre valor nominal e real, busca de mercadoria com valor fixo em todos os tempos, avaliação do valor de uma mercadoria comparando-a a si mesma em tempos distintos, são para Bailey (1825) falsas questões.

Em particular, a busca da Economia Política por uma mercadoria de valor fixo que servisse de padrão à avaliação do valor das demais, é descartada por Bailey (1825) não somente pelo que fica implícito em suas colocações até aqui. Mas, também de modo explícito: se não se pode falar de valor de uma mercadoria que não pode deixar de ser relativo, então o valor de qualquer mercadoria tem que se expressar em outra. “Nós não podemos falar de valor, como mostrei anteriormente, sem implicar valor em alguma coisa” (ibid., p. 101). Uma mercadoria não poderia existir como esse padrão, porque se uma variasse seu valor, essa mercadoria padrão teria seu valor variado expresso pela

quantidade dessa primeira: portanto, não seria fixa. Daí a presença de uma analogia constante em toda a discussão de Bailey (1825): que esse procedimento da Economia Política seria como estabelecer que a distância da Terra para o Sol poderia se alterar mantendo a mesma distância do Sol para a Terra. A única possibilidade de existir valor invariável é se a proporção de troca entre duas mercadorias permanecesse a mesma em todos os tempos. Isso porque para Bailey (1825) valor é isso. Não é algo posto em si mesmo, é o que se expressa na troca. Mas, a obtenção de uma relação fixa dessas também seria inútil no sistema baileyano. A mesma proporção entre duas mercadorias existiria e seria a mesma, portanto mesmo valor, mas não permitiriam expressar mudanças de valor em outras mercadorias, porque ao fazê-lo, imediatamente, se está variando o valor da mercadoria que se considerou de valor fixo.

Seu princípio relativista do valor leva, portanto, ao fim da analogia inicialmente apresentada: aquela que procurava estabelecer um paralelo entre a medição do valor e a medição do cumprimento de um objeto qualquer. O instrumento ou padrão de medida do cumprimento, do espaço, deve ser invariável para que se possa estabelecer comparações entre dois objetos distintos. O instrumento ou padrão, que é o terceiro objeto em causa, deve manter-se o mesmo até que tenha sido aplicado a ambos objetos, ou sua variação deve ser conhecida em termos absolutos. A partir de aí, pode-se comparar as medidas. No caso do valor, segundo Bailey (1825), o processo é diferente. Não é necessário, em primeiro lugar, nenhuma operação física, como seria o caso dessas medições de objetos. A relação dos valores de duas mercadorias para uma terceira, não se dá pela aplicação de nenhum instrumento, mas é apreendida a partir do “intercâmbio com a humanidade, ou pela inspeção de documentos nos quais são registrados” (BAILEY, 1825, p. 108). A invariabilidade não seria, no caso do valor, necessária ou, no limite, não seria possível. Se o que importa são as relações entre mercadorias e uma expressa seu valor na outra, logo, qualquer objeto que seja possuidor de valor, servirá para o objetivo posto. Reduzir duas mercadorias a um denominador comum²¹, isto é, tendo como expressões de valor a mesma mercadoria, seria algo que bastaria para a realização prática da operação. Têm importância sempre e apenas as relações entre mercadorias, não há nada no sistema de Bailey (1825) que se assemelhe a qualquer positividade: por isso, ele foi capaz de colocar o dinheiro como uma medida suficiente, desprezando todos os esforços anteriores da Economia Política em encontrar uma mercadoria mais adequada ou de valor fixo.

²¹ Mais uma vez, algo que curiosamente Bailey (1825) não aplicou em sua própria análise de salários e lucros.

Contra Ricardo, ou qualquer teoria que sustente o princípio de valor como oriundo do trabalho, ou seja, pondo fim à concessão parcial que por vezes foi feita pelo autor, Bailey (1825) afirma que a busca por uma mercadoria de valor constante nesses parâmetros, ou seja, uma mercadoria que tivesse a mesma quantidade de trabalho necessário para produzi-la sempre, não permitiria avaliar eventuais alterações de valor entre ela e outras mercadorias. Seria possível somente, segundo o autor, avaliar “as flutuações na quantidade de trabalho que as produziu” (ibid., p. 124). Se para ele, isso não significa valor, já que esse provém da estima, tem-se uma crítica externa ao sistema de Ricardo.

E por fim, o argumento que se contrapõe à busca de um padrão para o valor é sacramentado, novamente, pelo princípio da contemporaneidade. Para Bailey (1825), o valor só pode existir entre duas mercadorias que estejam colocadas no mesmo intervalo de tempo, de modo que uma mercadoria não poderia ter seu próprio valor avaliado comparativamente ao seu próprio em tempos distintos – o que permitiria no máximo a mesma relação entre duas mercadorias, portanto valores, em tempos diferentes. Então sua medida de valor, seja qualquer mercadoria a utilizada para tal, deveria levar em conta esse princípio: se o valor é uma relação contemporânea, não há motivos para a busca de uma mercadoria que não flutue, não há motivos para buscar outra mercadoria que não o dinheiro. A afirmação de que o dinheiro não seria uma boa medida de valor em tempos distintos, seria “falsa ou não levaria a nada” (BAILEY, 1825, p. 118). Isso porque, se se dissesse que o dinheiro ou a mercadoria dinheiro “não é um bom meio de comparação entre mercadorias em diferentes períodos, afirma-se a sua incapacidade de realizar uma função em um caso em que não há nenhuma função que o dinheiro deva exercer” (ibid., p. 118). Não seria função do dinheiro expressar o valor em um tempo que não fosse o específico da troca ou da avaliação do valor.

Por isso, Bailey (1825) pode, dentro da sua abordagem, estender suas críticas a Malthus nos mesmos moldes daquelas realizadas sobre os demais economistas políticos. Malthus, segundo o Bailey (1825) repete o mesmo procedimento dos demais economistas. Ele procura uma mercadoria de valor fixo para utilizar como parâmetro de medição de valor que seria universal. Malthus, como vários autores da Economia Política, escolhe também o trabalho para esse fim. Dentro do princípio baileyano da relatividade do valor, esse argumento é imediatamente contestado. Em primeiro lugar, Bailey (1825), em comum com esses autores, entende o trabalho como sendo uma mercadoria, e, portanto, sendo intercambiável e podendo ser submetido à avaliação de valor. Em segundo lugar, para Bailey (1825), o valor é sempre dado na relação imediata entre

proporções de mercadorias. O valor do trabalho seria fixo apenas se fosse trocado pela mesma quantidade das outras coisas pelas quais é dado em troca. Portanto, no mesmo espírito das colocações anteriores, seria uma contradição afirmar o valor do trabalho como invariável, dentro do sistema do autor, posto que se uma mercadoria qualquer tem o seu valor alterado, também o tem o trabalho. Nem em termos de seu próprio valor, já que comparar o trabalho com o próprio trabalho em períodos distintos, seria uma impossibilidade para Bailey (1825).

3.5 VALOR E RIQUEZA

Uma das temáticas mais interessantes trazidas por Bailey (1825) é aquela que trata da sua distinção entre valor e riqueza. Esse também, sendo um tema muito caro à Economia Política, traz sempre à tona algumas importantes análises e consequências para a pesquisa. Também, por ser um tema muito sensível na construção dos sistemas econômicos, geralmente a partir dessa distinção muito se pode dizer acerca do espírito da investigação que será conduzida pelos autores. A distinção que Bailey (1825) traz encaixa-se no seu princípio relativista de valor. O autor afirma que “a distinção entre riqueza e valor é suficientemente óbvia, riqueza significando as próprias mercadorias (com uma ou outra ideia acessória anexada), e valor denotando a relação na troca entre algumas dessas mercadorias” (ibid., p. 163). Mais uma vez, a argumentação do autor é conduzida tendo em vistas a realização de uma contraposição à Economia Política de Ricardo.

Ricardo (2004) também possui uma distinção entre riqueza e valor. Porém, ela aparece em sua discussão a partir do ponto de vista quantitativo. Para Ricardo (2004) a mesma quantidade de trabalho deve sempre produzir o mesmo valor. Pois afinal, para o economista político, esse é o critério principal para a definição do valor de uma mercadoria: a quantidade de trabalho despendida e necessária para a produção de uma mercadoria específica. Não importa, para o autor, a força produtiva desse trabalho. Se se produz muito ou pouca mercadoria, o valor desse montante produzido continuará o mesmo, porque a mesma quantidade de trabalho produz sempre a mesma quantidade de valor. Riqueza, portanto, se a considerarmos do ponto de vista do valor de uso – como também é algo comum na Economia Política – pode ser amplamente multiplicada sem que o valor dela se altere. Se se aumenta a força produtiva, mais objetos e mercadorias são produzidos, sem que o seu valor total seja incrementado.

Para Bailey (1825), há dois erros nos postulados ricardianos. O primeiro deles estaria na constância do valor, e o segundo na discussão do significado de riqueza. No primeiro caso, o suposto erro ricardiano decorre do que já foi até aqui exposto. Para Bailey (1825), importa apenas o valor em termos relativos, na sua expressão imediata. Assim, a afirmação de Ricardo acerca de que o valor permaneceria o mesmo quando a mesma quantidade de trabalho fosse empregue, independentemente do número de mercadorias e bens produzidos, não diria nada acerca do valor. Para Bailey (1825), o valor é sempre relativo. As mudanças no volume geral de produção não dizem nada, para o autor. No âmbito da temática do valor, portanto, a afirmação de Ricardo, no espírito baileyano, seria arbitrária ou mesmo errônea.

O que há de novo na argumentação, portanto, são as discussões acerca da definição de riqueza. Bailey (1825) acusa Ricardo de ter tratado como sinônimos os termos “mercadorias” e “abundância de mercadorias” em sua definição de riqueza. Este concorda com Ricardo apenas no fato de que ele concede para essa definição alguma dimensão de agregação. Assim, para Bailey (1825, p. 165) um grão de trigo não seria riqueza, embora “possa ser dito que seja um artigo de riqueza”. Ou seja, está implícita também alguma ideia de abundância na definição de riqueza. Portanto, Bailey (1825) não encara a riqueza apenas do ponto de vista qualitativo, mas também no sentido quantitativo, aproximando-se assim, em alguma medida, com a acepção de riqueza que possuímos e utilizamos no cotidiano. A essa ideia, Bailey (1825) também adiciona um fato jurídico: o da propriedade privada da mercadoria. Portanto, “riqueza não é apenas mercadorias como coisas existentes, mas como coisas possuídas. Os artigos mais úteis em um país desabitado não poderiam ser chamados de riqueza, porque eles não teriam nenhum proprietário” (BAILEY, 1825, p. 165).

Quanto a esse último ponto, se nos for permitido um comentário, é bastante curiosa a acepção de Bailey (1825), embora como se verá à frente ela se ajusta muito bem às suas noções de riqueza e valor. Contudo, algo é notório: Bailey (1825), nesse ponto, reflete exatamente a consciência cotidiana da concepção burguesa²² de mundo. O autor entende a posse ou a propriedade como coisas completamente compreensíveis por si próprias, sem a necessidade de nenhum tratamento ou explanação mais detalhada da categoria. E também não parece entender a historicidade da produção de mercadorias. Colocamos esses dois pontos porque Bailey (1825) afirma que a riqueza não seria constituída apenas pelas mercadorias em sua existência, mas como coisas possuídas. Fica-

²² Termo aqui utilizado sem nenhuma conotação moralista.

se a pergunta para Bailey (1825), se houve algum momento em que as duas denominações “existentes” e “coisas possuídas” deixou de coincidir em algum momento histórico na produção de bens. Se a própria produção de mercadorias envolve a noção de produzir para outrem, para que se receba algo em troca, então está implícito nessa ideia o fato de que a propriedade, historicamente, coincide e é até mais ampla que a produção mercantil. Então, Ricardo nesse ponto, não estaria necessariamente equivocado ao definir a riqueza como mercadorias ou como sua abundância. A limitação de Ricardo, como vai se ver no próximo capítulo, está em generalizar e absolutizar a forma mercadoria como riqueza, não analisando os seus componentes materiais que permitem a visualização da riqueza em todas as formas de sociedade: o que seria o valor de uso em si mesmo. Bailey faz o mesmo, generaliza as mercadorias como forma de riqueza e adiciona a restrição – que em absolutamente em nada modifica o argumento ricardiano – do fato de deverem ser possuídas para construir riqueza.

Para Bailey (1825), a riqueza é um atributo dos homens, e o valor um atributo das mercadorias. Uma pessoa ou uma comunidade seriam ricos e uma pérola ou um diamante seria valioso. Teria riqueza aquele “que é proprietário de mercadorias que possuem, elas mesmas, valor, e, seria rico na proporção do valor dos objetos possuídos” (BAILEY, 1825, p. 166). Mais uma vez, Bailey o faz dirigindo o seu ataque a Ricardo. Isso porque para esse economista político, o valor não seria a medida da riqueza. Deve-se, contudo, tomar cuidado com essa análise de Bailey (1825). Ricardo (2014) ao anunciar que a quantidade total de valor não modifica se a riqueza ou a quantidade de bens produzidas no agregado aumentar, se for produzida pela mesma quantidade de trabalho, não está pensando na riqueza individual desse ou daquele proprietário. Está pensando no agregado total, principalmente. No montante de riqueza existente na sociedade, anteriormente à operação das leis que regulam sua distribuição. O argumento de Bailey (1825) é bem mais direcionado para a avaliação de riquezas individuais. O que fica claro quando o problema da riqueza é conduzido por ele a partir de avaliações sobre qual indivíduo é mais rico, ao possuir determinada mercadoria com um determinado valor.

A riqueza, para Bailey (1825), é atrelada ao valor das mercadorias. Se dois indivíduos possuísem apenas uma mercadoria cada, seria o mais rico o que possuísse a mais valiosa. Dessa forma quase simplista é que o autor apresenta o seu argumento. A questão se desdobra quando o autor se propõe a analisar o conteúdo da riqueza. Em sua opinião, haveria apenas dois critérios para a avaliação de riqueza: a utilidade e o valor. Note-se que, embora haja opiniões como a de Karatani (2003) que afirmam que Bailey (1825) tenha sido o verdadeiro pai da teoria neoclássica, nesse ponto a conexão não se

torna tão imediata quanto no momento em que o economista político expõe suas opiniões a respeito da origem do valor. Lá, Bailey (1825) até trata, de fato, acerca da questão da estima comparativa entre dois objetos, o que guardaria alguma semelhança com os autores neoclássicos e sua moderna concepção de utilidade. Entretanto, no desdobrar de sua argumentação, Bailey (1825) apenas de modo muito escasso faz referência àquela colocação inicial. O autor trabalha quase sempre com sua interpretação peculiar da doutrina do valor de Smith: sua preocupação é, em quase todos os momentos, de se manter colado ao princípio do volume de mercadorias comandado, e olhando para a sua dimensão mais superficial, qual seja, a aparência da manifestação relativa do valor.

Nessa altura da argumentação, a discussão toma outro rumo. Bailey (1825) difere valor de utilidade. Ao fazê-lo, promove uma clara separação entre as duas – o que o afasta um pouco do moderno marginalismo. Pode-se objetar: mas, se para Bailey (1825), a origem do valor é a estima, então essa teria algum critério utilitarista em sua composição. Porém, como se disse, o autor pouco se atém à sua própria definição inicial quando vai expor os pontos mais importantes de sua teoria. E ele ignora por completo seu ponto de vista inicial quando opõe aos outros economistas políticos a sua doutrina do valor relativo. Quando trata da utilidade, inclusive, descarta a sua possibilidade de ser o fundamento efetivo da riqueza porque: “ela é instável no mais alto grau e indeterminada, e completamente inaplicável” (BAILEY, 1825, p. 168). O valor, portanto, em oposição à utilidade, é o único critério possível para se distinguir riqueza. Essa questão, que para a Economia Política não parece simples, é resolvida por Bailey de uma maneira que se ajusta em seu argumento, mas que também a trata de um modo trivializante, e com hipóteses muito restritivas em um argumento. Para o autor, a questão se resolve do seguinte modo: uma mercadoria deve ser escolhida para ser o meio de estimação. Essa mercadoria não teria sua quantidade aumentada, enquanto as demais, sim. Isso para Bailey (1825), sem as devidas mediações, significaria que todas as demais mercadorias de quantidade maior teriam seu valor agregado total mantido constante. Mas, a mercadoria que seria utilizada para a estimação, teria sua quantidade mantida como antes, e desse modo, teria seu valor aumentado. Isso seria suficiente, para Bailey (1825, p. 169), para que fosse capaz de mostrar que “nenhum aumento da riqueza pode acontecer sem um incremento no valor”.

3.6 AS CAUSAS DO VALOR

Com a intenção de apresentar o último ponto na sua *Critical Dissertation*, que seria a causa do valor, Bailey (1825) mais uma vez o faz em oposição à sua concepção acerca do sistema de David Ricardo. Sua intenção é a de simplesmente demonstrar a existência de uma suposta confusão entre medida e causa do valor no interior da Economia Política, em especial no autor que figura como seu principal oponente. Ricardo, segundo Bailey (1825), teria atribuído como determinantes quantitativos, tanto à causa do valor quanto à sua medida, o trabalho e à sua quantidade despendida. Como se viu anteriormente, o ponto acerca da medida do valor foi suficientemente discutido por Bailey (1825). Vale sempre o seu princípio do valor relativo contra qualquer tentativa de se enxergar o valor como uma categoria posta, positiva. Assim, tem-se já, a partir da discussão precedente, o primeiro argumento baileyano contra Ricardo. O segundo argumento tenta fazer concessões a Ricardo, ao mesmo tempo em que Bailey (1825) anuncia o seu próximo objeto de investigação. O autor afirma que

é certamente verdadeiro que, supondo que a quantidade de trabalho fosse a única causa do valor, nós deveríamos sempre ser capazes de deduzir o valor de duas mercadorias a partir do conhecimento das quantidades de trabalho as quais elas requereram respectivamente para serem produzidas; e nesse sentido, a quantidade de trabalho seria ao mesmo tempo a causa e a medida do valor (BAILEY, 1825, p. 176).

Mas, é justamente esse o próximo passo do autor: o de contestar a causa do valor como oriunda somente²³ do trabalho. Esse, diga-se de passagem, não é um método de apresentação muito comum nos tratados e textos de Economia Política do século XIX. A grande maioria deles, pode-se afirmar com segurança, contém em seus capítulos introdutórios uma análise sobre a categoria do valor, as suas origens, a sua constituição e as suas conexões com o processo social ou com as decisões individuais. Bailey (1825), de fato, até menciona a estima relativa como o fato de onde o valor vai emergir. Entretanto, logo abandona essa noção, em favor de uma das definições smithianas: aquela que define o valor de uma mercadoria em função do trabalho que ela permite que seu proprietário seja poupado ou possa comandar no mercado. E é a partir dessa conceituação que Bailey (1825) constrói a sua crítica a Ricardo. Só se poderia, portanto, conceder a Bailey (1825) a avaliação de que tenha realizado o mesmo procedimento tradicional da Economia Política se para ele essa capacidade de a mercadoria comandar outras no mercado coincidir sempre, em todos os casos, com a estima relativa que se projeta sobre as mercadorias. Apenas nesse caso, uma operação mental individual – a estima – pode ter

²³ Em meio às muitas concessões feitas por Bailey (1825) a Ricardo no texto, algumas não são retomadas e eliminadas pelo autor no decorrer do seu texto. Ele tenta negar a causa do valor como oriunda somente do trabalho. Ou seja, tenta atribuir outras causas, mas não a de excluir totalmente a participação do trabalho nesse fenômeno.

o seu contraponto social – o poder de comando no mercado. Trata-se, sem dúvida, de uma construção não-ortodoxa para os cânones da época, especialmente porque o autor justifica o seu procedimento com as seguintes palavras: “esse é na realidade o método natural de proceder, para nos tornarmos familiarizados com a natureza de um efeito, antes de tentarmos investigar suas causas” (BAILEY, 1825, p. 179).

Para o autor, portanto, o valor provém, inicialmente, da estima relativa que se projeta sobre um objeto, comparativamente a outro. No mesmo espírito da analogia inicial trazida pelo autor, acerca do sentido da visão e a luz projetada pelos objetos, que poderiam ser tratadas como sinônimos, Bailey (1825, p. 180) o faz quando anuncia o caminho pelo qual deve-se pesquisar o valor. “Uma investigação sobre as causas do valor é, na realidade, uma investigação sobre aquelas circunstâncias externas, que operam constantemente nas mentes dos homens”. Mesmo que Bailey (1825) considere difícil realizar a investigação dos meios pelos quais um objeto externo se projeta na mente no processo de produção da estima, isso é, o próprio processo de formação dessa estima, ele não entende que isso seja necessariamente um impedimento ou um embargo para a investigação. O autor atesta isso porque acredita que é comum, nas chamadas ciências morais, relacionar uma causa a um efeito sem que se conheça ou que se possa traçar a série de processos que intermedeiam uma e outra extremidade desse mesmo processo.

Bailey (1825), assim como Ricardo (2004) não atribui as mesmas causas de valor a todas as espécies de mercadorias. Esse último, como se sabe, tem como objeto de investigação os bens que podem ser multiplicados ou que são reprodutíveis. Sua investigação se dirige a apenas esses tipos de mercadorias, deixando de fora deliberadamente, portanto, bens raros, obras de arte etc. A distinção realizada por Bailey (1825) caminha em outra direção. O autor divide as mercadorias em três classes e procura estabelecer uma causa de valor para cada uma dessas classes, respectivamente. São elas:

1. Mercadorias que são monopolizadas, ou protegidas da competição por circunstâncias naturais ou ocasionais;
2. Mercadorias, cuja produção algumas pessoas possuam maiores instalações do que o resto da comunidade, e que, portanto, a competição a partir da última não pode aumentar, exceto a um custo maior;
3. Mercadorias em que a competição opera sem restrições sobre sua produção. (BAILEY, 1825, p. 185).

A primeira categoria, a dos monopólios, é dividida pelo autor em dois tipos: aquele no qual há apenas um interesse operando e o outro, na qual há interesses diferentes, separados. Acerca do primeiro tipo, Bailey (1825), seguindo Ricardo, afirma que ele existe no mercado de bens que não podem ser produzidos senão em uma quantidade muito limitada. Assim, é possível que nesse tipo de mercado, os preços possam por algum período se situar até acima do preço de monopólio de um outro tipo de mercadoria, porque

a competição estaria inteiramente do lado dos compradores. Portanto, a formação desse preço, dependeria inteiramente da riqueza desses potenciais compradores ou de seus gostos e caprichos. Sobre o segundo tipo, Bailey afirma que difere do primeiro no fato de que “pode haver uma competição entre os vendedores assim como entre os compradores” (1825, p. 187).

A diferença na prática entre os dois tipos de monopólio residiria no seguinte fenômeno: o primeiro tipo de monopolista, em um momento em que a demanda não lhe favorecesse a contento, poderia reter a sua mercadoria, deixar de vendê-la, ou mesmo “destruir uma parte das mercadorias para incrementar o valor do resto” (ibid., p. 187). Entretanto, o caso seria diferente no segundo tipo. Quando há interesses separados entre os vendedores, uma operação dessas é impraticável. Embora possa-se conceber que seria vantajoso para o conjunto deles que a quantidade total das mercadorias colocadas no mercado fosse reduzida proporcionalmente a cada um segundo sua fatia potencial do total no mercado, a concorrência impede que esse resultado social seja produzido. Se não há uma combinação prévia de interesses entre os vendedores, é vantajoso para cada um, individualmente, que venda tudo aquilo que ele possui. Destruir alguma parte de seus estoques seria prejudicar a si mesmo em favor dos demais monopolistas. Em alguma medida, essa competição se assimila aos oligopólios, mesmo que, segundo Rauner (1961), Bailey não tenha conseguido diferenciar esse tipo de oligopólio, ou monopólio de segundo tipo, com relação à competição. Sua proposição de diferenciação entre esses dois tipos de mercado, contudo, é claramente indicada pelo autor: vem de uma circunstância especial ou acidental. Dado um certo mercado no qual exista a competição, mas que, por alguma razão qualquer, a demanda por alguma mercadoria aumente de tal forma que seja impossível para os produtores elevarem sua oferta na mesma medida, o resultado será uma situação temporária de monopólio. Haverá um certo custo para outros membros da comunidade para que entrem também nesse mercado, já que até os próprios produtores desse mercado já estariam hipoteticamente operando em capacidade máxima. E, até que o fizessem, esses produtores iniciais gozarão de um certo privilégio.

Caso a demanda se rebaixasse, esses produtores estariam expostos ao mercado de uma maneira diferente. Se eles não são capazes, como são os monopolistas do primeiro tipo, de reterem suas mercadorias, aguardando condições melhores para vendê-las, eles serão, segundo Bailey (1825), obrigados a levá-las ao mercado de qualquer maneira. A existência da competição entre eles, na visão do autor, os forçaria a levar suas mercadorias

ao mercado sob quaisquer desvantagens que possam surgir ao fazê-lo.²⁴ O trabalho, segundo Bailey (1825), deveria ser classificado nesse tipo de mercadoria, porque seus detentores são monopólios que operam conforme o segundo tipo. Os trabalhadores são limitados em sua existência. Então eles não podem, a qualquer tempo, ter o seu número aumentado ou diminuído segundo uma intenção qualquer. Portanto, em alguma medida eles são possuidores desse monopólio. Quanto maior a demanda, portanto, pelo seu trabalho, maior será o seu preço. E, como é da natureza desse tipo de mercadoria, para o trabalho também são trazidos os problemas oriundos da competição que existe entre os seus ofertantes. Trará tanto os efeitos que impedem que seu valor suba, porque não podem “estocar trabalho” a espera de um valor mais favorável e nem podem deixar de vendê-lo, no contexto de Bailey (1825) a um preço ou valor mais baixo quando a demanda está baixa.

Sob todas as circunstâncias, os trabalhadores devem sobreviver, e devem, portanto, vender seu trabalho; e em caso de a demanda por ele reduzir, como eles não podem intencionalmente diminuir ou reter seu contingente em números, a competição irá reduzir o valor do seu trabalho (id., 1825, p. 191).

Também é de acordo com a posse desse tipo de monopólio que se permite, na visão de Bailey (1825), que haja diferenciação quanto a salários pagos para trabalhadores que exercem funções que requerem uma determinada aptidão, qualificação ou treinamentos especiais. Eles estariam protegidos da competição imediata, e por isso, diante de flutuações de demanda estariam sujeitos aos seus mesmos benefícios e riscos, porém, pendendo mais para a primeira direção do que da segunda, visto que sua competição é menor, quando existente.

A competição entre trabalhadores só pode ser alterada em função do aumento ou da redução de seu contingente. Como o autor afirmou, não há a possibilidade de se aumentar, intencionalmente, ou de se reduzir o seu número. Contudo, ele compartilha, em grande medida, de uma certa ideia corrente na Economia Política do início do século XIX, e que teve sua expressão mais conhecida pela obra de Malthus. Essa ideia é aquela que se refere ao aumento populacional em função das melhores ou piores condições dos trabalhadores. Uma condição favorável para o trabalhador, comparado com as mercadorias em geral – restrição tipicamente baileyana – são para o autor condições que permitem que os trabalhadores vivam em abundância e procriem mais ou evitem que crianças sejam perdidas, de modo que a população cresça. De outro lado, quando há uma escassez, ou uma queda no valor do trabalho, Bailey (1825) afirma que as dificuldades

²⁴ É notável, nesse ponto, como, em comparação à posterior economia neoclássica, Bailey (1825) não contemple a possibilidade de o produtor parar de produzir, como seria o caso para esses autores, caso o preço fosse inferior ao custo variável médio.

advindas dessa nova condição fazem com que a oferta do trabalho, em algum momento, se ajuste à demanda, graças à doença e a morte.²⁵

Quanto à segunda categoria de mercadorias, aquelas que podem ter sua produção aumentada, porém apenas a um maior custo pelos não-produtores, que eventualmente entrem no mercado, permitirá que os possuidores dos meios de produção mais baratos possuam, até um certo ponto, um monopólio. E o poder desse monopólio, de acordo com o autor, se estenderá até o ponto em que o lucro extraordinário seja de uma magnitude que permita que os novos produtores, a um custo maior, consigam também participar desse mercado e buscar nele, pelo menos um lucro ordinário. Esse seria o caso da produção de grãos. Segundo Bailey (1825) produzir nas terras mais eficientes significa ter a possibilidade de produzir mais barato. Essa produção poderia ser elevada, entretanto, apenas a um custo maior incorrido pela comunidade. À medida em que a demanda por alimentos se eleva, novas terras de maior custo ou menor produtividade passam a ser ocupadas. Isso permite que aqueles que produzam em terras melhores tenham lucros extraordinários ou que seus proprietários recebam uma renda adicional. Isso seria para Bailey (1825) não a causa do valor, mas a sua regulação.

Finalmente quanto à terceira classe de mercadorias, aquelas que podem ser aumentadas pela indústria, e sobre as quais a competição atua sem restrição, é que Bailey (1825) de fato será capaz de expor os seus princípios da sua doutrina do valor, sem que as condições específicas de mercado a afetem. Bailey (1825) parte do seu pressuposto inicial, acerca de que as causas do valor residem e agem nas mentes dos seres humanos, e essas seriam as causas que os economistas deveriam investigar ao tratar do tema. A questão, portanto, se converte na de se investigar quais são as circunstâncias que agem sobre as mentes durante o intercâmbio de mercadorias.

Para Bailey (1825) a principal, mas de modo algum única, dessas circunstâncias é a do custo de produção. Segundo o autor, ninguém gastaria seu tempo produzindo alguma mercadoria que fosse ser trocada por outra que custasse menos ao outro produtor do que a sua própria. A questão, para Bailey, é que entre os economistas políticos não haveria um bom estabelecimento sobre o que significa o custo de produção. Para ele, haveria aqueles que defenderiam que esse custo seria dado pela quantidade de trabalho

²⁵ Ideias como essa remetem até mesmo à pré-história da Economia Política, quando era comum avaliar essas circunstâncias e advogar a favor ou contra instituições públicas que garantissem um mínimo bem-estar para a sua população dita excedente. Ricardo (2004) e Malthus são dois conhecidos autores a advogarem contra essas instituições de caridade. Porém, nem entre esses autores o argumento seria novo. Bernard Mandeville (1806) no início dos anos 1700 já havia publicado opiniões nessa direção, contra ações solidárias e escolas populares.

despendido na sua produção, outros quanto ao volume de capital empregado nessa realização. O autor encaminha a questão à sua maneira, trazendo o exemplo de um trabalhador que troca o seu produto do trabalho de um dia, por um outro artigo que também depende da mesma quantidade de trabalho para ser produzido. Nesse sentido, o custo de produção seria, para ele, dado pela quantidade de trabalho despendida. Por outro lado, se um capitalista gastasse 100 libras para produzir algum artigo, e a trocasse por uma outra mercadoria que tivesse o mesmo valor gasto em sua produção, então o custo de produção seria o capital empregado. Para resolver a questão, a saber, se trabalho ou capital constituem o custo de produção, Bailey (1825) faz um confronto com a Economia Política, que a seu tempo, tendeu em grande parte para estabelecer o trabalho como princípio.

Diz Bailey (1825), se o valor do capital fosse causado pelo trabalho, seria adequado dizer que o custo de produção, de fato, provém da quantidade de trabalho. Porém, para Bailey importam as circunstâncias que agem na mente das pessoas ao realizar uma troca, ou o que age na mente de dois capitalistas específicos quando estão realizando uma determinada troca. Não seria, segundo o autor, o trabalho que de diversas maneiras tenha sido despendido sobre os artigos que constituem o capital que determinam seu valor, mas apenas “o volume de capital que eles empregaram, com o objetivo de obter a mercadoria produzida” (BAILEY, 1825, p. 201). Portanto, vê-se: para o autor o valor não é apenas algo que atua na mente dos indivíduos. O autor leva essa determinação e suas consequências, inclusive, a um nível consciente sobre o indivíduo. A partir de aí, é que a estima se converterá em ação. Sem esse pressuposto, portanto, não haveria valor, na visão baileyana. Princípio esse, que, contudo, esteve ausente quando da discussão das demais mercadorias, limitando-se ao princípio relativista.

Mas, Bailey (1825) estabelece uma distinção que nos parece importante de ser destacada, porque mesmo em seu argumento, essa diferenciação não parece suficientemente ter sido suficientemente sublinhada. Para Bailey (1825), o valor é a estima comparativa entre mercadorias. A essa altura da exposição o autor procura reconciliar o completo abandono de sua definição de estima, com a capacidade de comando que as mercadorias fornecem ao seu possuidor. Ele o faz da seguinte maneira: o valor é a estima, enquanto há causas que vão determinar como essa estima é formada. Essas causas de produção de estima é que serão as causas do valor. Por isso, ele oferece, nesse momento, como causas do valor uma resposta múltipla: é uma teoria multicausal do valor. Algo que contrasta sobremaneira com os clássicos da Economia Política e com os principais teóricos do utilitarismo. É por essa razão que, como vai se ver, Bailey

(1825), ao contrário de Ricardo (2004), não abandonou a análise de determinado tipo de bem, mesmo que não seja um bem significativo em termos quantitativos proporcionalmente à produção total de uma determinada sociedade ou comunidade.

Para Bailey (1825), portanto, partindo daquela primeira causa do valor, que é o custo de produção, atribui-se, como substância dessa última, o capital empregado. Apenas seria o trabalho se todas as mercadorias do mundo utilizassem apenas esse fator de produção, e todas as outras condições como gostos do consumidor, distância dos mercados, tempo para se levar a mercadoria ao mercado etc. fossem idênticas. Segundo Bailey (1825, p. 206), “o montante de capital é, portanto, a principal, mas de modo algum a única causa do valor”.

Na definição de montante de capital, Bailey (1825) também nega teses que afirmam que o capital é sinônimo de trabalho acumulado. O autor o faz porque entende que essa asserção não é capaz de responder nenhuma questão, sendo mesmo falaciosa, em sua visão. A razão estaria, em primeiro lugar, no plano etimológico do vocábulo “acumulação”. “Quando nós acumulamos, nós adicionamos uma coisa sobre a outra, e é essencial ao processo que ambas devam permanecer em existência” (BAILEY, 1825, p. 220). Isso significa, para o autor, que coisas acumuladas precisam ser sensível e materialmente estocadas, caso contrário não faria sentido o seu acúmulo: algo que aliás parece ser uma concepção de mundo, menos avançada que a de Locke.²⁶ Isso porque para Bailey (1825, p. 220), ao se entender o trabalho como “a mera execução de força muscular, ou movimentos igualmente evanescentes do cérebro, perece por completo continuamente, e, portanto, não admite acumulação”. A objeção que se faria, a partir da ideia de que se se acumula propriedade, então por extensão acumula-se o trabalho despendido em sua produção, não é aceita por Bailey (1825). Para ele, o “artigo produzido é o resultado de trabalho, não o trabalho em si mesmo” (ibid., p. 220). Ou seja, em sua visão, o trabalho aqui é entendido como processo evanescente – ao mesmo tempo em que nos demais pontos anteriores, Bailey (1825) tenha considerado o trabalho como uma mercadoria, o que não deixa de ter repercussões importantes se se levar às últimas consequências tais

²⁶ Para Locke (1980), não somente a propriedade surge em função da capacidade de se fazer o trabalho um ente objetivo, e, portanto, de tornar-se misturado aos bens. Há, no seu sistema, a possibilidade de acumular propriedade, o que significa, por isso, a acumulação de trabalho. Isso, mesmo que o dinheiro seja o meio necessário para superar a perecibilidade da maioria dos bens necessários à vida. “E então, chegou o uso do dinheiro, uma coisa duradoura que os homens podem manter sem que pereça, e que, por consenso mútuo, os homens aceitariam na troca pelas coisas realmente úteis à manutenção da vida, mas perecíveis. E à medida em que diferentes graus de indústria eram aptos a dar aos homens posses de diferentes proporções, então a invenção do dinheiro os deu a oportunidade de continuá-las e alargá-las” (LOCKE, 1980, p. 28-9).

enunciados. O trabalho, portanto, é algo que se extingue por completo, e que, assim não deixaria nenhuma marca perene sobre a mercadoria produzida.

Desse modo, portanto, em sua visão, “o valor do capital foi provavelmente determinado pelo valor do capital que o antecedeu, o qual, por sua vez, foi determinado pelo capital que o precedeu da mesma maneira” (BAILEY, 1825, p. 224). À pergunta sobre a determinação do valor do capital “originário” é respondida de uma forma quase negligente pelo autor: “talvez o monopólio, talvez a quantidade do trabalho, talvez o valor do trabalho; ou possivelmente alguma combinação dessas” (id., 1825, p. 225). É de se observar aqui, como em trechos não muito distantes no contexto da obra, que o autor tenha descartado que o capital pudesse ser entendido como trabalho acumulado. Se se afirmar que o capital originário possa ter seu valor determinado pela quantidade ou valor do trabalho estar-se-á em uma condição suficiente para afirmar que capital não é trabalho acumulado? Ele apenas concede o seu valor sem que ele próprio seja acumulado? Mesmo assim, se ele concede o seu valor ao primeiro capital, porque no capital surgido no período seguinte a causa originária pôde ser tão facilmente interrompida na continuidade do processo? E por que o mecanismo que operou inicialmente na formação do valor do capital originário tenha deixado de existir nas gerações subsequentes? Por que apenas o capital original teve seu valor determinado, ainda que parcialmente, pela quantidade ou pelo valor do trabalho?

As respostas a esses questionamentos podem ser encontradas, mas de uma maneira muito rudimentar e insuficiente, em um exemplo trazido pelo autor. Sua conclusão final, que se origina desse questionamento, é bastante precária: “portanto, parece que o valor do capital pode ser rastreado até a quantidade de trabalho como na sua origem; mas não é necessariamente rastreável até essa quantidade” (BAILEY, 1825, p. 226). Ao que o autor avança, afirmando que se duas amostras de grãos de igual qualidade, mas de solos distintos, fossem a nós submetidas e nos fosse dito que os seus preços seriam iguais, “nós não poderíamos dizer com nenhuma certeza que eles foram resultados de trabalho igual; um pode ter sido produzido por uma quarta parte do trabalho requerido para a produção da outra, e ainda assim, seriam do mesmo valor” (ibid., p. 227).

É claro, portanto, que Bailey (1825) em momento algum concede a possibilidade de que o trabalho ou o valor que provém dele, tenha algum mecanismo social que o reduza a uma média ou a um resultado comum. Se o valor é a estima relativa e se a estima provém de causas que são conscientes, o trabalho não pode ser, de fato, rastreado. Mas, muitas outras coisas não podem ser conscientemente rastreadas também. O custo de produção, particularmente, não é algo tão cristalino quanto o autor pretende. E, não obstante, ele a

coloca como a causa principal, ligando-o ao montante de capital necessário. São essas coisas tão claras à mente assim, de fato? Há ou não dois pesos e duas medidas para as categorias econômicas diferentes?

Bailey (1825), desse modo, prossegue sua saga no sentido de apresentar várias outras causas de valor, com o intuito de afastar ainda mais as noções de que o trabalho fosse a única causa que provocaria o surgimento do valor nas mentes:

Outras circunstâncias que possuem uma influência regular, não podem ser excluídas de qualquer maneira. O descrédito, o perigo, as incoerências em qualquer método de aplicação de capital, todas essas, assim como os gastos pecuniários, tendem a elevar o valor do produto. Também o tempo que uma mercadoria requer antes de poder ser trazida ao mercado é outra circunstância que afeta o valor, e de maneira frequente a uma dimensão considerável (BAILEY, 1825, p. 206).

De acordo com o autor, seria, inclusive, um fenômeno extraordinário se “as mentes dos homens fossem influenciadas por uma consideração exclusiva” (ibid., p. 206). Não surpreende, portanto, que Bailey (1825) novamente traga à tona um elemento que relaciona o valor à dimensão consciente da mente humana. Importa como todas essas circunstâncias afetam a mente do que chamaríamos em linguagem moderna de agentes econômicos. Se muitas circunstâncias afetam a mente desses agentes, muitas são as causas de valor. Como o trabalho não faz diretamente esse papel de afetar consciências, considerá-lo como causa de valor é algo que o autor progressivamente foi deixando de lado, como se viu. Se não pode ser considerado como causa, menos ainda pode ser considerado como sendo a única causa do valor.

Contra qualquer doutrina dessa natureza, que destaca o valor como sendo oriundo exclusivamente do trabalho, tanto nas figuras de De Quincey, McCulloch, James Mill ou Ricardo, Bailey (1825) faz os seguintes questionamentos a esses autores. Haveria, na opinião do autor, duas circunstâncias especiais que supostamente inviabilizariam qualquer argumento que caminhasse nessa direção. O primeiro deles residiria nos casos em que duas mercadorias tivessem sido produzidas pela mesma quantidade de trabalho e fossem vendidas por diferentes quantidades de dinheiro. E, em segundo lugar, nos casos nos quais duas mercadorias que depois de possuírem a um determinado tempo o mesmo valor, tenham tomado valores diferentes, sem que qualquer mudança na quantidade de trabalho tivesse sido alterada na produção de cada uma.

O leitor familiarizado com a Economia Política mais moderna ou com a Crítica da Economia Política pode ver imediatamente que, em Bailey (1825), não há a menor diferenciação entre valor e preço. Isso não é necessariamente um demérito para o autor, considerando-se o estágio histórico em que sua obra foi produzida. Mas, pode-se dizer que não fosse essa lacuna, provavelmente afirmações como essa não viriam à tona.

Entretanto, esse não é o único motivo. Viu-se, também anteriormente, que Bailey (1825) não considera como válidas quaisquer diferenciações entre valores reais e nominais. Para ele isso não faria sentido porque o valor emerge somente no momento da avaliação relativa entre mercadorias, no momento da troca. Se isso é valor, e se se levar essa avaliação de valor à suas consequências práticas finais, a troca, sendo algo que é dado em termos da outra mercadoria, para Bailey (1825), não poderia mesmo haver qualquer distinção entre valor e preço. Por isso, pelo menos, nesse ponto o autor mantém-se coerente com seus princípios até aqui desenvolvidos, embora justamente a permanência arraigada dessas hipóteses prévias, apesar de contribuírem positivamente para a coerência do todo, do sistema, não o fazem, na mesma medida, para um conhecimento mais efetivo da realidade.

Outro motivo, que segundo Bailey (1825), invalidaria o trabalho como sendo causa de valor, e como se disse, ainda menos a única, seria a questão do trabalho qualificado, ou mesmo, a diferença de qualidades de trabalho. Segundo o autor, os trabalhos realizados em manufaturas são divididos em diferentes ocupações, vários graus diferentes de habilidade e rapidez de execução das tarefas, níveis distintos de talento tanto em intensidade quanto em qualidade. E não só isso, no espaço do trabalho também há condições de insalubridade, circunstâncias de desagrado e perigo, o que afetaria também a recompensa pecuniária. Isso permite que Bailey (1825, p. 210) realize, sem mais mediações, o seguinte comentário: “o valor dos artigos produzidos por essas várias classes de trabalhadores, e sob essas várias circunstâncias, não tem nenhuma proporção com a mera quantidade de trabalho despendida”.

Bailey (1825) chega ao ponto de comparar o trabalho com uma mercadoria qualquer, sem levar em conta, em momento algum, o seu destaque entre as demais. Ele retoma, por exemplo, o seguinte procedimento. Se a Economia Política, em alguns dos seus principais pensadores, escolheu uma mercadoria, o trabalho, como a única causa do valor, por que ela não teria escolhido outra em seu lugar? E pergunta de maneira até simplória e, porque não, com algum cinismo, contra a Economia Política:

O que deveríamos pensar de uma afirmação que postula que casacos estão para os outros como valores, assim como a quantidade de tecido contido neles, ou que o seu valor comparativo depende exclusivamente da quantidade de tecido necessário para produzi-los? (BAILEY, 1825, p. 211).

O problema do autor nesse ponto, também se nos for permitido um comentário a essa altura da discussão, talvez, seja até um retrocesso em relação à Economia Política Clássica. Um dos grandes triunfos dos pensadores clássicos foi o de superar as limitações fisiocráticas acerca do processo de trabalho. Os pensadores fisiocratas, como é sabido,

consideravam apenas o trabalho agrícola como produtor de valor.²⁷ Ao superar essa unilateralidade fisiocrática, a Economia Política pôde justificar teoricamente a importância do avanço da indústria, e pôde atingir uma visão mais cientificamente correta – como ficaria provado depois, pelo funcionamento da economia e pela riqueza produzida nas chamadas sociedades industriais – acerca da produção de riquezas e de valor. Bailey (1825) em momento algum chega próximo à concepção da Economia Política Clássica nesse aspecto. Não chega a sequer considerar o trabalho em geral como o trabalho produtor de valor, no qual suas diferenças qualitativas são canceladas socialmente porque a força de trabalho de uma comunidade ou de uma sociedade pode ser considerada como uma só em sua totalidade, sendo a divisão do trabalho, justamente a divisão desse trabalho geral. Esses trabalhos particulares que, em última instância, são unificados pelo mercado. Ao não o fazer, Bailey (1825) também não conseguiu distinguir entre o trabalho qualificado e o trabalho simples. Algo que já era presente em Ricardo (2004). Para ele, esse trazer de volta a uma média social dos trabalhos, em termos de habilidade e intensidade em um determinado setor, sequer aproximou-se de suas ideias. É preciso que se diga, também, que ao estabelecer essa multicausalidade do valor, Bailey (1825) também não se credencia, na mesma intensidade quanto acreditou Karatani (2003), como um ancestral da teoria marginalista moderna.

Bailey dá um peso muito maior a essas distinções de habilidade e intensidade quando acusa Ricardo e seus seguidores de terem trivializado essa diferença – algo que, na realidade, o mercado e a sociedade fazem automaticamente cotidianamente, às costas dos indivíduos, sem que disso tenham consciência. Afirma Bailey (1825, p. 213), “deve ser completamente incorreto designar a quantidade de trabalho como a causa única, quando a qualidade do trabalho é tão persistente em seus efeitos”. Esse argumento, na realidade, é uma tentativa de construção de uma armadilha contra as afirmações de Ricardo (2004) acerca do assunto, principalmente por conta da linguagem deste, que nem sempre é assertiva o bastante. Segundo o Economista Político:

Nós podemos, com razão, concluir que qualquer desigualdade que possa haver originalmente nelas [habilidades humanas], seja qual for a engenhosidade, destreza ou tempo necessário para a aquisição de uma espécie de habilidade manual mais do que outra, ela continua a mesma de uma geração para a outra;

²⁷ Acerca do modelo do autor fisiocrata mais importante, François Quesnay, Roncaglia (2005, p. 99), realiza o seguinte comentário: “Agricultura [...] era considerada como o único setor produtivo (isto é, capaz de gerar um excedente) na economia; no seu modelo, Quesnay assumiu que a tecnologia mais avançada, a *grande culture*, era geralmente adotada na agricultura. Outras atividades, e em primeiro lugar a manufatura, eram agrupadas sob o cabeçalho ‘setor estéril’, assim chamados porque essas atividades meramente transformavam em produtos processados um dado conjunto de matérias primas (incluindo os meios de subsistência para os trabalhadores do setor); o valor dos produtos processados comprovava-se igual ao valor dos meios de produção e subsistência utilizados para obtê-los, então não haveria excedente, ou em outras palavras, nenhuma criação de novo valor”.

ou, pelo menos, que a variação seja bastante desprezível de ano para ano, e, portanto, possa ter pouco efeito, por curtos períodos, no valor relativo das mercadorias. (RICARDO, 2014, p. 22).

O fato de Ricardo ter considerado, mesmo que por pouco, a possibilidade de que as habilidades afetem o valor, elas produziriam, segundo Bailey (1825) efeitos persistentes sobre o valor das mercadorias em questão. Então, para ele, isso basta para anunciar que a quantidade de trabalho não é o único fator a produzir efeito, mas também dever-se-ia levar em consideração a qualidade do trabalho: “seja quão consideráveis forem os seus efeitos, eles não podem ser consistentemente negados ou ignorados” (BAILEY, 1825, p. 213).

No ímpeto de tentar negar, ainda mais, a quantidade de trabalho como o fator determinante acerca da causa dos valores das mercadorias, Bailey (1825) retoma a questão das comparações possíveis – ou não – entre quantidades de trabalho despendidas em diferentes mercadorias. Segundo o autor, haveria apenas dois métodos possíveis de comparar o trabalho de uma mercadoria com outra. Um, seria a comparação entre elas pelo tempo gasto e o outro, pelo resultado produzido. A primeira seria aplicável a todos os tipos de trabalho, enquanto a última apenas em mercadorias similares. Assim, Bailey (1825) dá um salto, repentino e sem mediações, em sua argumentação, ao afirmar que se assim o é, ao se estimar dois tipos diferentes de trabalho, “o tempo despendido não irá determinar a proporção entre as quantidades de trabalho, elas devem permanecer indeterminadas e indetermináveis” (ibid., p. 215). Ou seja, mais uma vez fica clara a incapacidade, derivada, naturalmente, não de suas capacidades pessoais, mas do contexto de sua Economia Política, de Bailey (1825) de atingir em suas formulações uma categoria como o trabalho em geral. Se para ele, tipos diferentes de mercadorias não poderiam ser avaliados segundo seu tempo – uma característica que une a todos os tipos de trabalho – logo, vê-se que não é possível, em sua análise, reduzi-las a esse denominador comum. Se não o é, a causa está justamente no fato de tomar trabalhos de qualidades e habilidades de níveis distintos, não como uma e mesma coisa, uniformizada constantemente pela sociedade, mas por regredir, nesse ponto de vista com relação à própria Economia Política.

Para Bailey (1825), do ponto de vista geral da ciência, essas asserções da Economia Política lhe causam estranheza. E ele questiona toda a ciência, por tentar reduzir a um fator a origem do valor: “Por que tentar dar à ciência um ar de simplicidade que ela não possui?” (id., 1825, p. 217). Essa pergunta é no mínimo curiosa por parte do autor. Para ele, então, significa que buscar um princípio unificador, é sinônimo de tratar de forma simplista a ciência? O fato de a Economia Política ter lutado para descobrir uma

causa do valor, é dar à economia um ar menos complexo? Parece-nos inclusive o contrário. Procurar uma causa única requer um esforço muito maior no sentido da construção do sistema, do cuidado com as hipóteses, e com o cuidado na observação do mundo real. É mais difícil dar uma visão coerente e unificadora do mundo do que oferecer a ele múltiplas respostas que podem ser utilizadas de acordo com a conveniência de cada objetivo teórico mais ou menos imediato. Oferecer múltiplas causas não é retratar a ciência em sua complexidade. Mesmo as operações matemáticas mais complicadas são realizadas a partir de simplificações que permitem que se opere abstratamente com um elemento de cada vez, e nem por isso, alguém desdenha dessa ciência, atribuindo a ela a qualidade de ser menos complexa, pelo contrário.

Entre essas causas adicionadas por Bailey (1825), há também o fator tempo. E como todas as demais causas, na visão do autor, somente pode-se converter em valor através de uma operação mental consciente. Essa operação mental consciente com respeito ao tempo, tem uma grande familiaridade com o utilitarismo, mesmo que sob uma apresentação relativamente rudimentar. Bailey (1825, p. 218) diz que “nós geralmente preferimos um prazer ou gozo presente, do que um distante”. Essa consideração agiria não somente nas mentes dos chamados consumidores, mas também daqueles que empregam seu capital na produção de mercadorias. Portanto, esse fator tempo, também agiria sobre a mente do capitalista, e, desse modo, alteraria sua percepção de valor.

Bailey (1825) adiciona uma série de outras causas ao valor, como citadas anteriormente, mas nem todas são desenvolvidas por ele. Ficam assim, algumas asserções como afirmações gratuitas. Não se entrou a fundo na questão dos riscos existentes na produção, dos desgastados incorridos em um processo de produção etc. É certo que essas causas afetam a mente dos capitalistas quando levam a cabo um processo produtivo qualquer; e essas condições foram aplicadas por Bailey ao tentar negar o trabalho como causa única do valor. Mas, é preciso estabelecer melhor essa conexão. Não o fazer significa justamente o que Bailey (1825) criticou anteriormente quanto ao modo de proceder tradicional da Economia Política. Isso é tornar a ciência simplória, e não a considerar em sua complexidade. Se as impressões conscientes que formam os indivíduos sobre as mercadorias são suficientes para causar-lhes valor, e sem se adentrar nos mecanismos que as formam, não considerando de que modo a causa gera o efeito, é tomar acriticamente as impressões cotidianas que os agentes econômicos produzem no dia-dia.

Para completar seu argumento, Bailey (1825) prossegue nas considerações das múltiplas causas, ao que ele adiciona que, embora a análise dos tipos de mercadorias tenha

prosseguido de maneira separada, cada tipo tendo sua causa de valor distinta, no processo final de avaliação, elas devem ser reagrupadas novamente.

Embora nós tenhamos agrupado as mercadorias sob três divisões, no final elas são, não apenas aleatoriamente trocadas umas pelas outras, mas fundidas na produção. Uma mercadoria, portanto, pode dever parte do seu valor ao monopólio, e parte a essas causas que determinam o valor de produtos não-monopolizados. (BAILEY, 1825, p. 223).

E para finalizar, nessas considerações, o autor ainda tenta retomar algo que teria sido negligenciado por Ricardo, em sua visão. Ricardo (2004) aponta que as fontes do valor são duas: a primeira, a quantidade de trabalho gasta na produção de alguma mercadoria, e a segunda a escassez. Acerca da segunda fonte do valor, Ricardo (2004, p. 12) afirma que "essas mercadorias, entretanto, formam uma parte muito pequena da massa de mercadorias trocadas cotidianamente no mercado". Por isso, ele descarta a análise dessas mercadorias, já que o peso que representam não é considerável no mercado como um todo. Para Bailey (1825), Ricardo teria subestimado, assim, o papel da escassez. Se para Bailey (1825), os diferentes níveis de complexidade, habilidade e qualificação do trabalho, mesmo que possuindo uma pequena participação total no valor não pudessem ter seu papel como causa do valor negligenciado, também não o teria se a escassez tivesse um papel a ser desempenhado, mesmo que pequeno. Porém, para o autor trata-se de mais do que isso. Segundo Bailey (1825), a escassez não se restringe a um número pequeno de mercadorias. O autor afirma que é justamente a escassez a que "permite que o dono da terra ou das minas de fertilidade acima da média eleve o valor dos seus artigos além do limiar no qual ele receberia um lucro costumeiro" (BAILEY, 1825, p. 229). A escassez, por isso, em sua visão, ou o que a equivaleria – o monopólio – longe de ser uma fonte secundária do valor, seria uma causa muito importante do valor, presente nos artigos mais importantes do intercâmbio cotidiano e que por isso não seria nada negligenciável, tomando parte importante na formação do seu valor.

É curioso notar nessas passagens como Bailey (1825) realmente entende o valor como uma operação consciente. Nesse caso específico, ele não é apenas consciente, como também deliberado. A escassez, afirmou Bailey (1825), permite que os donos das terras ou das minas mais férteis elevem o valor de seus artigos. Ou seja, não apenas há todos aqueles componentes como causas, mas também há um elemento de decisão da parte do capitalista em escolher o valor. Elevar o valor de uma mercadoria acima do valor pelo qual obteria um lucro médio, por conta da situação do mercado específico em questão. Isso significa que, para Bailey (1825), sem concorrência não há exatamente uma causa imperativa ou limitante de valor. Algo que ele não pode também responder, já que

intencionalmente ignorou a questão das mediações entre a causa do valor e seus efeitos mentais e, posteriormente, práticos, por extensão.

A Economia Política teria tentado ir longe demais ao reduzir as causas do valor a apenas uma, algo que a ciência não admitiria, na visão de Bailey (1825). Ele atesta que “tudo o que na realidade pode ser realizado nesse assunto, é o de afirmar as várias causas do valor” (BAILEY, 1825, p. 231). Todos os méritos de Ricardo e seus seguidores, para Bailey (1825), seriam descobertas que não são oriundas do estabelecimento do valor como a única causa de valor. “Podemos com segurança afirmar que elas [as descobertas] não são inferências da doutrina segundo a qual a quantidade de trabalho empregado na produção de mercadorias é o único princípio determinante do seu valor” (ibid., p. 232).

3.7 A TEORIA DO DINHEIRO

Como se viu nos tópicos anteriores, existe já uma menção ao dinheiro na teoria de Samuel Bailey em sua *Critical Dissertation*. Ela se encontra no interior dessa obra em dois momentos principais: em primeiro lugar, na crítica à busca pelos economistas políticos de uma mercadoria que não possua seu valor invariável. Como se viu, para Bailey (1825), basta que uma mercadoria tenha seu valor alterado para que todas o tenham, já que o valor é sempre relativo em relação às mercadorias presentes em uma troca específica. A sua teoria do dinheiro se inicia aí porque ele diz que essa busca seria inútil. Uma suposta volatilidade do valor do dinheiro não teria nenhum efeito na capacidade de exercer a medida de valor. E a existência potencial dessa volatilidade também não teria nenhum impacto porque se o valor do dinheiro variasse simultaneamente em todas as mercadorias, ele manteria sua capacidade de expressar os valores relativos entre duas qualidades de mercadorias.

Em segundo lugar, sua teoria do dinheiro foi também esboçada no momento em que ele afirma não haver nenhum sentido a distinção entre valores nominais e reais. Então, a busca de uma mercadoria que expressasse valores reais como sendo uma medida mais eficaz para a avaliação dos valores em uma economia, também para ele, não teria nenhum sentido. Como, normalmente, a literatura associa a medida de valores nominais a expressões de valor em moeda corrente, Bailey realiza prontamente uma crítica a essa subordinação da medida nominal. Se para ele, o dinheiro é o meio adequado da expressão de valor, já que, novamente, para ele, importam apenas as medidas contemporâneas de valor relativo, não haveria sentido a busca por algum instrumento que evitasse os supostos problemas provenientes de uma medida nominal.

Porém, a análise do dinheiro de Bailey se encontra mais desenvolvida em uma obra posterior, *Money and its vicissitudes in value*, datada de 1837, ou seja, 12 anos após a publicação de sua obra principal, a *Critical Dissertation*. Nessa obra de 1837, Bailey procura aplicar os seus princípios desenvolvidos em sua dissertação, ao dinheiro, e estender seus argumentos aos fenômenos relacionados ao dinheiro como meio de pagamento na economia. Questões essas que eram praticamente ausentes em seu primeiro texto. A estrutura desse texto de Bailey (1837) parte da natureza e das funções do dinheiro, e analisa as causas e efeitos das variações do valor do dinheiro.

Para Bailey (1837), o dinheiro é, em primeiro lugar, uma mercadoria universalmente negociável. Porém, o autor não se limita a caracterizá-lo como sendo apenas um mero meio de troca. Para Bailey (1837), o termo “instrumento de troca” oblitera a noção de que o dinheiro é uma mercadoria tanto quanto aqueles artigos os quais ele permite que sejam trocados no mercado. Em segundo lugar, o dinheiro é a mercadoria geral de contratos; mercadoria essa nas quais as trocas ou contratos são realizados em um tempo futuro. Em terceiro lugar, o dinheiro é também medida de valor.

É justamente, portanto, no espírito de tentar rebater a noção da existência de valores nominais opostos a valores reais que a teoria do dinheiro de Bailey se encaixa e se harmoniza – dentro do possível – com o restante do seu sistema de Economia Política. Diz Bailey (1837, p. 4) que “como todos os artigos são trocados por dinheiro, os valores mútuos de A e B são necessariamente mostrados por seus valores em dinheiro em seus preços”. Deve-se grifar dessa passagem precisamente o termo “necessariamente”. Uma vez que existe um equivalente geral, o dinheiro, e todos os artigos são trocados por ele, os valores mútuos de A e B que serão medidos por dinheiro, se expressarão necessariamente pela quantidade de dinheiro a ser trocada e pelo preço. Note-se: é necessária a expressão dos valores em preços. E para Bailey (1837), são precisamente os valores que se manifestam nos preços, e não alguma outra condição exterior ou temporária que possa afetar ou desviar o preço em relação ao valor. Isso faz todo sentido dentro de sua teoria do valor, que como vimos antes, não tem nenhum caráter substantivo – no sentido de haver uma substância comum que subjaz aos valores – mas, apenas relativo, temporário e contemporâneo.

Desse modo, pode concluir o autor que “o valor de todas as mercadorias, umas em relação às outras, ou suas respectivas posições na escala de valor, são de uma vez, vistas por seus preços” (ibid., p. 4). Portanto, nesse ponto, Bailey (1837), como vai ser rediscutido com mais detalhe adiante, possui uma clara noção da função do dinheiro como padrão de preços, por mais que não a expresse nesses termos. A questão é que, tal como

na identificação de um valor a um preço único de uma mercadoria, sem considerar as questões externas, Bailey (1837), ao mesmo tempo identifica essa escala de preços com o valor de cada mercadoria em função da posição que cada uma ocupa nela. Se uma mercadoria tem um preço duas vezes maior que outra, significa que essa vale duas vezes mais do que aquela. Sem nenhuma possibilidade de se medir algum fator substancial que esteja contido duas vezes mais na primeira mercadoria em relação à segunda, já que o valor, em última instância, acaba sendo a apreciação que um indivíduo ou grupo de indivíduos tem sobre ela. Se muda essa apreciação, muda também o seu valor, sem nenhum tipo de rigidez, como é o caso existente na Crítica da Economia Política e na Economia Política clássica.

O restante da teoria monetária do autor, não necessariamente tem relação com o conjunto de sua obra – pode tê-lo, mas não é necessário. Isso porque o que se examina é o mesmo procedimento adotado nos compêndios de Economia Política da época. Ao se tratar do dinheiro, não se trata apenas da sua natureza dentro de uma teoria do valor e de suas funções. Há também o que chamamos modernamente de uma Economia Monetária, ou seja, a descrição das qualidades necessárias que o dinheiro deve ter para que possa desempenhar as funções que serão a ele atribuídos pelo processo social. Em alguma medida, esse procedimento é comum a todos os autores da época, e nem mesmo Marx (1985) deixou de participar desse movimento, mesmo que sua teoria monetária fosse relacionada mais profundamente à teoria do valor, e ela fosse dotada de vários níveis dialéticos distintos. Assim, pode-se dizer com segurança que o fundador da Crítica da Economia Política teve contato, e foi de algum modo influenciado por essa literatura, porque em *O Capital* também existe, portanto, isso a que se chama hodiernamente de Economia Monetária²⁸.

²⁸ Deve-se grifar que se trata de um termo contemporâneo, já que Marx (1985) foi um crítico à noção de Economia Monetária como sendo um fato constituinte do modo de produção capitalista, ou mesmo, da economia surgida na modernidade. Essa oposição, para ele, não seria capaz de capturar o que sempre lhe interessa quando analisa as formações sociais e o metabolismo das sociedades com a natureza: a diferença específica. A Economia Monetária, ou seja, a utilização do dinheiro e todas as funções que decorrem de seu uso não é algo específico à era onde predomina o modo de produção capitalista. Pelo contrário, o dinheiro está presente nas sociedades desde os tempos antigos, mas são as leis específicas do modo de produção capitalista que o subordinam e o adaptam a novas funções nas novas sociedades onde predomina como forma de produzir. Por isso, não importa o que toma a existência primeiro na história, mas importa o que tem um peso e se torna o momento predominante em uma determinada sociedade, porque é justamente esse momento predominante que faz determinadas categorias funcionais a um determinado modo de produção – isto é, confere a cada uma delas a sua função social.

4 SAMUEL BAILEY E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

As indicações explícitas de Marx a Samuel Bailey²⁹ certamente são muito mais abundantes do que as que aqui constam. Por isso, as menções aqui indicadas não têm a pretensão de esgotar as referências do fundador da Crítica da Economia Política ao economista político inglês. Nosso alcance de busca se limitou aos 43 volumes da coleção *Marx-Engels Werke*, editada pela Dietz Verlag. Essa coleção não é tão volumosa quanto as coleções *MEGA* e *MEGAI*, que são muito mais pretensivas em termos editoriais do que a *Werke*: aquelas duas outras coleções pretendem, realmente, publicar tudo o que foi deixado por Marx e Engels, tanto em obras publicadas, quanto suas diferentes edições e seus manuscritos, em estado bruto e preparados. O escopo da *Werke* é um pouco menor, porém, ainda assim, é composto de mais de 40 volumes. As menções a Samuel Bailey encontradas nessa coleção remetem a vários textos já amplamente conhecidos pelo público brasileiro: *Grundrisse* (1857-58), *Para Crítica da Economia Política* (1859), *O Capital* (originalmente de 1867, tem na quarta edição de 1890 a sua forma mais difundida), e *Teorias da mais-valia* (1862-63). A exceção, fica por conta do *Manuscrito de 1861-63*. Quando disponíveis, foram utilizadas traduções ao invés dos volumes da *Werke*, utilizados aqui, de início, como referência localizadora.

Vamos apresentar aqui os argumentos conforme aparecem, dentro do possível, cronologicamente, e, conforme a afirmação da introdução, estamos conscientes da limitação desse método.

4.1 GRUNDRISSE (1857-1858)

As menções de Marx (1973), nos *Grundrisse*, a Bailey, não são centradas no principal escrito do economista político inglês, a sua *Critical Dissertation*, mas, antes, no seu texto sobre o dinheiro, *Money and its vicissitudes*. Bailey é mencionado em um momento em que Marx (1973) está analisando quais são as funções do dinheiro no processo de circulação. Como se trata de um manuscrito, é natural que não esperemos, necessariamente, uma posição conclusiva por parte do autor alemão a respeito das ideias dos autores mencionados. Bailey, na discussão dessa obra, é colocado ao lado de Storch em uma discussão contra a teoria monetária de Nassau Senior, quase de uma forma

²⁹ Aqui não se comenta o escrito anônimo, com o qual Marx travou extensos debates, *Observations on certain verbal disputes in political economy*, que por vezes é atribuído a Samuel Bailey (cf. COTRIM, 2015), porque há elementos, tanto da forma quanto do conteúdo permitem caracterizar esse texto como não sendo do mesmo autor da *Critical Dissertation*. (WASSINA, 1991).

meramente nominal. Marx (1973) afirma que, na circulação, como o dinheiro aparece como dinheiro de circulação, ele pressupõe a existência de uma simultaneidade de polos de troca. Ou seja, se se trata ou não de uma troca direta e imediata na qual os dois possuidores das mercadorias – sendo uma delas dinheiro – realizem a consumação total do seu ato de troca. Portanto, que o dinheiro seja transferido das mãos do não-possuidor da mercadoria para o seu possuidor, e que a mercadoria seja transferida das mãos do seu possuidor para o seu não-possuidor. Aqui o dinheiro é, de fato, não mais que um meio de circulação.

Entretanto, é diferente o caso quando se trata de analisar o dinheiro em um momento em que possa existir uma diferença de tempo de consumação da transferência das mercadorias a serem trocadas. Esse caso, que pode ser baseado na própria natureza dos serviços a serem trocados, por conta de esperas necessárias, por conta de fatores técnicos, naturais ou mesmo sociais, que tornam o tempo de rotação entre as duas mercadorias diferenciado. De qualquer maneira, aqui, pelo menos uma das mercadorias, deverá ser o dinheiro, que, por definição não possui tempo de rotação positivo, se não se encontra em uma economia que não tenha superado os seus primitivos estágios de escambo. Nesse caso, o serviço ou a mercadoria a ser trocada por dinheiro deverá ser entregue antes, enquanto a sua contrapartida a ser dada em dinheiro deverá esperar um prazo determinado. Quando uma tal situação ocorre, o dinheiro não é mais o mero meio de circulação, ele não se apresenta mais, simplesmente, como dinheiro de circulação. É esse o ponto de análise onde Marx (1973) tem sua atenção atraída para os argumentos de Senior.

Para Senior, de acordo com Marx, na maior parte dos contratos, é somente uma das partes que possui o objeto disponível de imediato; e é essa parte aquela que empresta esse objeto ao outro, e com isso, dá início a uma troca. É uma troca condicionada, na qual essa parte que cede o seu objeto inicialmente, deve acordar com a outra um determinado valor equivalente a ser recebido em período posterior, de modo a completar efetivamente o negócio. Entretanto, afirma Senior, “o valor de todas as coisas muda em um dado espaço de tempo, o meio de pagamento empregado é aquela coisa cujo valor menos varia, e que mantém uma capacidade dada média de comprar coisas pelo tempo mais longo”, e conclui, “o dinheiro se torna *expressão ou representação* do valor” (SENIOR, 1836 apud MARX, 1973, p. 236). Muito curiosa a colocação de Senior. O autor admite que o valor das coisas muda no tempo, e para ele, o fato de existir uma coisa que possui o seu valor menos variável é o que vai tornar essa coisa capaz de executar a função de meio de pagamento: o dinheiro. É graças a essa capacidade, afirmada pelo autor, de conservar seu

valor a longo de um tempo maior, é que o dinheiro vai se tornar uma expressão ou representação de valor. Para Senior: a maioria dos contratos é firmada em dinheiro porque esse possui capacidade de conservar o seu valor médio por mais tempo, e assim, se torna a representação do valor. Para Marx (1973, p. 236), trata-se do contrário: somente quando o “dinheiro é posto como um representante autônomo de valor é que os contratos cessam de serem avaliados, por exemplo, em quantidades de cereais ou em serviços a serem executados”.

Marx (1973) prossegue em sua crítica a Nassau Senior, insistindo que, antes de mais nada, não é necessariamente correto que o dinheiro tenha uma “capacidade média mais longa” de manter o seu valor.³⁰ O dinheiro, sendo nesse contexto uma mercadoria, está tão sujeito quanto as demais de ter o seu valor alterado por conta das vicissitudes do processo produtivo. Portanto, a relação de causalidade é inversa. O autor afirma que justamente “o fato de ser empregado como o material geral dos contatos (*mercadoria geral dos contatos*, diz Bailey) porque é a *mercadoria geral*, o representante da riqueza geral (diz Storch), porque é *valor de troca tornado independente*” (MARX, 1973, p. 236, grifos do original). Isso significa, para o autor alemão, que o dinheiro já deverá ter se desenvolvido o bastante para executar essa função. Ele não executa essa função e daí passa a ter essa propriedade de representar o valor; a causalidade se daria em contrário.

De outro ponto de vista, acerca da conservação do valor do dinheiro, Marx (1973) aponta algumas considerações não levantadas por Senior, e para uma delas ele recorre a Bailey como linha de argumentação auxiliar. O seu valor pode mudar, entretanto, a sua mudança de valor pode ou não ter importância de acordo com a função para a qual é utilizado. Como medida de valor, é irrelevante o valor que o dinheiro tenha, nesse caso. Pode-se acrescentar: desde que as quantidades a serem trocadas espelhem um valor que refletido no dinheiro tenham a propriedade da portabilidade; normalmente é esse o caso em ambiente não excessivamente inflacionários. Assim, Marx (1973) recorre a uma passagem de Bailey para se referir a essa não-importância: “em um meio variável, duas relações diferentes das coisas podem ser sempre expressas, tão bem como em um meio

³⁰ Até porque se considerarmos o dinheiro como sendo, ele mesmo, uma mercadoria, não faz muito sentido que uma mercadoria tenha sua capacidade de reter valor por mais tempo. A não ser do ponto de vista do desgaste material: nesse caso, se um material se desgasta, ele perde valor, de fato. Mas, não parece ser o caso da argumentação de Senior. O único outro fator, social, que teria importância nesse caso, seria o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir essa mercadoria específica. Nesse caso, falar em conservação média do tempo de valor, somente poderia ser uma referência a um setor onde as forças de produção fossem dotadas de uma estabilidade ao longo do tempo: ou seja, que nem se desenvolvessem, e nem fossem sujeitas a intempéries naturais, de escassez etc., em suma, todos os fatores que tornam mais fácil ou mais difícil a sua produção. A produção de metais preciosos não é exatamente sujeita a tais fatores que, por assim dizer, poderíamos chamar de estáveis.

constante” (BAILEY, 1837 apud MARX, 1973, p. 236). Marx (1973) adiciona que, como meio de circulação, essas mudanças também seriam irrelevantes, porque a situação seria a mesma no caso da medida de valor. Haveria, entretanto um peso importante no caso do dinheiro nas transações em que ele aparece nos contratos. Isso porque contratos envolvem tempo, e se o meio de medida não é ajustado, poderá haver uma transferência de valor tanto para o credor, quanto para o devedor, a depender do caso específico.

A passagem de Bailey (1837) citada por Marx, caminha bem na sua direção de mostrar a não necessidade de se encontrar um meio não-variável de medida de valor por parte da teoria clássica do valor de trabalho, considerando seu esforço como irrelevante. Isso porque tanto um meio de medida variável quanto não-variável possui a mesma eficácia para medir o valor, e, portanto, consumir uma determinada troca. Como vimos, no capítulo anterior, essa é a tônica da teoria do valor de Bailey. Seu objetivo é suplantar a teoria do valor trabalho, especialmente a sua versão ricardiana, e, encontra na necessidade desses autores de se procurar uma medida constante do valor como um dos seus pontos fracos, e por isso, é precisamente para aí onde aponta uma de suas principais críticas. Por isso, mesmo que não se possa afirmar categoricamente que Marx (1973) já tenha conhecimento em 1857-58 acerca da *Dissertation*, é certamente possível afirmar que o autor alemão já tomava conhecimento da teoria relativista do valor proposta por Bailey, já que isso é a base do seu argumento tanto sobre as causas do valor, quanto na sua teoria monetária, cuja pedra de toque se encontra na não-existência de diferença entre categorias nominais e reais.

A segunda menção de Marx a Bailey nos *Grundrisse* é não mais que uma compilação de citações acerca do conceito de capital dormente. Segundo Bailey, haveria na economia um certo nível de capital dormente na sociedade que poderia ser colocado em funcionamento no caso de uma circulação mais rápida. De acordo com o autor, ainda, essa capacidade adormecida na economia seria a pré-condição para um fato: qualquer elevação de demanda na economia somente seria acompanhada de uma elevação de oferta no caso de se existir essa capacidade latente. Afirma Marx (1973, p. 582) a esse respeito que: “o conceito de *capital dormente* pertence à circulação, já que o capital que não está na circulação está adormecido”. As afirmações de Bailey compiladas por Marx não tratam exatamente de temas próximos à temática da forma valor. Trata-se mais acerca das capacidades ociosas existentes na economia, tanto do lado dos trabalhadores quanto da efetividade do capital, e como Bailey critica os economistas políticos a respeito, que lhe antecederam.

Portanto, nessas passagens, fica demonstrado que Bailey desacredita aos economistas que atestam que o número de trabalhadores e a quantidade de capital disponível são forças definidas que devem produzir de modo inevitável um determinado resultado no país em que existem. Fica claro que, para o economista político inglês, muito mais necessário do que a quantidade de recursos disponíveis em uma economia são as condições nas quais elas existem. Ou seja, se são realmente requisitados pelas forças sociais existentes em uma determinada sociedade. Essas quantidades ociosas refletem, portanto, a possibilidade da existência, em uma economia, uma determinada quantidade excessiva de mercadorias e de capacidade produtiva.

A essas quantidades excedentes segue-se imediatamente o problema da realização. O circuito econômico depende da constante transformação de capital em dinheiro e dinheiro em capital. E é justamente nesse duplo movimento que Marx indica que o dinheiro comparece na circulação de capital. Curiosamente é nesse ponto que Marx (1973) parece colocar o problema da reprodução como importante. Em primeiro lugar, ele afirma que a transformação do produto em dinheiro é uma retransformação “do capital em valor como tal, valor existente independentemente; capital como dinheiro ou dinheiro como capital realizado” (MARX, 1973, p. 582). Esse é o movimento trivial. Uma vez que o valor foi adicionado a uma determinada mercadoria, para que o ciclo continue ele tem que ser realizado, e essa realização se dá através da transformação do capital (capital-mercadoria) em valor, ou dinheiro, novamente. O problema da transformação se dá do outro lado. E é curioso que seja nesse ponto, após ler as afirmações de Bailey acerca da existência de uma capacidade ociosa na economia, que o problema apareça nos *Grundrisse*.

Sobre o problema da reprodução, Marx (1973) afirma: “No papel de um mero meio de circulação; que é onde serve apenas para retransformar o capital nas condições de produção. Nesse segundo momento, um montante definido de dinheiro tem que estar presente na forma de salários, como meio de circulação, meios de pagamento” (ibid., p. 582). Ou seja, para que o capital se reproduza, esse montante de dinheiro existente na economia deve estar disponível. Ele deve ser capaz de pagar os salários, comparecendo como meio imediato de circulação, ou mediato, como meio de pagamento. Caso contrário, o movimento não será realizado. Sem essa dupla possibilidade afirmada, o capital demonstra uma incapacidade de se monetizar. Existe uma aparente desconexão entre os dois comentários. Qual a relação da existência de capacidade ociosa e a incapacidade de o capital se monetizar novamente? É o problema da reprodução. Se existe capacidade ociosa, significa que os investimentos em capital constante em uma determinada época

da economia se tornou maior do que a capacidade que o mercado tinha, de fato, para absorver as mercadorias que com ele seriam produzidas. Portanto, uma parte da produção não é absorvida. Essa parte não é realizada, considerando, como pressuposto, tratar-se de uma mercadoria que seja desejada pela sociedade, porque o montante de salários e lucros, mas principalmente salários, seja sob a forma de meios de pagamento ou dinheiro de circulação, não é suficiente em um determinado período. Portanto, possivelmente, o tempo de rotação desse capital empregado em meios ociosos será elevado. Ele vai demorar mais tempo para se realizar completamente no mercado, caso consiga, e com isso, pode ser que nesse setor a taxa de lucro se encontre um pouco abaixo da média social.

Esse problema da reprodução parece permanecer latente na mente de Marx enquanto ele compila mais passagens de Bailey acerca do tema. Isso porque essas passagens, continuam a pensar sobre o problema das condições de produção em um país onde exista capital e trabalho disponíveis o suficiente para se produzir um nível de produto ainda mais elevado do que o existente. Para Bailey, nessas passagens, é necessário que exista meios de subsistência, ferramentas e matérias-primas distribuídas ao longo do país de acordo com a velocidade de crescimento deste ou daquele setor; se há dificuldade nessa circulação, a própria produção será travada, e não haverá um nível de emprego suficiente. E acerca dessa velocidade de circulação – cujo processo total, portanto somado à produção, Marx chamará de rotação no Livro II de *O Capital* – Bailey prossegue fazendo uma série de críticas à economia política. Segundo ele, os autores anteriores não conceberiam que o tempo de circulação seria importante para a formação dessa capacidade ociosa. Se o produtor deve ou não esperar para vender um certo montante de suas mercadorias, se deve ou não esperar para retomar o processo produtivo, se deve ou não esperar que um determinado montante de capital retorne para suas mãos antes de dar curso a um novo ciclo produtivo – tudo isso, segundo Bailey, tendeu a ser desconsiderado pela economia política. Portanto, quanto menores forem essas barreiras ou travas, tanto mais rápido será o processo de circulação, e tanto mais uma economia tenderá a ter menor capacidade ociosa. Por mais que esses fatores não sejam suficientes. Se não se pode dizer que Marx (1973) tenha se inspirado diretamente em Bailey, porque esse é um tema recorrente da Economia Política, por mais que Bailey quisesse diminuir os seus antecessores, os acusando de negligência, pelo menos pode-se aqui encontrar uma afinidade de temas – e afinal, é justamente a afinidade de temas a maior influência da Economia Política, em geral, sobre Marx, e é essa que ele manteve até o final de sua vida.

Portanto, a partir da existência de uma teoria da capacidade ociosa, é possível, para Bailey, que exista um aumento no produto da economia sem que seja necessário um aumento no investimento. Adiantando, assim, um argumento segundo o qual é possível que exista um aumento na demanda sem que os preços necessariamente subam. Se os preços sobem quando se eleva a quantidade de dinheiro no mercado, o efeito pode ser anulado, já que, se por um lado, aumenta-se o volume acumulado, por outro, não se oferta um número maior de mercadorias, de modo que a capacidade ociosa se mantém. Sobre esses pontos, Marx (1973), apenas realiza cópias seletivas, não produzindo muitos comentários a respeito.

Por fim, a última menção de Marx (1973) ao economista político inglês nos *Grundrisse* gira em torno da teoria da medida do valor de Bailey. Como se trata de uma medida de valor, e como vimos no capítulo anterior, medida de valor para Bailey é sempre uma medida contemporânea, imediata, se se trata de medida de valor, então deve ter um meio sempre no qual o valor de uma mercadoria expressa. A teoria de Bailey, donde Marx (1973) realiza seus extratos, compartilha com os manuais de Economia Política da época o fato de ser uma pequena teoria de economia monetária, onde se descreve as qualidades do dinheiro. Por isso, a primeira coisa extraída por Marx nesse ponto é sobre as qualidades do dinheiro: a de ser uma mercadoria universalmente negociável, sendo a mercadoria geral dos contratos, e finalmente, suas propriedades como medida de valor. Ao executar essa função, porque em uma determinada sociedade todos os seus membros negociam seus bens em dinheiro, o que está posto é que “os valores mútuos de A e B são necessariamente mostrados por seus valores no dinheiro ou seus preços” (BAILEY, 1837 apud MARX, 1973, p. 808).

Uma tal teoria da expressão dos valores guarda uma alguma semelhança com a teoria da forma valor a ser desenvolvida a partir da terceira edição de *O Capital*. Como vai se ver adiante, na primeira edição, de 1867, Marx ainda não tinha clareza a respeito das diferenças entre valor e valor de troca. Já dava sinais que poderia promover sua separação, mas o elo que as juntava em seu pensamento era mais forte do que sua clareza quanto aos limites de cada uma. Isso será visto com mais detalhe adiante. Marx (1985) passou a se preocupar com a diferenciação entre valor e valor de troca a partir do momento em que se deu conta que o valor, em si mesmo, é uma coisa completamente diferente dos meios que encontra para se expressar. Sua teoria da forma valor é complexa justamente por isso. Isso porque precisa ao mesmo tempo mostrar qual é a diferença dos meios de expressão de valor, e seu conteúdo. Também deve se perguntar o porquê de as mercadorias, se possuidoras de valor, são obrigadas a assumir a forma valor no processo

de troca. É certo que essa não era uma questão que ele colocava para si mesmo na altura da redação dos *Grundrisse* em 1857-58. Porém, o problema da expressão do valor das mercadorias já é evidenciado por essas passagens reproduzidas de Bailey. Não significa, contudo, que para Bailey a forma valor fosse um problema. Antes, ele colocava de fato o problema da expressão do valor, quase como de uma forma sinônima ao próprio valor, e com o objetivo de reduzir a importância da categoria valor – particularmente de teorias do valor que encontram sua origem em processos de trabalho – nos sistemas de Economia Política. Nem, de outro lado, é possível, para nós, atribuir a Bailey o monopólio dessa discussão até a data dos estudos de Marx. Para isso seria necessário conhecer toda a literatura da Economia Política estudada por Marx, o que nos é vedado. Mas, pelo menos, o autor anônimo de *Observations*³¹ e Torrens (1827), em alguma medida, colocam também a questão. Contudo, é possível dizer que dos autores resenhados nos *Grundrisse*, Bailey é o autor que mais explicitamente coloca o problema da expressão do valor. Na seção seguinte poderemos ver o peso dado a essa discussão por comentaristas importantes da teoria do valor de Marx.

No mais, a teoria monetária baileyana que chamou a atenção de Marx (1973) nessa altura da redação dos *Grundrisse* tem os elementos típicos de sempre, como se afirmou anteriormente. Continua o autor com uma digressão sobre as qualidades físicas do dinheiro, onde se requer que sejam peças individuais uniformes. O dinheiro não precisa ter seu valor constante, não precisando nem ter a propriedade de ter seu valor como um pouco menos volátil que os demais. Apenas teria importância, para Bailey, essa característica no momento em que o dinheiro é usado como mercadoria de contratos ou como uma mercadoria que intermedeia uma compra e outra no tempo. Para a função de medida de valor, por ser, como dissemos, para Bailey, sempre um problema contemporâneo, a variabilidade do valor do dinheiro é sem importância.

4.2 PARA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA (1859)

No escrito de 1859, que Marx (1986) sintetiza como sua primeira publicação de seus estudos propriamente econômicos, Bailey também comparece, embora em 1847 já assinasse ele como economista, por ocasião da publicação de sua *Miséria da Filosofia*. As citações de Marx a Bailey, com exceção de algumas, são as mesmas que aparecem

³¹ Escrito anônimo de 1821, *Observations on certain verbal disputes in political economy*. Não se encontra referenciado na bibliografia porque não obtivemos acesso direto a nenhuma versão desse texto, e já se encontra mencionado anteriormente no texto.

nos *Grundrisse*, o que é natural, visto que *Para Crítica da Economia Política* é uma tentativa de síntese dos pontos mais basilares daquele manuscrito de 1857-58, constando no texto de 1859 uma teoria sobre as mercadorias, o valor, o dinheiro, e uma pequena história do pensamento econômico. Bailey não está presente na discussão histórica, ele serve como apoio a algumas afirmações de Marx sobre a teoria do dinheiro. O que também é algo esperado, uma vez que, como vimos, nos *Grundrisse* a obra de Bailey analisada por Marx (1973) é o texto que versa mais diretamente sobre os fenômenos monetários.

O diálogo presente entre Marx e Bailey em *Para Crítica da Economia Política* não é propriamente um diálogo crítico, como pôde ser visto, ainda que de maneira muito incipiente nos *Grundrisse*. Bailey é chamado por Marx como apoio a sua teoria do dinheiro. Ele comparece em duas subseções do capítulo sobre o dinheiro presentes no texto de 1859. Primeiramente, Bailey é referido na parte em que Marx discute a categoria ou função do dinheiro de “medida de valor”. Posteriormente, aparece novamente, porém, quando se trata de discutir a natureza do dinheiro considerado sob o ponto de vista da sua função de meio de pagamento.

Como se viu anteriormente, na obra de Bailey, no que se refere à medida de valor, o dinheiro não requer a posse de nenhum tipo de estabilidade de valor que se considere, de forma alguma. Por isso, o pensador inglês da Economia Política considera, também como se viu, para esse caso, infrutíferos os esforços de seus antecessores clássicos em realizar a busca de uma mercadoria que pudesse, em alguma medida, oferecer uma medida de valor aplicável a todos os tempos, de maneira mais regular, e que para isso tivesse a qualidade de manter seu valor mais estável ao longo do tempo. Para Bailey, uma vez que a função medida de valor é sempre uma expressão contemporânea de valores de mercadorias no corpo da mercadoria dinheiro, o que configura seu preço, não importa a variabilidade de valor que possa possuir a mercadoria dinheiro. Até porque, como vimos no capítulo anterior, o autor considera impossível que se encontre uma mercadoria com essa qualidade.

No que se refere à forma valor e às análises sobre as funções do dinheiro, sabe-se que o texto de Marx de 1859, é bastante mais simplificado em relação a *O Capital*. Entretanto, aqui ele já esboça que o valor de troca, quando expresso na forma dinheiro, é o que constitui o preço de uma mercadoria. Uma vez estabelecido o lugar dos preços na expressão do valor, Marx (1986) dá um passo adiante: ele insere a noção de padrão de preços como sendo uma das funções do dinheiro. A função padrão de preços, basicamente, torna secundário o valor da mercadoria dinheiro, ou do ouro, se se quiser.

Isso porque o que importa é a possibilidade de oferecer um padrão comparativo ao restante do mundo das mercadorias. Então, alterando o valor da mercadoria dinheiro em questão, vai se alterar a relação de valores de maneira simultânea e no mesmo grau para todas as demais mercadorias existentes. Como resultado, temos que um determinado valor de uma mercadoria pode se expressar em uma quantidade maior ou menor de ouro, mas uma mercadoria que valeria metade daquela primeira, continua valendo metade daquela primeira antes e depois, sendo seu valor expresso em um montante maior ou menor de ouro. É, nisso, indiferente, portanto, o valor da mercadoria dinheiro. Desse modo, pode concluir Marx (1986, p. 60) a respeito que:

Do mesmo modo, uma onça de ouro, cuja elevação ou queda do valor não altera de forma alguma, seu peso, igualmente não altera o peso de suas partes alíquotas. E isso acontece com o ouro enquanto padrão fixo dos preços, que presta sempre o mesmo serviço, mesmo que seu valor esteja sempre variando.

E a citação de Bailey que acompanha esse trecho, de forma alguma é acompanhada de crítica, servindo, antes como apoio à própria argumentação de Marx:

O dinheiro pode mudar continuamente de valor e mesmo assim ser medida de valor, como se não mudasse nunca. Admitamos, por exemplo, que perdeu valor [...]. Antes dessa queda de valor um guinéu compraria três alqueires de trigo ou o trabalho de seis dias, depois só comprará dois alqueires ou o trabalho de quatro dias. Dadas em ambos os casos as relações do trigo e do trabalho com o dinheiro, podemos inferir a sua relação recíproca; em outras palavras, podemos estabelecer que um alqueire de trigo vale dois dias de trabalho. Medir o valor nada mais implica, e tão facilmente se chega a essa conclusão antes como depois da perda de valor. O fato de uma coisa se distinguir como medida de valor é completamente independente da variabilidade do seu próprio valor (BAILEY, 1837, p. 9-10).

Nos *Grundrisse* quando realizamos a análise desse ponto em questão, vimos que Marx (1973) prontamente tomou para si uma posição mais próxima de Bailey do que de Nassau Senior, para quem o fato de o dinheiro ter uma capacidade de conservação de valor superior às demais mercadorias é que conferiria a ele a função de medida de valor. Marx (1973) lá, além de ter se aproximado mais de Bailey em relação a Senior, apresentou também outra causalidade, contrária a esse último economista político: seria pelo fato de ter sido tornado independente como expressão de valor é que o dinheiro passou a cumprir essa função, e não por uma característica a respeito da sua capacidade de conservar ou manter constante o valor. No texto que ora analisamos, Marx (1986), em *Para crítica da Economia Política*, sequer menciona a teoria de Senior nesse respeito. Ele simplesmente cita Bailey como uma confirmação, ou embasamento adicional, de sua teoria, sem críticas ou comentários específicos sobre possibilidades de melhoramento da exposição do autor inglês ou no referente ao conteúdo de suas ideias.

A outra função referida, como afirmado antes, em *Para Crítica da Economia Política* é a do dinheiro como meio de pagamento. Ou seja, aqui o dinheiro não é apenas

um instrumento ideal utilizado para medida de valor, e nem opera como simples intermediário de uma determinada compra, que é separada de uma venda, com outro agente econômico, em outro período de tempo. Dinheiro como meio de pagamento emerge no momento em que o ciclo D-M não é realizado de maneira imediata. O vendedor adianta a mercadoria ao comprador, e esse, saldará o negócio em tempo posterior. Como se viu anteriormente, essa discussão é presente também nos *Grundrisse*; praticamente da mesma forma como aparece em *Para Crítica da Economia Política*. Entretanto, nesse último texto, Marx (1986) a desenvolve um pouco para além do que encontra na mão dos autores citados, nesse caso, particularmente Bailey – embora também haja, agora, menções a Senior. Mais uma vez, contudo, não há críticas a Bailey, o que Marx (1986) realiza nesse texto é o desenvolvimento de um dos princípios enunciados pelo economista político inglês, levando-o a uma de suas consequências mais importantes. O princípio enunciado é aquele, como visto no capítulo anterior, a respeito de Bailey (1837) tratar o dinheiro como a mercadoria geral de contratos. Esse princípio é seguido por Marx (1986) de maneira literal. Afirma o economista alemão: “Como meio geral de pagamento, o dinheiro torna-se a *mercadoria geral* dos contratos, de início apenas no interior da esfera de circulação de mercadorias” (MARX, 1986, p. 104).

O desenvolvimento extra trazido por Marx a respeito do tema, como dito anteriormente, não é uma crítica a Bailey. Parte-se da aceitação do princípio de que o dinheiro é a mercadoria geral dos contratos. O que Marx (1986) realiza, nesse ponto, é vislumbrar de que maneira um tal princípio pode se generalizar para o restante das trocas a serem executadas na economia. É nesse espírito que anuncia ele que, na medida em que o dinheiro como mercadoria geral de contratos se generaliza, ou se desenvolve, todas as “outras formas de pagamento se convertem pouco a pouco em pagamento em dinheiro” (MARX, 1986, p. 104). E continua: “O grau em que o dinheiro se tornou meio de pagamento exclusivo indica em que medida o valor de troca se apoderou da produção em extensão e profundidade” (ibid., p. 104). Como se vê, Marx (1986), nesse ponto, por estar vislumbrando um modo de produção capitalista ainda não generalizado mundialmente e que ainda não atingiu, igualmente, todas as esferas, ele encontra no dinheiro como meio de pagamento um importante indicador do grau de generalização dessa forma de produzir. Isso porque, como se sabe, em boa parte da Europa Oriental, sem mencionar o restante do mundo, como poder-se-ia ver, por um período mais extenso, no caso latino-americano³², até pelo menos meados do século XIX, ainda havia uma série de relações

³² Ver, particularmente, sobre o tema no Brasil, Prado Jr. (2004).

econômicas baseadas em pagamentos baseados em gêneros de diferentes espécies. Não que o dinheiro em si mesmo seja um elemento dissolutivo de relações econômicas pré-capitalistas. Mas, que o pagamento de salários em gêneros é o que mais facilmente caracteriza as relações econômicas feudais, porque normalmente é acompanhado de uma divisão de trabalho rudimentar, onde o mercado ainda não se generalizou. É por isso que a transição do meio de pagamento de gêneros para dinheiro significa, em alguma medida, que a produção capitalista, ou que pelo menos o mercado, está em vias de se generalizar.

Nesse texto, datado de 1859, Marx (1986) ainda não é capaz de diferenciar de maneira clara valor de valor de troca. Como vai se ver, nem na primeira edição de *O Capital*, publicada em 1867, terá o autor se resolvido quanto a essa questão. Mas, no espírito das edições posteriores de *O Capital*, Marx (1986) muito provavelmente diria que à medida em que o dinheiro se consolida como o principal meio de pagamento em uma sociedade, mais ele indica que o valor teria se apoderado da produção em extensão e profundidade. E, não, o valor de troca, porque valor de troca não pode ser produzido diretamente, apenas valor.

4.3 MANUSCRITO ECONÔMICO (1861-63)

É no *Manuscrito Econômico de 1861-63* que se pode estabelecer com toda certeza que Marx (1990) leu o principal trabalho econômico de Samuel Bailey, qual seja, a sua *Dissertation*. A essa altura, Marx (1990) não está apenas preocupado com as questões monetárias levantadas pelo economista político inglês no seu ensaio sobre o dinheiro. Esse foi a temática com a qual Marx (1990) lidou nos *Grundrisse* e em *Para Crítica da Economia Política*. Dois anos separam a publicação deste último trabalho e desses manuscritos que dão título à presente seção. Aqui, Bailey comparece como um crítico a Ricardo e como um analista, que em última instância, quer enterrar a teoria do valor trabalho. Como vimos no capítulo anterior, por mais que esse intento não seja uniforme ao longo do texto baileyano é ele que oferece o seu tom. Em grande medida, pode-se adiantar, também, que as menções a Bailey encontradas em *O Capital* possuem um grande parentesco com as presentes nesse manuscrito. É aqui que Marx começa a se preocupar com uma importante diferença existente entre o valor e sua expressão. Mas, ainda se trata de um esforço incipiente, que nem mesmo na primeira edição da obra máxima do fundador da Crítica da Economia Política, terá se realizado plenamente.

A aparição de Bailey no *Manuscrito Econômico de 1861-63* se dá no momento em que Marx (1990) busca pesquisar o elemento existente no equivalente em duas

mercadorias quando essas são levadas ao mercado e a sua troca é efetuada. O autor ainda não pensa valor e valor de troca como instâncias separadas, mas já oferece sinais de que isso é algo iminente – evidentemente que somente podemos afirmar isso porque sabemos que foi justamente essa tendência que se desdobrou a posteriori. Portanto, o problema nesse manuscrito é posto da seguinte forma: para Marx (1990), é óbvio que quando duas mercadorias A e B são trocadas entre si, elas são equivalentes, ou seja, que a mesma quantidade de valor de troca – mais uma vez, expressão que será modificada a partir da terceira edição de *O Capital* – ou tempos de trabalho objetivados equivalentes se trocam. Tanto faz se na forma dinheiro ou na forma do intercâmbio direto, pouco importa. Ambos os possuidores, tanto da mercadoria A como da B, retirarão da troca a mesma quantidade de valor de troca que colocaram nela. Não há acréscimo de valor (de troca) nem para um lado, nem para o outro. Há apenas uma transformação: se o possuidor de A vende essa mercadoria, o que ele possuirá sob a forma de dinheiro ou promessa de pagamento é uma quantidade de tempo de trabalho objetivada equivalente ao existente naquela mercadoria inicialmente vendida. O mesmo aplicando-se ao possuidor da outra mercadoria. “A soma de ambos os valores de troca permaneceu a mesma, assim com o valor de troca que cada um dos dois possui” (MARX, 1990, p. 19). É impossível que isso não ocorra, ou seja, que um dos valores retirados da circulação seja maior do que aqueles colocados. Talvez em casos, específicos, de troca, isso ocorra o tempo todo, mas no caso mais geral, os ganhos de circulação anulam as perdas, de modo que, quanto mais geral é tomado o problema, tanto mais ele tende a se aproximar do modelo idealizado da troca de equivalentes.

Sem grande significação aparente, visto que esse já era um problema para Marx desde 1859, é nesse contexto que a primeira menção à *Dissertation* de Bailey aparece. “A não pode obter mais grãos pela mesma quantidade de tecido de B, ao mesmo tempo em que B receba mais tecido pela mesma quantidade de grãos de A” (BAILEY, 1825 apud MARX, 1990, p. 20). Ou seja, o que Bailey discute são as impossibilidades existentes em um tipo de trocas que não fosse, em última instância, no caso geral, guiado por algum mecanismo de equivalência. Sem esse mecanismo de equivalência, as trocas³³ teriam uma característica caótica, e a ausência de qualquer regularidade inviabilizaria a existência de qualquer esforço teórico que se conceba para o conhecimento das propriedades da troca. Ou seja, pode-se dizer que, pela impossibilidade da existência de um esquema caótico de trocas, conclui-se que deve haver algo existente nas mercadorias a serem trocadas que as torne, em alguma medida equivalentes. É para isso que Marx (1990) recorre a Bailey

³³ Sem a existência da troca de equivalentes seria também impossível a Marx (1990) atingir qualquer teoria possível da mais-valia com as conclusões que dessa teoria se pôde extrair.

nesse momento. Quase como uma segunda opinião, dado que ele já adiantou o princípio da troca entre equivalentes anteriormente, acerca do tema: sem críticas ao autor inglês.

A situação muda completamente de figura quando Marx (1990), ao discutir os elementos que dão à força de trabalho um valor. Nesse momento, em meio à sua argumentação, Marx (1990) se depara com a polêmica proposta por Bailey contra Ricardo exatamente acerca desse ponto: nessa polêmica, Marx toma posição em vários aspectos, e direciona a formação do seu próprio argumento a respeito da formação do valor da força de trabalho. Por questão de integridade ao argumento, acreditamos que seja válido reproduzir de Bailey (1825) a passagem a partir da qual Marx (1990) avalia a polêmica desse economista inglês contra Ricardo:

Portanto, Ricardo, de forma bastante engenhosa, evita uma dificuldade, a qual, à primeira vista, ameaça restringir sua doutrina, que o valor depende da quantidade de trabalho empregado na produção. Se a esse princípio se adere rigidamente, segue-se daí que o valor do trabalho depende da quantidade de trabalho empregado na sua própria produção – o que é evidentemente um absurdo. Através de uma virada sagaz, portanto, Ricardo faz com que o valor do trabalho dependa da quantidade de trabalho requerida para se produzir os salários, ou, para dá-lo o benefício de sua própria linguagem, ele sustenta que o valor do trabalho deve ser estimado pela quantidade de trabalho necessário para se produzir os salários, através do que ele intenciona dizer que a quantidade do trabalho necessário para produzir o dinheiro ou as mercadorias dadas ao trabalhador. Isso é similar a dizer que o valor do tecido deve ser estimado não pela quantidade de trabalho despendida na sua produção, mas pela quantidade de trabalho despendida na produção da prata, pela qual o tecido é trocado (BAILEY, 1825, p. 50-1).

De todas as referências de Marx a Bailey até agora vistas, vimos que normalmente o tom foi de concordância ou de neutralidade do economista alemão em relação ao inglês. Porém, nas polêmicas contra Ricardo, a avaliação de Bailey por Marx é completamente diferente. Se por um lado, como vai se ver, ele avalia cuidadosamente as sentenças de Bailey contra Ricardo, por vezes aprovando-as, por outro lado, às vezes realiza julgamentos bastante pesados sobre o crítico de Ricardo. O interessante disso tudo, ao final das contas, é que se Marx não concorda com Bailey em diversos desses pontos, pelo menos é notável o quanto o autor alemão carrega as questões levantadas pelo economista inglês, ao longo do restante da sua obra.

A avaliação do trecho citado, por Marx (1990), é bastante mais rígida, comparativamente às anteriores. Para Marx (1990), Bailey só tem razão em um único ponto dessa discussão toda contra Ricardo: o fato de que o último realmente trata o trabalho como uma mercadoria direta. Ou seja, que para Ricardo, seria possível que o capitalista comprasse com seu dinheiro diretamente ao trabalho, e não a disposição sobre a força de trabalho do operário. Bailey destacou esse ponto, na visão de Marx (1990), ainda que implicitamente, porque para o próprio Bailey, ao final de contas, isso não era

uma questão. Continua Marx afirmando que Ricardo, pelo fato de não ter sido capaz de diferenciar trabalho e força de trabalho, ou seja, de não ter conseguido detectar o fato de que o trabalho é o valor de uso da mercadoria força de trabalho, não foi capaz de chegar a uma teoria da mais-valia. Isso, sem contar outra contradição presente no pensamento ricardiano, apontada por Bailey, e acolhida por Marx (1990, p. 44): “que o trabalho vivo não pode ter seu valor avaliado através da quantidade de trabalho aplicada em sua produção”.

No restante, Marx (1990) desaprova por completo as demais críticas efetuadas a Ricardo, chegando a considerá-las, mesmo, como tolas. Em especial, ele faz uma crítica à comparação final da crítica de Bailey a Ricardo no que se refere a considerar o valor do tecido como o valor da prata necessário para comprá-lo. Marx (1990) afirma que sim, que o preço do tecido é composto também do preço do fio que é consumido em sua produção, tanto quanto na força de trabalho com respeito aos meios de subsistência, que através do metabolismo social, adentram nessa consideração. Ou seja, Bailey poderia ver, tanto quanto na reprodução biológica, que não depende do trabalho direto, mas dos meios de subsistência que se consome – e é através disso que a reprodução acontece – nos meios de trabalho. Poderia ver isso na determinação do valor dos animais que servem de meio trabalho, assim como outros instrumentos quaisquer. Além do mais, adiciona Marx (1990) que, como a reprodução da força de trabalho não se limita à manutenção da existência viva, há também outros elementos, um desses sendo a reprodução de trabalhos de tipo específico. Esses trabalhos de tipos específicos dependem de um certo nível de treinamento, o chamado trabalho complexo, e a isso se adiciona valor à própria força de trabalho – porque sua manutenção tem esse custo a mais de reprodução.

A consequência de uma posição dessas compareceria posteriormente ao texto. Como se vê, a questão do valor da força de trabalho foi apenas mais um pretexto utilizado por Bailey para tentar atacar os fundamentos da teoria do valor trabalho produzida por Ricardo. Como vimos no capítulo anterior, Bailey (1825) quando não oferece concessões teóricas a Ricardo para tentar acompanhar o argumento parcialmente, para tentar encontrar algum argumento que se afigure como uma contradição interna, tem para si uma teoria do valor de caráter bastante psicologista. Valor é estima, em última instância, para Bailey (1825). Desse modo, se é uma estima, o valor existe na relação entre as mentes dos assim chamados agentes econômicos e as mercadorias existentes no mercado. Não haveria, desse modo, nada de intrínseco, nem nada dado exteriormente às avaliações individuais realizadas pelas pessoas, no que se refere ao valor. A tentativa de buscar uma contradição no pensamento de Ricardo acerca do valor da força de trabalho,

considerando-a como um artifício, nada mais é do que uma tentativa de levar o pensamento ricardiano a uma suposta consequência inevitável que inviabilizaria a sua coerência teórica interna. Por isso, Marx (1990) ironiza, ao final das contas, a tentativa de Bailey de inviabilizar a determinação do valor a partir do tempo de trabalho: “A grande sacada de Bailey contra toda a determinação do valor através do tempo de trabalho é essa: valor é apenas uma relação, na qual diferentes mercadorias se trocam. Valor é uma relação entre duas mercadorias” (MARX, 1990, p. 95). Valor, portanto, não teria nada intrínseco ou absoluto, na visão de Bailey.

Essa passagem, como vai se ver adiante, coloca uma série de problemas. Em primeiro lugar, existe o problema com o qual Marx se ocupará seriamente: o problema da expressão dos valores das mercadorias. De outro lado, contudo, há, em segundo lugar, aqui o germe de uma crítica ao fetichismo da mercadoria. Quando Marx (1990) entende que Bailey está tratando a determinação do valor como uma relação entre duas mercadorias, ele poderia estar promovendo uma troca entre o sujeito e o predicado. Em vez de conceber a relação de valor como uma relação entre pessoas, Bailey as entende como sendo uma relação entre coisas. Não por acaso, Bailey é um dos autores mais citados quando da redação da teoria do fetichismo da mercadoria, a qual teremos oportunidade, mais adiante, de analisar com mais detalhe e vagar.

O primeiro problema mencionado no parágrafo anterior é de grande interesse para o estabelecimento de uma teoria da forma valor. Isso porque a forma valor, em última instância, é o mecanismo pelo qual o valor consegue se expressar em uma relação de troca. A forma valor, quando olhada do ponto de vista de seu conteúdo, isto é, os múltiplos pares forma-relativa-forma-equivalente que assume, ou o que será sinônimo a partir da terceira edição de *O Capital*, o valor de troca, será sempre uma comparação, e como tal, não pode perder a dimensão relativa realmente existente. A questão é que o valor, em si mesmo, não é uma grandeza relativa. É uma grandeza absoluta dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria. O problema torna-se o seguinte: como equacionar essa situação, se se tem ao mesmo tempo essa dificuldade, ou seja, que o valor ao mesmo tempo em que somente pode se expressar relativamente, tem ele, em sua existência, o caráter de ser uma grandeza absoluta? Bailey abandona completamente a ideia do valor como grandeza absoluta, considerando apenas a sua dimensão relativa. Para Marx, fica o desafio, ao qual ele responderá somente em *O Capital*, e de maneira mais sofisticada, a partir da terceira edição da sua obra – ainda que comentaristas mais recentes tenham afirmado que ele apenas conseguiu colocar a questão,

mas não a responder a contento, em nenhuma das edições, como veremos nas considerações finais do presente texto.

No *Manuscrito Econômico de 1861-63*, portanto, é onde se dá a leitura mais frutífera e crítica de Marx em relação a Bailey até o período em questão, e é pela leitura da *Dissertation* que Marx inicia seu contato com o problema indicado no parágrafo anterior acerca da forma valor.

4.4 TEORIAS DA MAIS-VALIA (1862-63)

É nas *Teorias da mais-valia* onde se encontra o diálogo mais abertamente pronunciado entre Marx (1985a) e Bailey. Nesse manuscrito, cuja redação data do período entre 1862-63, encontra-se uma seção de um capítulo dedicada especialmente ao economista político inglês. O capítulo que inclui essa seção, de modo geral, trata do que se chama de desagregação da escola ricardiana. Ou seja, os debates que se sucederam à uma espécie de *pax* estabelecida pelo pensamento econômico de Ricardo entre os anos de 1810 e 1848 na Grã-Bretanha. Como se viu no capítulo de número 2 dessa dissertação, nesse período, Ricardo, segundo alguns historiadores do pensamento econômico, reinou praticamente absoluto. Até que, por diversas causas, entre elas a necessidade de vulgarização da sua obra – fato amplamente discutido no posfácio à segunda edição de *O Capital* – iniciou-se a dissolução da unidade do que se poderia chamar de escola ricardiana. Assim, uma série de seus pressupostos passou a ser parte de um amplo debate. No subcapítulo no qual Bailey é tratado por Marx (1985a) em *Teorias da mais-valia*, o economista político é inserido, precisamente, nesse grupo de autores. A constante crítica a Bailey é a marca desse texto, contrariamente aos anteriores, como vimos. Aqui Marx (1985a), para além de avaliar, o que não sua opinião seriam esporádicos acertos na crítica do economista inglês realizada contra Ricardo, começa a enxergar o autor como um exemplo típico dos efeitos produzidos na teoria econômica pelo fenômeno real do fetichismo da mercadoria.

A tônica da crítica de Marx (1985a) nesse texto gira em torno de dois temas principais: em primeiro lugar, trata-se do problema da expressão do valor; e em segundo lugar, trata-se do problema da determinação do valor pelo trabalho, algo que, como vimos é majoritariamente negado por Bailey. Para tratar do problema da expressão do valor, há duas perspectivas possíveis. Em primeiro lugar, pode-se olhar do ponto de vista da confusão realizada pelo autor entre valor e preço. E em segundo lugar, do problema da não análise das consequências que são implicadas pela noção de “expressão do valor”.

Começando pela primeira dessas abordagens, qual seja, da confusão existente entre valor e preço, podemos recordar que isso é de fato presente na obra de Bailey, o tempo todo. Como para ele, valor é precisamente a expressão formada na troca por diferentes quantidades de mercadorias, seja qual for o material dessa expressão. Nesse aspecto, por mais que o dinheiro tenha conveniências de ordem prática, ele não tem nada, para além disso, de especial. Mas, a questão principal é a identificação do valor com a sua expressão. Como, nesse caso, ele equaliza o conteúdo à forma, equaliza-se, por consequência, valor e preço.

A crítica de Marx (1985a), nesse particular, é realizada a partir de uma constatação com a qual ele concorda com Bailey – até pela sua trivialidade – na qual afirma-se que: o poder de expressar os valores de mercadorias não tem a ver com a necessidade de que esses valores sejam constantes. Destacar uma mercadoria específica para o cumprimento dessa função também não parece ser um artifício que socorra a Bailey. Se a mercadoria A tem seu valor expresso na mercadoria B, C ou D, ou no ouro – considerado como a figura monetária – em nada se altera a situação: “tem de haver uma unidade comum entre o ouro e cada uma das demais mercadorias” (MARX, 1985a, p. 1214). Essa unidade comum, que deve existir na consideração do ouro, ou de qualquer mercadoria que se considere ao se analisar a expressão de valor é que é o grande enigma. Existe ou não um conteúdo posto prévio que possa ser expresso em uma relação de mercadorias, ou em um processo de troca?

A visão de Marx (1985a) é que nesse caso existe a expressão de um conteúdo que é diferente da própria expressão. Se Bailey iguala a expressão ao conteúdo, como deve ter ficado claro pela análise realizada no terceiro capítulo dessa dissertação, já que o que importa são apenas as relações de valor contemporâneas de determinadas mercadorias, é evidente que ao se chegar à expressão do valor no dinheiro, e por considerar essa expressão como o único fato importante, ele terá igualado valor e preço. Para Marx (1985a), o simples fato de uma expressão de valor existir significa que elas devem possuir algo em comum, elas devem ter algo em si mesmas que permita que elas sejam igualadas, ou antes, comensuradas – fato esse que, segundo o autor alemão, seria realizado na prática cotidiana da vida econômica. Se assim o é, ou seja, se esse fato é levado às últimas consequências na vida econômica, significa que duas ou mais mercadorias têm de fato algo em comum, que pode ser medido a partir da mesma unidade. Se as mercadorias são de diferentes naturezas corpóreas, pois só assim qualquer troca teria sentido, quando são igualadas na prática, devem poder ser reduzidas a uma unidade comum. “Então, o valor de A se *exprime* em 4B, e o valor de 4B em A, de modo que ambos os lados expressam a

mesma coisa. São equivalentes. Ambos são expressões de *igual valor*” (MARX, 1985a, p. 1214, grifos do original). Somente coisas de mesma unidade podem ter seus valores dessas magnitudes comparados. E, essa propriedade é que faz das mercadorias valores, como aparecerá de forma mais clara em *O capital*.

Como, para Bailey, importa sempre a relação imediata, Marx (1985a) constata, naquele autor, um desdém com relação à investigação da natureza do valor – por mais que isso não seja inteiramente justo, pois, como visto no capítulo anterior, existe, sim, em Bailey (1825), uma teoria do valor, mesmo que se considere o fato de que essa tenha um caráter eminentemente subjetivista e não seja sustentada integralmente ao longo de sua própria obra. Assim, avalia Marx (1985a), existe esse possível desprezo de Bailey, por conta dessa sua constante fixação teórica na proporção pela qual duas mercadorias são trocadas, e pelo fato de haver uma passagem no texto do autor inglês que afirma que medir o valor seria sinônimo de expressá-lo: “Encontramos os valores medidos, expressos nos preços. Por conseguinte, podemos contentar-nos, afirma, Bailey, em não saber o que é o valor” (MARX, 1985a, p. 1214). O ataque de Marx (1985a), aqui, é feito utilizando a analogia muito cara a Bailey (1825) onde esse afirma que a questão da medida dos valores é análoga à distância entre dois pontos no espaço. Na obra do economista político inglês se afirmava, o tempo todo, e de forma repetida, que a relação de valores entre as mercadorias seria algo análogo à medição de distâncias. Só existiria na relação comparativa entre dois pontos, fosse qual fosse aquele tomado primeiro. A distância não é uma coisa que pode ser imanentizada ou autorreferida a partir de um único ponto que se considere. É sempre necessária a existência de um segundo ponto para haver distância. Assim, tem-se um apelo à superficialização do problema. Deve-se sempre tratar a relação entre duas mercadorias, de modo imediato, da forma que aparecem sem que se considere o problema em sua natureza mais interna. O que Bailey (1825) esquece, segundo Marx (1985a), seria o fato de que a analogia da distância não é suficiente para afastar o problema do possível fator comum que deve ser existente nas mercadorias para possibilitar a sua comparação. Nem mesmo para a analogia de Bailey isso pode ser esquecido: o simples fato de haver existência de distância entre dois pontos no espaço é a implicação de alguns pressupostos.

Ao falar da distância entre duas coisas, falamos de sua diferença no espaço. Assim supomos ambas contidas no espaço, serem pontos do espaço. Desse modo igualamos ambas como existências do espaço, e só após tê-las igualado sob o aspecto do espaço distinguimo-las como pontos diferentes do espaço. A unidade delas é pertencer ao espaço (MARX, 1985a, p. 1197-8).

Portanto, tanto na analogia das distâncias quanto na própria análise do valor, a partir das expressões emitidas por Bailey, esquece o autor inglês um elemento importante:

o fato de serem comparáveis significa a existência de algo que seja comum às mercadorias. Bailey, segundo Marx (1985a), estaria correto ao, contrariando à economia política, considerar desnecessário que o dinheiro, ou qualquer outra mercadoria utilizada para medir o valor das demais mercadorias, fosse dotada de valor fixo, ou pelo menos, estável o suficiente durante um longo período de tempo qualquer. Isso não é necessário. Contudo, daí Bailey, de acordo com o economista alemão, extrai algumas conclusões que extrapolam as consequências mais imediatas dessa sua constatação correta. Bailey “conclui não ser necessária para o valor uma determinação independente, diferente da própria mercadoria” (MARX, 1985a, p. 1215). A questão, contudo, é que isso é necessário, ou seja, encontrar-se essa determinação independente. Não só pela necessidade de haver uma unidade comum, como discutido anteriormente, mas pelo fato de que para se expressar algo, é necessário que exista algo a ser expressado. E se se expressa esse algo em comum, apenas através do processo de equalização, teremos que, esse algo em comum deve existir. Mercadorias, assim, “‘são coisas trocáveis’ [...] como coisas ‘trocáveis’ são magnitudes da mesma espécie. Mas esta ‘sua’ existência como coisa ‘trocável’ tem de ser diferente de sua existência como valores de uso” (MARX, 1985a, p. 1215). A pura existência do dinheiro não é suficiente para expressar esses valores; nem o utilizar, portanto, como expressão padrão de valores seria suficiente para contornar o problema, porque ele é, antes, o resultado, mais do que a causa. “O próprio dinheiro já é *representação* do valor, e o pressupõe. Dinheiro como *medida* dos preços já pressupõe por seu lado a conversão (teórica) da mercadoria em valor” (ibid., p. 1215, grifos do original). Portanto, contornar o problema, pela expressão do valor, absolutizada, não é suficiente. Antes, revela uma confusão entre valor e preço por parte de Bailey. Isso, pode ter como origem, uma certa omissão por parte de Bailey na diferença entre a medida do valor e da causa da existência do valor. “A ‘causa’ do valor converte valores de uso em *valor*. A medida externa do valor já pressupõe a existência do valor” (MARX, 1985a, p. 1216).

Um problema subjacente à análise de Bailey (1825) é que, ao tomar as categorias mais superficiais para analisar a expressão do valor, igualando essa expressão ao conteúdo, de forma oscilatória e até prolixa – por vezes existe o elemento fundante de uma teoria do valor na psicologia, por vezes é relacionado à capacidade de comando de mercadorias potencialmente trocáveis, e por vezes é apenas a expressão imediata do valor através de sua medida – ao fazer isso, Bailey ao mesmo tempo em que relega a causa do valor à sua simples manifestação, também analisa aspectos particulares da formação do valor das mercadorias. A isso, ele chama: circunstâncias. E essas circunstâncias, como se

viu no capítulo anterior, são as mais variadas, sem que haja necessariamente uma preocupação com a coerência interna do argumento: pode ser estima, pode ser até mesmo o valor do trabalho – algo a que o autor constantemente faz críticas – pode ser o preço de custo de produção da mercadoria etc.

O corolário disso, segundo Marx (1985a, p. 1217), é que na teoria de Bailey, “o preço corrente é determinado por diferentes circunstâncias que se expressam na relação entre procura e oferta, e influenciam como tais a ‘consciência’ dos que operam no mercado”, e que “ao se *convertem os valores das mercadorias em preços de custo* entram em conta ‘circunstâncias diversas’ que agem na consciência como ‘razões de compensação’ ou, assim lhe afiguram” (ibid., p. 1217, grifos do original). Ou seja, Marx confirma que Bailey converte o valor em um processo psicológico consciente. Sem levar em conta que, existe uma certa independência em relação à cognição humana nas relações econômicas, mesmo em relação àquelas que participam diretamente. Existe algo que escapa a essa determinação original, e, de fato, a causalidade real do caso é invertida. Os participantes da economia, “estão engrenados em relações que determinam sua mente sem precisarem eles saber disso. Cada um pode usar o dinheiro como dinheiro sem saber o que é dinheiro” (MARX, 1985a, p. 1217).

O objetivo baileyano, com um tal intento, segundo Marx (1985a), assim como fora o caso com outros autores da economia política da mesma época, seria o de tentar inviabilizar a teoria do valor trabalho de Ricardo por um outro caminho. Ao invés de atacar, como lhe era típico, provando a não-existência de uma mercadoria – sendo essa o trabalho, e não a força de trabalho – como possuidora do valor fixo, Bailey elege uma outra estratégia. Esse seu subterfúgio se daria pela via da demonstração de que o valor não seria determinado pelo trabalho, mas sim pelo preço de custo. E a pretensa contradição se revelaria insolúvel no momento em que ficasse patente, como Bailey acredita ser o caso, de que os preços de custo se desviam dos valores. Segundo Marx (1985a), esse não seria um caminho de inviabilização da Economia Política de Ricardo. Essa variabilidade do valor com relação ao preço de custo, nada mais é do que reflexo dos movimentos conjunturais do mercado. Se uma determinada mercadoria se encontra com um preço que representa um montante dinheiro maior do que o valor representado pela própria mercadoria em questão, significa que há uma transferência de valor das mãos do comprador para o vendedor. E vice-versa, caso o preço da mercadoria se encontrasse abaixo do seu preço. Isso em nada inviabilizaria a Economia Política de Ricardo, nem tampouco uma teoria da mais-valia, como Marx (1985a) procuraria demonstrar.

Ricardo não chegou, ele mesmo, a elaborar uma teoria da mais-valia, pela existência de algum defeito em sua teoria acerca da diferença entre valor e preço de custo. É plenamente possível uma teoria do excedente econômico que compatibilize a existência de um sistema de trocas entre equivalentes onde o valor e o preço de custo correspondam. Justamente pelo seguinte fato: na consideração teórica do preço de custo, a mais-valia já está inclusa em sua contabilidade. Mas, para fazê-lo, somente seria possível se se considerar a diferença entre trabalho e força de trabalho, considerando a última como mercadoria, e a outra como o valor de uso dessa. A propriedade que o trabalho tem de produzir mais valor do que aquele que dá origem à mercadoria força de trabalho é o que permite que o excedente econômico exista em um ambiente onde as trocas entre equivalentes permanece. Ricardo se aproxima disso quando tenta desviar a ideia que o valor do trabalho é originário das mercadorias consumidas pelo trabalhador. A questão é que, de modo similar ao apresentado no *Manuscrito de 1861-63*, Marx (1985a) demonstra que a crítica de Bailey que se envereda por esse caminho é insuficiente. Bailey tenta fazer com que todas as mercadorias passem a ter o mesmo valor daquelas mercadorias pelas quais são potencialmente trocáveis. E o problema de fundo não seria esse, na obra de Ricardo. A dificuldade reside no fato de que Ricardo trata a mercadoria trabalho como uma mercadoria, de maneira direta. E desse fato, ele não será, mesmo, capaz de explorar uma teoria da mais-valia. Agora, de outro lado, a existência de discrepâncias entre valores e preços de custo em nada altera a situação original no que respeita ao fato de que o preço de custo seja, mesmo que indiretamente, determinado pelos valores (MARX, 1985a, p. 1221). O que há, é uma transferência de valores que irá ocorrer, de acordo com o fato de o valor efetivamente pago estar abaixo ou acima do preço de custo. São movimentos puramente acidentais, que fazem parte da natureza do modo de produção capitalista e seu correspondente modo de circulação.

Como também foi visto no capítulo terceiro dessa dissertação, Bailey (1825) tem o hábito de desprezar qualquer esforço de comparação de valores entre mercadorias que não sejam contemporâneas. Como a relação de troca é sempre uma coisa evanescente e contemporânea, a busca de uma mercadoria com valor fixo que sirva de referência para medidas de valor em tempos distintos seria um esforço desnecessário. Como se depreende da análise de Marx (1985a), é possível que Bailey (1825) estivesse protagonizando um passo positivo para a Economia Política ao considerar desnecessária essa busca de uma mercadoria que possuísse seu valor fixo ao longo do tempo. De fato, não é necessário que uma mercadoria tenha seu valor fixo para que ela sirva para cumprir a função de medida de valor. A questão é que Bailey (1825), mais uma vez, extrapola sua conclusão

excessivamente, mesmo que dessa vez parte de uma premissa correta, na avaliação de Marx (1985a). A partir do momento em que Bailey (1825) desconsidera a questão da medida de valor entre mercadorias em diferentes tempos, ele está desconsiderando dois problemas fundamentais da economia: 1) o inteiro processo de circulação e 2) o problema da acumulação de capital.

Do ponto de vista do primeiro problema, uma tal postura chega, até mesmo, a contradizer – parcialmente, já que o próprio autor se dá conta do problema e procura suavizar seu argumento – sua teoria do dinheiro que será formulada em *Money and its vicissitudes*. Nessa obra, o autor coloca o problema do dinheiro como meio de pagamento e o dinheiro como a mercadoria universal dos contratos. Dinheiro como meio de pagamento supõe períodos diferentes para uma mesma mercadoria. Se se desconsidera, portanto, a questão dos diferentes períodos, se desconsidera o problema da circulação, que é sempre, no caso do dinheiro como meio de pagamento, avaliação de valor em períodos distintos. “O processo de circulação completo é comparação constante dos valores entre mercadorias em diferentes períodos” (MARX, 1985a, p. 1216). Para Marx (1985a), ainda, a questão da temporalidade não é um problema apenas na direção do futuro. Na direção do passado o problema também existe. Na verdade, a ideia baileyana de medida contemporânea de valores seria, em si mesma, equivocada, porque a troca dita contemporânea, é na verdade uma relação passada. “Na realidade, também não se pode falar de mercadorias contemporâneas’, nem de valores presentes, mas apenas valores passados. Qual é o valor de 1 *quarter* de trigo? A libra esterlina por que foi vendido ontem [...] o que se obteve em troca dele” (MARX, 1985a, p. 1208). Ou seja, a relação de valores não surge a todo momento de forma imediata, em cada ato singular de troca.

Do ponto de vista do problema da acumulação de capital, há também um problema nessa colocação da temporalidade: o que seria a acumulação senão o aumento do valor do capital no tempo? E como ele teria seu valor estimado se mercadorias não podem ter seus valores estimados, segundo critérios de temporalidade?

O fato, portanto, demonstrado de que Bailey (1825) iguala valor a preço, por Marx (1985a), tem uma origem mais profunda, que se encontra na sua própria concepção de mundo. Não é por acaso que o economista inglês será um dos autores mais citados ao longo do desenvolvimento da teoria do fetichismo da mercadoria em *O Capital*. Igualar valor a preços é a manifestação de uma concepção prévia segundo a qual o atributo dos homens passa a ser convertido em atributo das coisas. Isso, pelo fato de, ao se igualar o valor a preço, com frequência, tende-se a neutralizar o primeiro em favor do último, desconsiderando o primeiro. E, o preço, por ser uma manifestação muito mais imediata,

e ter seus movimentos operantes de uma forma muito mais caótica e imprevisível, tende, diante da impotência do indivíduo em controlá-lo, a naturalizá-lo e a aceitá-lo como um fato social³⁴, e a partir disso, aceitar a sua potência como uma força externa ao homem. O valor, por sua vez, é algo que permite que se rastreie as raízes sociais do processo de produção e suas consequências para a troca. Além do mais, Marx (1985a) acusa a Bailey como sendo plagiador³⁵ de um texto anônimo, *Observations on certain verbal disputes in political economy*, que por vezes é considerado como da autoria do próprio economista inglês – o que Wassina (1991), como afirmado anteriormente, indicou não ser³⁶. Tanto em um, como em outro texto, há a constatação de que a riqueza seria atributo do homem, e o valor seria um atributo das mercadorias; que, por isso, um homem seria rico e um objeto seria valioso. Esse atribuir de qualidades das coisas aos seres humanos, e dos humanos às coisas, é que será a raiz da análise posterior do fetichismo da mercadoria. Contra isso, Marx (1985a) afirma que: “uma pérola ou um diamante são valiosos como pérola ou diamante, isto é, por suas qualidades como valores de uso dos seres humanos, ou seja, como riqueza”, e continua, “mas numa pérola ou diamante não existe algo que estabeleça entre eles uma relação de troca” (ibid., p. 1216).

O principal mérito concedido por Marx (1985a) a Bailey, nesse texto, é o de ter sido o primeiro autor a ter estabelecido de forma clara a função de medida de valor do dinheiro. Ou seja, que “para medir os valores das mercadorias, para haver uma medida externa dos valores, não é mister que seja invariável o valor da mercadoria em que se medem as outras mercadorias” (ibid., p. 1188). Graças a uma tal posição, e da constatação de que ao se alterar o valor do dinheiro, altera-se a proporção de troca entre esse e todas as demais mercadorias simultaneamente, sem que isso provoque qualquer percalço para a realização dessa função, se elimina o tradicional problema da Economia Política de se buscar uma medida invariável dos valores. Evidentemente que a intenção de Bailey com isso não era facilitar o trabalho teórico da Economia Política, mas de supostamente,

³⁴ A utilização do termo “fato social” aqui, seria no sentido da acepção durkheimiana, do objeto do estudo de sua sociologia: “É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2007, p. 13). Não entendemos que o fato social seja objeto da Economia Política ou da sua Crítica. Contudo, na prática individual cotidiana, não se pode negar que uma série de fatos da vida, se apresentem diante do indivíduo como fatos que são a eles exteriores e independentes, parecendo serem dotados de vida própria.

³⁵ O hábito de detectar plágios na Economia Política é algo notório nos estudos de Marx. Possivelmente, o autor que mais tenha sofrido com tais acusações e rastreamentos, tenha sido Malthus.

³⁶ Por alguma razão, Cotrim (2015, p. 64) indica que Bailey seja o autor de *Observations*. Talvez, porque o volume consultado pela autora onde consta a *Dissertation* de Bailey, esteja acompanhado do texto de autoria anônima, as *Observations*.

provar a não necessidade de uma teoria do valor que contivesse algo de substancial em sua base, em particular, alguma que tivesse como base o trabalho.

A crítica, contudo, que é feita por Marx (1985a) a Bailey, nesse caso é a mesma da discussão anterior onde mostrou-se que o economista político inglês confunde valores e preços. E confunde justamente por sua fixação excessiva apenas nas relações contemporâneas entre mercadorias, afirmando que isso basta para que exista uma relação de valor posta no problema. Porém, como se disse antes também, e aqui de maneira mais específica para o dinheiro, antes que as mercadorias sejam postas em confronto umas com as outras em um processo de troca ou de avaliação de valor, elas já devem conter em si a propriedade de serem valores. Sem essa propriedade, não há algo em comum para ser comparado ou confrontado, e, portanto, trocado. Para o dinheiro, a mesma condição é válida e necessária. “A fim de que as mercadorias configurem seu valor de troca de maneira autônoma no dinheiro, numa terceira mercadoria, a mercadoria exclusiva, já se pressupõem os valores das mercadorias” (MARX, 1985a, p. 1189). O dinheiro, portanto, não particulariza em nada a questão, nem cria exceções. Os preços são representados por quantidades de ouro, em um corpo diferente dos corpos das mercadorias, portanto. Mas, o fato de poderem ser representadas, requer que já sejam valores. “Para se representar assim, já tem elas de ser idênticas como valores” (ibid., p. 1189). Caso contrário a expressão de valores, em si mesma seria impossível.

Assim, estamos ao mesmo tempo diante de um problema de Economia Política e História do Pensamento Econômico. Marx (1985a) com a resolução desse problema, resolve também o enigma que se encontrava por trás da busca por parte da Economia Política de uma medida invariável de valor. Para ele, essa busca seria uma expressão que seria derivada de uma tentativa de se encontrar, na verdade, o conceito ou a natureza do valor. O que se queria, era saber de que se tratava o valor, e não necessariamente buscar uma medida invariável, já que Bailey (1825), apesar de certa superficialidade característica, revestida de lógica implacável, conseguiu demonstrar com alguma propriedade a não necessidade de um tal intento. Daí as tremendas dificuldades enfrentadas pela Economia Política em sua aventura. E, como se sabe, a partir da literatura, e mesmo partindo do texto de Marx (1985a), fica patente que a Economia Política se dedicou de um modo muito mais extensivo à questão quantitativa da relação de valores, deixando de lado algumas de suas justificativas qualitativas.

Ao tentar responder esse enigma, Marx (1985a), nesse manuscrito que são as *Teorias da Mais-valia*, datados de 1862-63, dá sérias demonstrações de que quanto mais ele confronta com as ideias dos demais Economistas Políticos, tanto mais próximo se

encontra ele das teorias que formulará em *O Capital*. Ao tentar analisar esse, por ele considerado, falso problema posto pela Economia Política, ele se coloca imediatamente a questão da socialidade dos valores, ou seja, o fato de serem valores justamente por serem parte do trabalho social. Demonstra, como fará com mais detalhes em *O Capital*, de que maneira é importante a categoria do trabalho abstrato, como ocorre a redução automática do trabalho complexo ao trabalho simples³⁷. Marx (1985a) coloca também novas dimensões, mesmo sobre o que a Economia Política anterior fez de melhor. Ou seja, a análise quantitativa da questão dos valores, adicionando ali o traço do tempo de trabalho socialmente necessário. Em suma, nesse texto, Marx (1985a) tem um outro nível de confronto tanto com Bailey quanto contra os demais representantes da Economia Política; justamente pelo fato de que cada vez mais ele se torna um pensador autônomo no que se refere a um conjunto grande de categorias, e consegue opor sua própria teoria com sucesso aos autores anteriores.

Pelo fato, de se ater excessivamente à dimensão quantitativa, e de abusar do uso, em sua teoria, da questão acerca da medida de valores, Bailey (1825), de acordo com Marx, não teria sido capaz de capturar o que há de mais fundamental e o que especifica o dinheiro em relação às demais mercadorias. No escambo, forma de troca que acontece desde tempos imemoriais, não necessariamente se está diante da possibilidade da generalidade dos valores. Portanto, o valor de troca não apresenta sua forma mais desenvolvida e abstrata. Apenas em economias mercantis, com ampla generalização da divisão do trabalho e a presença do dinheiro é que o valor de troca terá de fato se generalizado.³⁸ E quando ele se generaliza, o que corresponde ao dinheiro passando a representa-lo em sua integridade, é que ele adquirirá, não somente uma presença maior em um grande volume de trocas, mas terá um papel qualitativo novo. A produção passa a ser feita em consideração prévia ao dinheiro, os trabalhadores vendem sua força de trabalho considerando as possibilidades e a necessidade de realizarem trocas futuras etc. O dinheiro adquire um papel qualitativamente novo, e essa nova qualidade não pode ser

³⁷ Nesse ponto, Marx (1985a, p. 1218) também defende Ricardo contra Bailey: “Sua [de Bailey] última objeção: os valores das mercadorias não podem ser medidos pelo tempo de trabalho se o tempo de trabalho num ramo não é do mesmo nível do tempo de trabalho nos outros, de modo que a mercadoria em que se corporificam por exemplo 12 horas de um técnico tem o dobro do valor da mercadoria em que se materializam 12 horas de um trabalhador rural. Isso redundando nisto: uma jornada de trabalho simples por exemplo não é medida do valor se há outras jornadas de trabalho que estão para as jornadas simples como jornadas complexas. Ricardo mostrou que esse fato não impede medir as mercadorias pelo tempo de trabalho se é dada a relação entre trabalho simples e trabalho complexo”.

³⁸ É importante demarcar aqui que não se está falando de valor generalizado, mas de valor de troca generalizado. A existência do valor de troca generalizado quer dizer que as trocas já excederam o mero intercâmbio de excedentes nos limites de comunidades mais ou menos autônomas. Ela já se tornou parte da vida cotidiana. A generalização do valor seria um outro processo: seria a generalização do modo de produção capitalista, atingindo até mesmo o interior das unidades familiares.

derivada da simples generalização quantitativa das trocas nas quais está presente. Por mais que se considere que uma das leis da dialética – se é que é possível falar de leis da dialética em abstrato – seja a constante transformação da quantidade em qualidade. É preciso, por isso, entender o dinheiro em sua nova função social específica. Como Marx (1973) caracterizou nos *Grundrisse*, o que lhe interessa, ao realizar a análise de uma sociedade, é justamente o captar das diferenças específicas que cada categoria exerce nessa sociedade, subordinada a uma totalidade que determina essa categoria, e é simultaneamente por ela determinada. Esse princípio também deve ser aplicado à análise do dinheiro:

Mas no dinheiro – nessa permutabilidade absoluta que a mercadoria possui como dinheiro, em sua efetividade absoluta que a mercadoria possui como dinheiro, em sua efetividade absoluta como valor de troca, o que nada tem que ver com a magnitude do valor – não se evidencia determinação quantitativa, mas sim qualitativa, e se patenteia que, por meio do processo por que passa a própria mercadoria, seu valor de troca se torna autônomo e se apresenta realmente, ao lado de seu valor de uso, em configuração livre, como já o fez idealmente em seu preço (MARX, 1985a, p. 1191).

Se a Ricardo, o problema de se chegar à análise correta do problema do valor foi a falta de diferenciação entre trabalho e força de trabalho, Marx (1985a) indica que o que faltou a Bailey foi a insuficiente compreensão da transmutação qualitativa existente na questão da troca das mercadorias por dinheiro. Em Ricardo, portanto,

Se impõe essa falsa aparência por lhe ser a determinação da magnitude do valor a tarefa decisiva. Por essa razão não apreendeu a forma específica em que o trabalho é elemento do valor, e sobretudo não entendeu que o trabalho individual tem de apresentar-se como trabalho geral abstrato, e nessa forma, social. Daí não ter compreendido a conexão da formação do dinheiro com a natureza do valor e com a determinação desse valor pelo tempo de trabalho (MARX, 1985a, p. 1192).

Em Bailey, por sua vez, a dificuldade colocaria questões no sentido inverso:

A obra de Bailey tem mérito pelo que elucida, com suas objeções, a confusão entre ‘medida de valor’ – como se apresenta no dinheiro, uma mercadoria ao lado de outras – e a medida imanente e substância do valor. Mas, se ele mesmo tivesse analisado o dinheiro como ‘medida do valor’, não só como medida quantitativa, mas também como transmutação qualitativa das mercadorias, teria ele mesmo chegado à análise correta do valor. Em vez disso fica na mera observação superficial da ‘medida do valor’ externa – que já pressupõe o valor –, no domínio das considerações ocultas. (MARX, 1985a, p. 1192).

Pelo fato de ter se prendido excessivamente às considerações sobre a medida de valor do ponto de vista quantitativo, Bailey não foi capaz de chegar ao que Marx chama de uma análise correta do valor. Mas, seria somente isso que teria faltado ao autor para que atingisse essa chamada análise correta? Talvez outras várias coisas tenham faltado, mas o economista alemão pode ter considerado essa como a principal falha daquele autor. O fato de Bailey não ter se atentado para questões qualitativas, quanto ao valor, revela entre outras coisas a sua pouca preocupação com relação a categorias que não são

imediatamente sensíveis. Por isso sua teoria do valor se baseia quase inteiramente na frequente repetição de que o valor de uma mercadoria é sua relação quantitativa e contemporânea com outras mercadorias. Ricardo, apesar de ter, em determinado momento – não muito significativo –, recaído no vício da Economia Política de se tentar buscar a medida invariável do valor como sendo a pedra de toque para sua teoria, e de também ter se prendido de maneira muito decidida às determinações quantitativas, não tendo analisado de maneira correta a socialidade do problema, colocou avanços importantes. Marx (1985a) avalia, contra Bailey, e de um modo muito generoso a Ricardo, o problema do valor e da existência de alguma imanência no seu entendimento do problema. “Por *valor real* entende Ricardo, na passagem acima, a mercadoria enquanto materialização de determinado tempo de trabalho. Por *valor relativo*, a expressão do tempo de trabalho contido nos valores de uso de outras mercadorias” (MARX, 1985a, p. 1193).

Deve-se atentar detidamente a esse fato. Embora Marx (1985) celebre, no posfácio à segunda edição de *O Capital*, o fato de que essa foi uma época de grandes debates em torno do espólio ricardiano, ele também não deixa de pontuar nesse texto, que em parte, o debate foi um barateamento e uma vulgarização do sistema de economia política construído por Ricardo. Bailey, nesse particular, é um exemplo disso. Embora, como veremos adiante, haja autores que consideram Bailey uma fonte fundamental de diálogo para Marx, ele não está incólume ao movimento do qual sua geração fez parte. Trata-se da dissolução da escola ricardiana, e não necessariamente, sua superação no sentido de avanço científico. Se compararmos essa avaliação que Marx faz de Ricardo com aquelas a respeito de Bailey, é notável a diferença de recepção de um e de outro autor.

Por mais que reconheça a importância de Bailey na tipificação da função do dinheiro como sendo medida de valores e a sua constante preocupação com o problema da expressão desses mesmos valores, Marx (1985a) considera que seu pouco apego a uma teoria do valor tem consequências pesadas para seu texto, que se torna, na opinião do pensador alemão, um eterno repetir de ideias superficiais. Quando ao avaliar Ricardo, dizendo que esse coloca o problema de um valor real, cuja quantificação é dada por um tempo de trabalho necessário para a produção dessa mercadoria, e de outro lado, um valor relativo, que se refere à expressão desses valores, significa que o autor tem consciência do problema de que as categorias econômicas não necessariamente se manifestam sem sofrerem alterações essenciais. Ou seja, para Ricardo a aparência não é idêntica à essência. Isso, para Bailey, e de modo contrário, como já pôde se constatar, é normalmente o caso. Portanto, se para Bailey falta mais do que a mera apreensão

qualitativa do problema do dinheiro para que chegue a uma teoria correta do valor, para Ricardo faltaria muito menos, porque possui consciência de uma série de problemas dessa dinâmica essência e aparência no modo de produção capitalista.

A discussão mencionada sobre valor real e valor relativo demonstra essa preocupação por parte de Ricardo. Em *O Capital*, em suas duas edições finais, isso seria transmutado por Marx como sendo valor e valor de troca. O valor sendo aquilo que representa a alíquota do tempo de trabalho disponível na sociedade que é utilizado na produção de um tipo específico de mercadoria, dadas as condições produtivas existentes, e o valor de troca seria a expressão desses valores, que emerge quando se compara duas mercadorias levadas ao mercado. O valor (valor real) pareceria ser uma dimensão mais individual e valor relativo (valor de troca) mais social, porque um surge na produção e o outro na troca. Entretanto, isso é mera aparência. A própria determinação do valor já surge na produção, produção que é social porque existe um sistema de divisão de trabalho na sociedade. Uma mercadoria é valor porque é parte desse trabalho social disponível. A expressão do valor, o valor de troca, ou o valor relativo, demonstra essa socialidade de modo mais imediato, mais aparente, mais evidente. Isso, contudo não significa que uma categoria seja mais ou menos social que a outra. São momentos diferentes de um mesmo processo. A divisão do trabalho, cujas decisões de produção são independentes, só existe, porque existe troca. Portanto, a especialização produtiva já é determinada socialmente – não de modo mecânico, mas no sentido da imposição de sua necessidade. A decisão do que vai se produzir, por mais que seja independente, porque formalmente os produtores são independentes, é também de ordem social. Não se produz aquilo que não tem perspectiva de ser trocado – ou vendido, o que é um sinônimo.

Por considerar a questão a partir da relação mais imediata, Bailey se encontra diante de um problema, segundo Marx (1985a). Bailey, segundo o autor alemão, se encontra sempre diante da aparência das trocas. “A forma mais superficial em que o valor de troca se manifesta, a *relação quantitativa* em que as mercadorias se trocam, é para Bailey seu valor” (MARX, 1985a, p. 1194, grifos do original). Isso não permite que ele investigue a existência de algo substancial, de igual entre duas mercadorias que são trocadas. Acaba, portanto, por cair em uma análise circular que não pode se resolver. Isso porque, como afirma Marx (1985a), os objetos não podem ser trocados em uma proporção qualquer, antes, devem ser trocados em uma proporção mais ou menos definida. Não se trata de um processo aleatório. Assim sendo, as mercadorias se confrontarão, umas às outras, em uma razão, dada por um valor, e serão trocadas segundo uma razão de equivalência.

Por consequência, se formos olhar o que é o valor para Bailey e a implicação para o problema, estaremos diante de um raciocínio circular. A taxa a que se trocam duas mercadorias, “o poder, portanto de cada uma de comprar a outra é determinado por seu *valor*” (MARX, 1985a, p. 1195, grifo do original). Ou seja, se as trocas não são aleatórias, essa razão de equivalência deve ser determinada por uma coisa qualquer, que não é necessário, nesse momento tipificar exatamente o que seja, mas que pode ser chamada de valor. A definição das múltiplas razões de equivalência de uma mercadoria são o que se pode chamar de seu poder de compra. A problemática é que, para Bailey a razão de equivalência, ela mesma, é o próprio valor. Cai-se num raciocínio circular que é o seguinte: a razão de equivalência determina o valor, que determina a razão de equivalência. Consequentemente teremos que a razão de equivalência determina a razão de equivalência. Contra isso, Marx (1985a, p. 1195) adverte que “esse valor não é determinado por esse poder [de compra das mercadorias], que é mera consequência”.

Há uma série de problemas que são acarretados dessa análise. Em primeiro lugar, o superficialismo intencional de Bailey não o torna livre dos problemas aqui colocados. O fato de, para ele, valor ser idêntico à razão de equivalência mantém uma dificuldade na questão. Se Bailey considera que essa razão de equivalência se manifesta na forma do poder de compra que uma mercadoria possui, esse mesmo poder de compra, revela a existência de algo intrínseco a alguma coisa. Ou seja, deve haver um conteúdo, que será manifesto por alguma via. Uma mercadoria tem um poder de compra. Esse poder deve ser manifesto de alguma forma. Essa manifestação será a razão de equivalência. Porém, de onde provém esse poder? Apenas da psicologia individual na estima da mercadoria? Como vimos no capítulo anterior, é justamente dessa fonte, embora de maneira muito oscilatória, é que em última instância provém o valor das mercadorias na análise baileyana. Marx (1985a) não oferece muita atenção a esse ponto, forçando em parte, que o pensamento de Bailey não seja dotado de qualquer ideia acerca do valor em si mesmo. Não se pode, contudo, retirar uma parte de razão do autor alemão, porque como vimos as inúmeras oscilações da teoria de Bailey, oferecem subsídios a uma crítica dessa natureza, especialmente, porque Bailey realmente se pretende ligado à superfície mais imediata dos fatos. Seu capítulo sobre a estima como fonte de valor é bastante marginalizada por ele próprio à medida em que a teoria se desenvolve. Inicia-se com as categorias psicológicas das quais provém o valor, mas chega-se, ao final do texto, com múltiplas causas do valor, algumas originárias juntamente com o surgimento da humanidade e outras aparecidas posteriormente com o seu desenvolvimento (BAILEY, 1825).

Por se limitar às razões de equivalência, Bailey entende que variando a relação de equivalência, portanto, altera-se o valor da mercadoria. Como vimos no capítulo anterior, Bailey (1825) condenava os esforços da Economia Política de se encontrar uma mercadoria cujo valor permanecesse estável ao longo do tempo como medida para o valor de todas as demais mercadorias, não só para inviabilizar a teoria do valor trabalho. Era também para afirmar seu próprio princípio mais superficial de valor. Dizia ele, como vimos, que se se varia o valor de uma mercadoria, varia-se o de todas as demais. Isso porque ao ser comparada essa mercadoria com qualquer uma outra, a razão de troca terá se alterado, e com isso terá se alterado o valor de todas as outras. Isso é o sintoma mais claro de que há uma identificação do valor com a sua manifestação. Marx (1985a), ao considerar essa possibilidade aventada por Bailey, de que a variação no valor de uma mercadoria implica a variação do valor de todas, entende que, como consequência, isso significaria que “apenas que a expressão do valor de uma mercadoria noutra mercadoria só como *tal expressão* pode alterar-se” (MARX, 1985a, p. 1198).

De outro lado, sabemos que a expressão é muito mais variável que o conteúdo. Por isso, ao se identificar a expressão com o conteúdo, dá-se ao valor um caráter muito mais instável do que realmente parece ter. E Bailey acredita que isso é a base para a sua crítica à Economia Política, em especial, à teoria do valor trabalho. A questão é que o fato dessa variabilidade existir, mesmo que fosse oriunda do trabalho, em nada alteraria a possibilidade ou não de o trabalho servir de fonte do valor. Uma mercadoria é valor, ou seu consumo produz valor, não por sua estabilidade ao longo do tempo, nem pela estabilidade que pudesse conferir às demais como medida de valor. É simplesmente pelo fato de ser uma alíquota de um recurso finito possuído pela humanidade, que é o trabalho, medido em tempo, dadas condições de produção existentes. E a humanidade precisa, através dos seus mecanismos, conscientes ou não, efetuar uma distribuição desse trabalho entre as possibilidades produtivas existentes. Uma mercadoria é qualitativamente um valor, e possui quantitativamente um valor, porque é parte desse esforço coletivo – mesmo que não consciente³⁹ – da sociedade.

O que Marx (1985a) analisa de Bailey do ponto de vista psicológico, da formação do valor como oriunda no mundo mental, é realizado a partir da teoria do dinheiro do economista político inglês. Afirma Marx (1985a) que em Bailey, se forma uma ideia de valor, e essa ideia é formada porque existe o dinheiro, e por estarmos acostumados em medir os valores das mercadorias a partir do dinheiro, e não da relação de umas com as

³⁹ O que por si só não deve ser julgado, sob a pena de, inevitavelmente, incorrer-se em viés moralista.

outras, passamos a analisar essa terceira mercadoria como sendo o parâmetro de valor. Como as pessoas, na prática, avaliam o valor de seus objetos como uma relação com o dinheiro – o que é justificável pelos imperativos práticos – e, como Bailey, por sua vez, não está preocupado em descobrir nenhum conteúdo que vá além do imediato, a sua teoria do valor permanece condenada a esse limiar. Desse modo, para o economista político, “o que leva à formação do dinheiro e se expressa no *dinheiro* não é a determinação do produto como valor; ao revés, é a existência do dinheiro que leva à ficção da ideia de valor” (MARX, 1985a, p. 1199, grifos do original). Ou seja, para o pensador, a ideia de valor seria oriunda de uma operação prática realizada de modo consciente no cotidiano. Isso produziria uma ideia de valor, e essa ideia de valor seria idêntica ao conteúdo do valor. Uma transposição de um conteúdo real em um conteúdo psicológico – que deve ser dito, contudo, que por ser psicológico, não é menos real.

Entretanto, tratar o valor como uma ideia é submeter os seus efeitos à consciência de um processo bastante complexo. São muitas variáveis, que são impossíveis de serem processadas individualmente. Como a produção não é integralmente planejada, ela necessita de um princípio integrador para que possa, com todas as insuficiências que esse tipo de organização de produção possa acarretar, garantir um grau mínimo de efetividade para que a reprodução ocorra. Portanto, dar à categoria fundamental da economia, o valor, a origem na consciência, é subestimar os elementos espontâneos presentes na economia. Deve-se lembrar, mais uma vez, considerando que seja possível tratar a dialética segundo a perspectiva de suas leis, que o todo é maior do que a soma das partes. É preciso dizer também, novamente, que Marx (1985a) não dedica muita atenção aos elementos psicológicos específicos da formação de estima por Bailey, como fundantes de seu sistema de valor.

4.5 O CAPITAL (1867-1890)

Tanto na primeira edição de *O Capital*, publicada em 1867, quanto na sua quarta versão – organizada por Engels, em 1890, a partir das adições feitas pelo seu autor à edição francesa e a partir das modificações sugeridas pessoalmente por Marx – que constitui a base para a larguíssima maioria das edições produzidas atualmente, as menções a Samuel Bailey não são substancialmente diferentes nas duas versões. Há apenas uma menção a mais na quarta edição, em um trecho, que aliás, não traz novidade no tratamento do autor alemão a respeito do autor inglês. O que há, acreditamos, de diferença substancial

entre as edições, é a intenção com a qual Marx discute com Bailey. Não é nosso intento, contudo, ainda nesse capítulo, o de se discutir essas intenções, nem a função que Bailey cumpriria ao servir de interlocutor neste ou naquele trecho de *O Capital*. Esse será objeto para a próxima subdivisão desse capítulo, onde teremos a oportunidade de discutir com as sugestões trazidas por Isaak Rubin.

A única dessas questões, que diferenciam uma edição da outra, a qual precisamos deixar esclarecido desde já é que na primeira edição de *O Capital*, Marx (1867) ainda não havia completado o processo iniciado no *Manuscrito Econômico de 1861-63* de compreender como coisas distintas valor e valor de troca. Ele demonstra claramente, ao longo de várias passagens, já na primeira edição de seu texto, uma forte intuição de que são coisas diferentes. Exemplo disso, é o seguinte trecho que será, inclusive, mantido na quarta edição de seu trabalho: quando apresenta a ideia de valor de troca, ele discute a variabilidade existente no valor de troca, tanto no tempo quanto no espaço. E explicita a seguinte suspeição que decorre desse problema: “O valor de troca aparece, portanto, como algo accidental ou puramente relativo, um valor de troca (*valeur intrinsèque*) interno, imanente à mercadoria aparece como uma *contradictio in adjecto*” (MARX, 1867, p. 3). E passa a investigar mais de perto o que seria essa possibilidade de existência de um valor intrínseco à mercadoria.

Ao fazê-lo, portanto, ele está, precisamente, analisando algo que possa existir em comum em duas mercadorias, o que possibilita sua troca. Desenvolve, já na primeira edição de seu texto, uma teoria que relaciona os valores das mercadorias ao tempo de trabalho socialmente necessário despendido nelas, de uma forma relativamente desenvolvida. Também nesse texto, já tem de uma forma bastante desdobrada sua teoria da dualidade dos trabalhos que constituem a formação do valor de uma mercadoria e a sua transformação material, qual seja, a distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto. Porém, seu texto ainda carece, nessa edição, de uma série de desenvolvimentos a respeito da forma valor, que lhe aparece ainda de uma forma muito incipiente. Justamente por não ser dotado ainda de uma capacidade de separar essas duas dimensões da existência do valor em uma mercadoria, é que a forma valor não poderá ser suficientemente desenvolvida a essa altura de sua formação econômica. Essa sua intuição, portanto, de que existe algo intrínseco que se contrapõe à forma aparente do valor, em sua relação de troca, aparentemente accidental, é confrontada com sua menção explícita ao problema.

Se por um lado ele entende que possa haver algo diferente do valor de troca, e partindo disso, procura investigar o assunto, não o faz o de modo suficiente, ou pelo

menos não o faz de maneira inteiramente consciente do problema que trata, o que fica patente pela seguinte passagem, logo após apresentar a dualidade básica valor de uso e valor de troca: “Quando nós, doravante, utilizarmos a palavra ‘valor’ sem nenhuma outra determinação, então tratar-se-á sempre de valor de troca” (MARX, 1867, p. 4)⁴⁰. Na quarta edição de *O Capital*, com a forma valor mais desenvolvida, essa especificação colocada por Marx irá desaparecer, porque lá quando falar-se de valor, significará precisamente o valor; quando se mencionar valor de troca, o problema será valor de troca. Como veremos adiante, segundo Rubin (1972), terá sido a leitura de Bailey por Marx que o inspirou a dar um tratamento mais adequado ao problema da forma valor, o que seria simultânea à sua concepção de valor e valor de troca como momentos distintos da categoria básica de sua Crítica da Economia Política.

As menções a Bailey, presentes em *O Capital*, giram em torno de dois temas principais. O primeiro deles se reporta à determinação dos problemas relativos à forma valor. O segundo, na constatação de que Bailey teria sido um autor dos mais tipicamente afetados teoricamente no que se refere a uma concepção fetichista da Economia Política⁴¹. Ao contrário dos manuscritos e textos analisados anteriormente, aqui não há mais a menção do possível pioneirismo de Bailey em ter destacado a função medida de valor do dinheiro. Quando Marx (1972) trata do tema medida de valor, Bailey sequer é mencionado.

A primeira referência à Bailey, presente em *O Capital*, é o reconhecimento de um outro mérito do autor inglês por parte de Marx. Ele teria sido um dos poucos economistas, até então, a terem se preocupado com a análise da forma valor. É no momento em que Marx (1972) introduz a forma valor relativa é que Bailey aparece. E o crítico da Economia Política explica também a razão pela qual Bailey não produziu resultados com sua análise da forma valor, por mais que tenha o mérito de ter sido um dos únicos, até então, a terem tomado a preocupação com o problema. Bailey e os demais economistas que tentaram empreender a tarefa, não chegaram a nenhum resultado, porque “eles, em primeiro lugar, confundem forma valor e valor, em segundo, porque eles, sob a influência crua do burguês prático, enxergam, já de início, exclusivamente a determinação quantitativa” (MARX,

⁴⁰ Apenas para evitar mal-entendidos, essa citação, e as demais que datarem de 1867, se referem especificamente à primeira edição de *O Capital* publicada pela editora de Otto Meissner.

⁴¹ Teoricamente porque o fato mais importante do fenômeno é a imposição prática do fetichismo. Na teoria é possível compreender elementos que estão para além do fetichismo, à prática isso é vedado por questões estruturais. O fetichismo, imposto na prática, que não apenas, de um lado, oferece uma rigidez ao modo de produção capitalista, como também, é um dos mecanismos mais poderosos que garantem a possibilidade desse modo de produção desenvolver as forças produtivas.

1972, p. 64). Fato que levaria a Bailey, ao final de contas, a concluir que a disposição sobre uma quantidade é o que faz o valor. (BAILEY apud MARX, 1972, p. 64).

A maneira, com detalhes, como Bailey teria tratado o problema da forma valor não aparece em *O Capital*. Marx (1972) simplesmente afirma que ele teria sido um dos únicos a terem se colocado o problema, analisa as razões pela qual seu intento não levou a resultados efetivos, e finalmente, demonstra o que essa sua posição provoca como conclusão a respeito da determinação de valor. A análise teria se decorrido simplesmente do ponto de vista quantitativo, como era típico da Economia Política quando essa se propunha a investigar a natureza do valor, e por isso, a conclusão de Bailey teria, também ela, de ser uma conclusão de ordem puramente quantitativa, segundo Marx. Analisa-se a forma valor na obra de Bailey: como o valor se expressa, e como o dinheiro cumpre por excelência essa função. Esse é o espírito de suas teses, e a grande preocupação de Marx nos manuscritos e textos anteriores. Porém, a análise da forma valor nesses autores não se coloca sequer a questão do porquê de os produtos do trabalho em uma sociedade onde predomina o modo de produção capitalista terem de, forçosamente, tomarem a forma valor o tempo todo, ou seja, manifestarem seu valor através do corpo de uma outra mercadoria, formando seu valor de troca.

É justamente por conta de uma derivação posterior dessa noção, da manifestação do valor através da forma equivalente, quando Marx (1972) analisa o papel dessa forma equivalente, é que haverá uma nova citação a Bailey que ainda não estava presente na primeira edição de *O Capital*. Como se sabe, a primeira seção do livro foi progressivamente reformulada já a partir da segunda edição; fato que se encontra relatado no posfácio à segunda edição do livro. Na primeira, Marx coloca *Para Crítica da Economia Política* como uma obra complementar a *O Capital*. Lá, no prefácio à primeira edição, ele afirma que pontos desenvolvidos na obra de 1859 teriam análises resumidas em *O Capital*, que lá estariam desenvolvidas, e vice-versa. Não é o caso para a segunda edição, e principalmente, a partir da terceira edição. O argumento se encontra totalmente reformulado, principalmente no referente às manifestações da forma valor. Por isso, ao reorganizar o texto, Marx (1972) novamente se ocupou de Bailey na quarta edição, contudo, de uma maneira muito lateral; talvez até mesmo como uma consequência direta das conclusões derivadas da análise dos limites de Bailey como um analista do problema da forma valor.

O problema aparece quando o autor descreve consequências teóricas a partir de seus exemplos de manifestação de valor. Marx (1972) parte de uma manifestação básica de valor, sem a presença ainda desenvolvida do dinheiro: 40 varas de linho valem 2

casacos. Aqui, pelo fato de a mercadoria casaco desempenhar o papel do equivalente, é o valor de troca casaco, que, quando confrontado com o linho, oferece o seu corpo como valor à primeira. Ou seja, que uma determinada quantidade de linho valha alguma quantidade de outra mercadoria, o casaco. O casaco atua aqui como o meio de expressão, até mesmo como a magnitude do valor, medida em casacos. A dimensão mais imediata e superficial do problema, é que traz Marx (1972), novamente, ao diálogo com Bailey. Essa dimensão ele, e os economistas que se ocuparam com a forma valor, teriam analisado.

A concepção superficial desse fato, de que o equivalente na equação de valor sempre possui apenas a forma de uma quantidade simples de alguma coisa, de um valor de uso, foi por Bailey, como por vários de seus predecessores e sucessores, transposta erroneamente como sendo a expressão de valor de uma relação puramente quantitativa (MARX, 1972, p. 70).

Como resultado, esses economistas não produziram nenhum resultado que fosse capaz de iniciar o entendimento da polaridade existente no interior de uma mercadoria entre seu valor de uso e valor de troca. Entendem que os dois polos existem, mas não manifestam qual é a qualidade dessa polaridade que ali está contida. Ou seja, não demonstram que a primeira propriedade, que emerge da análise da forma equivalente, seria a de que o valor de uso é tomado para a expressão de valor da outra mercadoria, o seu contrário nessa mesma expressão. Valor de troca sempre é servido por e expresso através de um valor de uso.

A próxima aparição de Bailey, em *O Capital*, acontece quando Marx (1972) procura analisar a forma valor desdobrada relativa. O que torna essa forma específica em relação a todas as demais é o simples fato de que agora o valor de uma mercadoria – apenas uma – é expressa em inúmeros outros exemplares do mundo das mercadorias. Todos os corpos das outras mercadorias se tornarão meio de expressão de seu valor, pelo processo descrito no parágrafo anterior, ou seja, pela transmutação de todos e cada um de seus valores de uso em meios de expressão do valor das demais mercadorias, constituindo assim inúmeros valores de troca desta mercadoria que fora originalmente destacada. “Todos os outros corpos das mercadorias se tornam espelho do valor do linho” (MARX, 1972, p. 77). É por isso que o valor de troca tem uma natureza múltipla e variada, porque ele pode se representar, a cada vez, nos corpos de infinitas mercadorias. Pode-se falar em valor-casaco do linho, valor-cereal do linho, à medida em que se representa o valor do linho nessas mercadorias específicas, constituindo seus valores de troca específicos. Essa tese dos valores de troca específicos já é constante na *Dissertation* de Bailey (1825) e é mencionada, parcialmente, por Marx (1972) em *O Capital*. No antigo texto de Economia Política, pode-se ler que,

O valor de cada mercadoria, denotando sua relação de troca com alguma outra mercadoria, podemos dela falar como valor-dinheiro, valor-cereal, valor-tecido de acordo com a mercadoria com a qual é comparada; e portanto, existem milhares de diferentes tipos de valor, de tantos tipos de valor quantos tipos de mercadoria existirem, e todas são igualmente reais e igualmente nominais [...] valor sempre implica valor em alguma coisa (BAILEY, 1925, p. 39).

A questão é que, a partir dessa notável sagacidade por parte do autor inglês, de ter sido capaz de decompor a forma valor, em notar que ela é multivariada, porque ela seria a expressão do valor, e como o valor pode ser expresso em tantas quantas mercadorias existirem, o autor extrapola a medida ao afirmar que valor sempre implica valor em alguma coisa. Para Bailey, portanto, aquela primeira suposição de Marx (1972) que mencionamos existir desde a edição primeira de *O Capital*, qual seja, da possibilidade ou não, que Marx cogita, de existir um valor intrínseco à mercadoria, seria imediatamente descartada pelo pensador inglês. Se valor é sempre valor em alguma coisa, confirmar-se-ia a cogitação inicial de Marx (1867, 1972) a qual ele não levou a cabo, utilizando-a somente como uma posição retórica para contradizê-la, mas que em Bailey seria efetiva: valor intrínseco seria uma *contradictio in adjecto*. Além do mais, a partir do momento em que Bailey afirma que valor implica sempre valor em alguma coisa, ele está, mais uma vez, se posicionando contra Ricardo. E a isso, Marx (1972, p. 77) o reprova explicitamente porque Bailey “pretende, através dessa indicação sobre as multivariadas expressões relativas do mesmo valor das mercadorias, ter destruído toda a definição conceitual do valor”. O que ficou demonstrado, pela leitura dos manuscritos e das obras anteriores, que não se trata de uma tentativa justa porque superficializa o problema, retirando do valor qualquer dimensão social, retirando que o fato de que uma mercadoria seja qualitativamente valor, e o tenha quantitativamente, pela condição de constituído por parte da alíquota geral de trabalho da humanidade a um dado tempo.

Porém, Marx (1972) reconhece o estardalhaço causado pela obra de Bailey no que se refere à crítica a Ricardo; que, relembremos, em partes foi acolhida positivamente por Marx nas *Teorias da mais-valia*. Bailey teria sido capaz de,

Apesar de sua visão estreita, ter sondado significativas máculas da teoria de Ricardo, o que seria provado pelo ímpeto com o qual a escola ricardiana o atacou, por exemplo, na ‘Westminster Review’” (MARX, 1972, p. 77).

É na teoria do fetichismo da mercadoria, contudo, que Bailey faz sua principal aparição em *O Capital*. Sem a intenção de adiantar nenhum argumento a esta altura, mas talvez, seja sintomático esse fato com relação à própria apreciação que Rubin (1972) tem de *O Capital*. Como veremos adiante, para o autor, o principal problema da Crítica da

Economia Política, é o fetichismo da mercadoria⁴². Marx (1972) oferece um especial destaque a Bailey nos trechos de sua obra em que discute esse fenômeno. Por isso, possivelmente, como vai se ver quando tratarmos dos argumentos rubinianos, haja um destaque tão determinante de Bailey como interlocutor de Marx no problema da forma valor.

A apreciação de Rubin (1972) a respeito do fetichismo da mercadoria nos será útil para compreender a função que Bailey cumpre na subseção que trata do tema em *O Capital*. Deve-se adiantar que não é aqui, ainda, o momento em que vamos comentar a concepção que Rubin tem acerca do impacto da obra de Bailey em Marx. A teoria do fetichismo conforme Rubin (1972) tem a grande vantagem de ser muito mais objetiva em relação à maioria das versões que tratam do tema. Mesmo não dispondo de inúmeros manuscritos de Marx que viriam a ser conhecidos somente depois – e talvez mesmo por isso. Basta lembrar aqui a crítica (não destituída de polêmica) de Heinrich (2014) ao problema da *Entfremdung*⁴³, em que não concorda com a busca de parentesco entre essa categoria de 1844 e o fetichismo da mercadoria em *O Capital*⁴⁴. Rubin (1972) observa o fetichismo como um fenômeno objetivo e derivado das determinações mais basilares do modo de produção capitalista, em sua objetividade, sem elementos de ordem moral.

Por não ser objeto desse trabalho, de maneira específica, a questão do fetichismo da mercadoria, nos limitaremos a elucidar os seus elementos mais simples e objetivos. Questões derivadas de debates, onde já se correu muita tinta na literatura, não serão levantadas, nem as especificidades e decorrências possíveis. Nesse sentido, nossa abordagem será quase próxima à de Rubin (1972). Não no aspecto onde esse indica que por si a teoria do fetichismo seria a base de toda a teoria de *O Capital*. Mas, simplesmente, no fato de que, para Rubin (1972), as propriedades do fetichismo emergem da estrutura objetiva do modo de produção capitalista, e é nessa esfera, a econômica, onde entendemos que suas consequências práticas mais importantes emergem. O efeito que o fetichismo da mercadoria tem sobre a Economia Política, por isso, não é casual. É justamente o fato de ser uma determinação prioritariamente econômica que faz do fetichismo um problema para os autores da Economia Política. Pelo fato de alguns, como Bailey, se apegarem

⁴² “A teoria do fetichismo é, por si, a base de todo o sistema econômico de Marx, e em particular da sua teoria do valor” (RUBIN, 1972, p. 5).

⁴³ Evitamos traduzir o termo *Entfremdung* pelo fato de existir uma longa querela na literatura brasileira sobre se o termo mais adequado no português seria alienação, estranhamento ou mesmo exteriorização. Sem nenhum prejuízo à discussão, e também por não tomarmos partido nesse particular, mantivemos o termo como se encontra. Particularmente curiosa, aqui, é a crítica de Michael Heinrich: “Sem o conhecimento dos Manuscritos Econômico-Filosóficos dificilmente alguém chegaria à ideia de procurar em *O Capital* uma teoria da *Entfremdung*” (HEINRICH, 2014, p. 143).

⁴⁴ Como o fariam, por exemplo, Mészáros (2005), Netto (1981) e Konder (2009).

excessivamente à imediaticidade da vida prática, e como o fetichismo está objetivamente presente nessa camada da vida social, é que os autores se tornam, por assim dizer, vítimas de uma concepção fetichista. Nada tendo a ver, necessariamente, com traços morais ou com intenções prévias dos autores que porventura se encontrem nessa situação.

Um importante, entre tantos outros, traços que distinguem o modo de produção capitalista, perante as demais formas de se organizar a produção social, seria, para Rubin (1972), o fato de que nesse tipo de economia, os gerentes da produção das mercadorias e os seus organizadores atuam de forma independente. Ou seja, não há a formação de um plano social que irá orientar a produção individual de cada uma dessas unidades produtivas. A sua produção independente implica que cada unidade básica atuará segundo critérios e estimativas próprias, o que torna, como esperado, o resultado social bastante imprevisível. O fato de se ampliar e de se aprofundar os métodos de mensuração interna, de pesquisa de mercado, de propaganda, até os dias atuais, não se demonstrou como uma solução sólida para esse problema. O planejamento interno, individual, não suplanta o problema da anarquia geral de mercado. Isso porque por mais que essas técnicas se desenvolvam, o fundamento último da decisão continua se situando no interior dessas unidades, e não na articulação entre elas. Desse modo, a produção, não é, portanto, gerenciada pela sociedade (RUBIN, 1972).

E o problema está justamente no fato de que a produção não é orientada pela sociedade como um todo. Em última instância, qualquer produção individual é orientada para a sociedade. É orientada a satisfazer alguma demanda existente nessa, de modo que cada produtor individual possa ter validado socialmente o valor de sua produção, e a partir disso acumular capital, ou no mínimo, garantir a sua reprodução individual. Essa sua orientação para a sociedade não deriva de nenhuma prédica moral ou de alguma natureza altruísta dos produtores de mercadoria. Deriva do fato que todos eles são firmemente conectados por um sistema de divisão do trabalho, um “organismo produtivo” (RUBIN, 1972, p. 7). O fato de que se trata a sociedade como um organismo produtivo assentado na divisão do trabalho, significa, da forma mais imediata possível, que cada produtor individual não é capaz de satisfazer individualmente a todas as suas necessidades. Ele deve validar socialmente a sua mercadoria para que possa trocar o retorno, por ela obtido em sua venda, por outras mercadorias que possam satisfazer suas necessidades individuais, ou se se pensar em reprodução ampliada no modo de produção capitalista – dar continuidade à sua acumulação.

Vê-se, portanto, que é pela troca que a conexão social irá se revelar. Certamente que o fato de um indivíduo se especializar em uma determinada ordem de mercadorias

significa que há aí, já nesse passo, uma determinação social. Contudo, essa é de caráter mais geral. Em caráter mais específico, no sentido da reprodução cotidiana do modo de produção capitalista, a socialidade de cada produção individual terá de ser constantemente validada, a cada ciclo reprodutivo, no ambiente das trocas no mercado. A conexão ali irá se construir entre os indivíduos que produzem: ali eles saberão se a mercadoria por eles produzida⁴⁵ atende ou não a alguma necessidade social e ali será validada como valor. Ali é que eles conhecerão a determinação quantitativa do valor de suas mercadorias, porque, como se sabe, ela é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um tipo de mercadoria, e um produtor, no máximo, conhece o tempo que ele individualmente gasta para produzir essa mercadoria. Não conhece, portanto, a priori, a força produtiva média da sociedade para a produção daquele tipo de mercadoria.

A influência de cada produtor no mercado, como afirma Rubin (1972), é muito pequena. Ela apenas produz efeitos segundo as alíquotas de bens postos e retirados no mercado por cada produtor. Portanto, o valor só será efetivamente conhecido no momento em que a mercadoria for levada ao mercado, porque é aí que vão se encontrar, se realizar e se validar os inúmeros planos individuais postos em prática no processo de produção. É somente aí que o valor efetivo de uma mercadoria será ditado, e a partir disso é que a sociedade demonstra existir um controle indireto, parcialmente e com sérios limites, da produção social, da sua circulação etc. Ao final das contas, pelo menos em parte, pode-se dizer que Sweezy (1986) tem alguma razão ao afirmar que o valor é o que regula a produção capitalista – por mais que seu argumento seja criticado por estender ao valor o papel de ser o mecanismo de equilíbrio na economia. Um processo que claramente, desse modo, escapa ao controle do indivíduo.

Por isso, afirma Rubin (1972, p. 8):

por causa da estrutura atomística da sociedade das mercadorias, por causa da ausência de uma regulação social direta da atividade de trabalho dos membros da sociedade, as conexões entre firmas individuais, autônomas, privadas, é realizada e mantida através das mercadorias, coisas, produtos do trabalho.

O fato de serem mantidas através de objetos, ainda que seu substrato último, continue sendo social, o impacto que isso tem sobre o economista político que eventualmente se apegue excessivamente à aparência prática já pode ser previsto: ele terá uma concepção que vê relações sociais entre coisas, e relações reificadas⁴⁶ entre pessoas.

⁴⁵ Vale lembrar que força de trabalho também é uma mercadoria produzida.

⁴⁶ Termo utilizado sem nenhuma vinculação à teoria lukacsiana da reificação (LUKÁCS, 2003). Sem desconsiderar seu valor, poderíamos se não fosse termo consagrado pela literatura que o sucedeu, no contexto da nossa discussão, ser substituído sem prejuízos, por “objetificadas”.

O que, ao final, é a fórmula consagrada por Marx (1972) para indicar a que se resume o fetichismo da mercadoria, se fosse possível dar-lhe uma definição sumária.

Esse fenômeno é oriundo diretamente das condições sociais de produção acima indicados. E, é a partir dessa noção da objetividade que o problema ganha contornos de outras cores: o fato de os indivíduos estarem atomizados, e de sua relação se mediar através coisas, é o que parece conferir a essas coisas propriedades sociais. Mas, além disso, existe o fato de que um indivíduo depende sempre do outro em uma sociedade estruturada economicamente segundo os moldes do modo de produção capitalista. Ou seja, o fato de serem dependentes uns dos outros e não serem capazes de dominar essas relações, que só podem manifestar através de coisas, é o que confere grande importância ao fenômeno. A sua reprodução individual passa a ser determinada por relações que eles não controlam, e com as quais contribuem muito minimamente. Isso, porque como afirmado antes, "a troca e a equalização das coisas no mercado criam uma conexão social entre os produtores de mercadorias e unificam a atividade laboral das pessoas" (RUBIN, 1972, p. 10). Nesse aspecto, se pudermos aqui marcar posição, estamos de acordo com a proposição de Heinrich (2014), segundo a qual a *Entfremdung* dos Manuscritos de 1844 não possui relação direta com o fetichismo da mercadoria. Aquela se trata de uma espécie de "perda" de capacidades humanas que seriam típicas do homem grego da pólis. A teoria do fetichismo em nada se refere a nenhuma perda de uma potência existente. Trata-se apenas do mecanismo mais imediato de reprodução individual em meio a uma dependência mútua, e que os indivíduos são incapazes de dominar essas relações sociais pelo caráter atomístico que origina elas próprias. Esse fato, em consequência, afeta aos economistas políticos, e Bailey, como veremos brevemente, é o exemplar típico escolhido por Marx (1972).

Para concluir acerca da objetividade do fetichismo da mercadoria, Rubin (1972) se atenta para os efeitos recíprocos que dialeticamente afetam a própria estrutura originária desse fetichismo. "A circulação das coisas - ao nível que eles adquirem propriedades sociais específicas de valor e dinheiro - não apenas expressam as relações de produção entre os homens, mas as criam" (RUBIN, 1972 p. 10-11). Ou seja, todas essas categorias que nascem justamente do fato de os indivíduos realizarem sua produção de maneira privada e relativamente autônoma, o valor, e principalmente o dinheiro, são expressões das relações de produção da forma em que indicamos a sua objetividade. Agora, porém, essas próprias relações, ou manifestações, passam a criar outras relações, de uma maneira tal que os laços sociais originários se tornam cada vez mais difíceis de serem visualizados. O dinheiro ou o capital não adquire essas propriedades obscuras por

conta de suas propriedades naturais, como afirma Rubin (1972). Essas propriedades naturais, contudo, são determinantes para a formação de tipos de dinheiro-mercadoria. Contudo, as coisas adquirem propriedades efetivas no modo de produção capitalista, por causa das relações sociais de produção que subjazem a cada ato econômico. É por elas que se revela, por vias tortuosas, a socialidade de cada ato individual de produção. Daí a origem de coisas aparentemente simbólicas. E, daí também a conclusão de Rubin (1972, p. 11): “Portanto, as relações sociais de produção não são apenas simbolizadas por coisas, mas são realizadas por coisas”.

A isso, pode-se adicionar que, como afirma Marx (1972) o modo de produção capitalista é o menos transparente de todos até aqui existentes.⁴⁷ Marx (1972) demonstra que pelo fato de o comunismo primitivo, a sociedade antiga, e até mesmo o feudalismo, terem sua produção orientada pela comunidade ou por um soberano as torna mais simples. Não há categorias que parecem se superpor os indivíduos sem que eles saibam de sua origem. A origem, nessas sociedades, dos planos de produção, encontra-se nas ordens pessoais ou comunitárias que se impõem aos indivíduos. No modo de produção capitalista, a nível formal, não existe algo semelhante, não há um plano social que todos conheçam e operem sobre. E, considerando a análise do ponto de vista das classes, o fetichismo afeta indiferentemente a todas as frações de classe existentes nessa sociedade, porque todas elas, em última instância dependem que sua reprodução seja possibilitada materialmente por essa sociedade organizada atomisticamente.

Em uma tal sociedade, estruturada dessa maneira, é que existe a imposição, de maneira prática, de se tratar, ainda na prática, as relações sociais como reificadas, e submeter-se a elas sob a pena do perecimento. Afinal, o fato de serem reificadas não faz delas menos verdadeiras. A sua reificação é apenas o modo de manifestação de sua objetividade sensível, inescapável. Tudo isso é terreno fértil para que estudiosos de um tal tipo de economia, possam se prender a essa aparência necessária, e a partir desse apego, promover enunciados que não fazem mais do que causar confusão entre o que é social e o que é objetivamente independente. Por isso, Marx (1972) em seu modo peculiar de citar, quando por vezes cita um determinado trecho de autor, não para concordar ou fundamentar o seu pensamento, nem para criticá-lo, mas apenas para mostrar uma

⁴⁷ Essa obscuridade não é por si só um defeito ou motivo para crítica. Não é disso que se trata. Trata-se apenas de que, a produção, estruturada da forma que é, não se revela do modo mais imediato ao pesquisador. Isso implica que um sério esforço de reflexão é necessário, para além do mero contentar-se com relatos ao nível da superficialidade. Sociedades mais simples podem ser conhecidas de uma maneira mais eficiente, a partir de relatos superficiais, do que as sociedades onde predomina o modo de produção capitalista.

determinada concepção superficial possível quando se considera algumas características da sociedade em abstrato, conclui o subcapítulo sobre o fetichismo da mercadoria com um diálogo com Bailey.

Depois de tratar de toda essa dificuldade em se apreender as relações econômicas como relações sociais, Marx (1972) cita Bailey porque esse autor tem uma concepção que é, da maneira mais evidente, fetichista. E, uma vez que, como vimos na análise dos manuscritos anteriores, Marx (1972) teria suposto que Bailey plagiou o autor anônimo de *Observations on certain verbal disputes in Political Economy*. Esse autor anônimo também encontra repercussão aqui. Marx (1972) conclui sua discussão sobre o fetichismo com os dois pensadores, citando desse modo peculiar, anteriormente referido: “Valor [Valor de troca – Karl Marx] é uma propriedade das coisas, riqueza [valor de uso] [é um atributo – E.R] do homem. Valor nesse sentido necessariamente implica trocas, a riqueza não” (ANÔNIMO, 1821 apud MARX, 1972, p. 97). E com Bailey: “riqueza é um atributo do homem, valor é o atributo das mercadorias. Um homem ou uma comunidade são ricos, uma pérola ou um diamante é valiosa [...] Uma pérola ou um diamante é valiosa como uma pérola ou um diamante” (BAILEY, 1825 apud MARX, 1972, p. 97).

Contra isso, Marx (1972) afirma que até hoje, nenhum químico teria descoberto nas coisas o valor de troca. E por outro lado, como Marx (1972) trata a riqueza como um atributo do valor de uso, afirma que os descobridores econômicos dessa substância, acreditam encontrar esse mesmo valor de uso de modo independente de suas propriedades objetivas. “O que eles aqui constataam é a curiosa circunstância, que o valor de uso das coisas se realiza para as pessoas sem a troca, portanto, na relação direta entre coisa e homem” (MARX, 1972, p. 98). De outro lado, do lado do valor, também surge a curiosa circunstância de que “o seu valor, ao contrário, apenas na troca, ou seja, em um processo social” (ibidem). Ou seja, o valor se fosse um atributo da coisa, não dependeria de troca para se realizar. Estaria na própria pérola ou diamante. E a riqueza, não seria atributo do homem: seria a relação deste com o valor de uso que depende diretamente do corpo da mercadoria. Não existe o valor de uso (riqueza) sem o corpo da mercadoria. É por isso que Marx considera Bailey, e por extensão o escritor anônimo de *Observations*, como os autores mais tipicamente afetados teoricamente pelo fetichismo da mercadoria, que opera de maneira prática e cotidiana na sociedade. Daí sua analogia literária que analisaria características sociais de um modo análogo a Bailey com o valor: a passagem na qual Dogberry, personagem shakespeariano, de *Much ado about nothing* ensina ao Vigilante Seacoal: “Ser um homem de boa aparência é uma dádiva das circunstâncias, mas saber ler e escrever vem da natureza” (SHAKESPEARE apud MARX, 1972, p. 98).

Nos livros II e III de *O Capital*, encontra-se também passagens que se referem a Bailey. Contudo, nenhuma delas com o alcance da análise do autor como economista político típico diante do fetichismo da mercadoria, e também sem novidades quanto ao relativismo de Bailey no que se refere à teoria do valor; tudo isso já consta largamente da análise dos manuscritos e textos anteriores, sem significativas mudanças.

4.6 ENSAIOS SOBRE A TEORIA DO VALOR DE MARX – RUBIN (1972)

Certamente, o comentarista ou continuador da Crítica da Economia Política que doou mais atenção ao problema Bailey-Marx foi Rubin (1972). O economista russo, como dito anteriormente, oferecia uma interpretação a respeito da obra de Marx muito particular: para Rubin (1972) o problema basilar da Crítica da Economia Política seria o fetichismo da mercadoria. Se se considera esse o problema basilar, imediatamente liga-se à questão da constante incapacidade dos indivíduos de possuírem pleno domínio de todas as consequências de suas ações na esfera produtiva. As categorias passam a apresentar algo que como uma vida própria, de um modo tal que as relações sociais somente podem se expressar como relação entre coisas. Foi discutido, ainda, anteriormente, como, na opinião de Rubin (1972), esse processo é puramente decorrente da objetividade do modo de produção capitalista. O problema do fetichismo da mercadoria possui uma forte conexão com a questão da forma valor, porque essa é, em seus efeitos práticos, a manifestação mais aparente da questão da incapacidade de os indivíduos dominarem as consequências de suas decisões produtivas. Decisões essas que graças a um complexo sistema de divisão do trabalho, os torna mutuamente dependentes; tudo isso embasado sobre uma condição onde a anarquia de mercado é algo evidente. Se a forma valor é um componente importante onde o problema se manifesta, os indivíduos não conhecem exatamente o valor daquilo que produzem, e, por conseguinte, não sabem seu preço com certeza até que a validação social de seus trabalhos ocorra no mercado. Se isso é o que Rubin (1972) entende como o problema fundamental da Crítica da Economia Política, espera-se, portanto, que o autor devote algum nível de atenção à temática da forma valor.

Para Rubin (1972, p. 107), portanto, “o ‘valor’ do produto apenas pode aparecer no seu ‘valor de troca’, ou mais precisamente, nos seus diferentes valores de troca”. Porém, emerge, um problema fundamental, que é a razão do porquê ter sido necessário que se diferenciasse o valor em relação ao valor de troca. Por que Marx, pergunta-se Rubin, teria considerado necessária realizar essa separação, e analisar as duas categorias

do valor de forma separada? De acordo com Rubin (1972) nem sempre teria sido assim. Segundo o economista russo, em *Para Crítica da Economia Política*, Marx ainda não havia distinguido de maneira clara valor e valor de troca. Nessa obra, Marx teria, ainda segundo Rubin (1972), iniciado sua análise com o valor de uso, e então movido para o valor de troca, e passado diretamente a tratar do valor – ainda sem ser capaz de nomeá-lo simplesmente como valor, de modo claramente separado, mas mantendo a denominação valor de troca. Segundo Rubin (1972) o problema tem uma dimensão completamente diferente em *O Capital*, onde essa diferença seria marcada de maneira muito mais clara e precisa.

Aqui, contudo, é preciso adicionar uma certa nuance aos argumentos de Rubin (1972). Como afirmamos anteriormente, na quarta edição de *O Capital*, que se tornou a edição base para a publicação na forma em que a conhecemos, essa diferença apontada por Rubin é, de fato, notória. Está presente a todo tempo, e de modo claro, na exposição de *O Capital*. Entretanto, não era o caso na primeira edição. Como apontamos anteriormente, não só o texto de 1867 guarda uma relação muito mais próxima com *Para Crítica da Economia Política*, de 1859, como também, naquilo que desenvolve, mantém em parte os pressupostos anteriores. Tanto que Marx, no prefácio à primeira edição, como é de amplo conhecimento, afirmou que as duas obras seriam, entre si, complementares. Porém, no que respeita à busca por essa clara separação entre valor e valor de troca, ela não é algo que se apresentava com clareza a Marx, porque ele trata as categorias de forma sinônima ao longo do texto. Isso é evidenciado no texto porque lá encontra-se a seguinte afirmação quando o problema do valor existente na mercadoria – isto é, distinto do valor expresso como valor de troca – é introduzido. Afirma Marx, de maneira explícita: “quando nós, doravante, utilizarmos a palavra ‘valor’ sem nenhuma outra determinação, então tratar-se-á sempre de valor de troca” (MARX, 1867, p. 4). A separação só começa a ter mais clareza a partir da segunda edição de *O Capital*, tomando forma mais definitiva em sua terceira. É possível que Rubin (1972), à época da escrita dos seus ensaios sobre a teoria do valor em Marx, não tenha tido acesso aos fac-símiles do texto original, ou mesmo, não tenha se colocado como objeto de pesquisa o encontrar dessa genealogia da questão – o que é legítimo, visto que o que mais importa são as versões definitivas das obras.

Tanto na primeira, quanto na quarta edição, encontra-se, contudo, uma intuição do autor que pode existir essa distinção, e ela se manifesta quando ele se pergunta, ao analisar as expressões do valor, como sendo aparentemente tão acidentais e fortuitas, que a existência de um conteúdo mais rígido em seu interior que determinasse a relação de

valor, fosse uma contradição. Na quarta edição esse conteúdo será o valor, apresentado em separado. Na primeira, continua sendo o valor de troca. Porém, mais importante, é que havia alguma ideia existente, inicialmente, e que seria posteriormente desdobrada. A razão da colocação dessa questão, não obstante, é o que nos importa aqui. E para Rubin (1972), Marx teria colocado esse problema em função de um oponente teórico específico. E, afirma o economista russo, nomeando esse oponente: “Samuel Bailey, que sustentava que o conceito de valor seria completamente desnecessário na Economia Política, e que se deveria restringir-se à observação e à análise das proporções nas quais vários bens são trocados” (RUBIN, 1972, p. 108).

Rubin (1972) possivelmente foi o primeiro autor a destacar e a oferecer esse peso de Bailey no interior da Crítica da Economia Política. Se Marx teria como referência, ao escrever sua teoria da forma valor, o pensamento baileyano, e se a forma valor é uma parte fundamental de sua teoria da mercadoria, e por consequência do modo de produção capitalista, significa que, em última instância, Rubin considera Bailey como um dos principais autores a partir dos quais – ainda que em oposição – Marx constrói sua Crítica da Economia Política. Apesar de conferir a ele essa importância, Rubin (1972) resume da seguinte maneira a construção teórica do autor da *Critical Dissertation*: “Bailey, que foi melhor sucedido em sua superficialidade do que na sua espirituosa crítica de Ricardo, tentou enfraquecer as fundações da teoria do valor trabalho” (RUBIN, 1972, p. 108). O autor também reproduz passagens das *Teorias da mais-valia*, acima indicadas, onde Marx afirma que um importante serviço prestado por Bailey à Economia Política teria sido o de revelar a existência de uma confusão entre um padrão ou medida de valor – preferencialmente constante – com o intento de inviabilizar à existência do próprio valor (RUBIN, 1972, p. 126). Não por acaso, como vimos anteriormente, umas das vias para se tentar atacar a teoria do valor trabalho, utilizada por Bailey, foi precisamente a de tentar provar a inexistência de uma medida constante de valor de modo a tentar concluir, como consequência, a falta de necessidade da própria teoria do valor trabalho.

Evidentemente que a apropriação de Bailey deve caminhar para além da sua mera intenção de impor um relativismo em geral. Rubin (1972) faz uma avaliação desse tipo sobre o economista inglês. Na verdade, não se trata da pura negação do valor trabalho, mas da identificação do valor, em si mesmo, com a sua própria expressão. Bailey negou o “conceito de valor como um conceito que difere do valor relativo de um dado produto em um dado ato de troca” (RUBIN, 1972, p. 108). Essa frase, embora tenha sido idêntica à apropriação principal que Marx efetuou de Bailey, é preciso que se diga, que o autor inglês nem sempre é consistente o suficiente para que se diga que essa seja a única via

para a interpretação do que entende o autor por valor. Como conclusão de seu trabalho, sem dúvida que a principal constatação a ser feita é que ele identifica a expressão do valor com seu conteúdo. Essa identificação é a demonstração, antes, de uma coincidência existente entre o valor que uma mercadoria expressa e o seu valor, que é a estima que uma determinada comunidade possui sobre uma mercadoria. Entretanto, fica patente a não consistência, não só por oscilar entre ter uma teoria do valor baseada na estima e outra dada apenas pela expressão dos valores – que pode ou não coincidir com a primeira. O autor ainda tem como uma de suas concepções mais marcantes aquela que afirma que riqueza é atributo do homem e valor atributo das coisas. Contradizendo, inclusive, sua teoria psicológica que fundamenta que o valor afirme algo como a existência de uma identificação entre a experiência sensorial e a própria coisa. Ou seja, se um objeto é valioso, ele é por si mesmo, então pouco importa a estima que projetamos sobre ele – o que é a sua base fundamental inicial do valor, que pouco a pouco abandona ao longo da sua *Critical Dissertation*. E lembremos, Bailey conclui o seu trabalho propondo uma teoria multicausal do valor, porque a busca por uma causa única seria simplificar demasiadamente um objeto complexo.

Essa teoria do valor de Bailey é demonstrada por Rubin (1972), a partir da reprodução do experimento mental realizado pelo economista político inglês, que já foi apresentado acima. O fato de que para Bailey seria impossível dizer, por exemplo, que o valor de uma mercadoria A tenha permanecido constante, enquanto o da mercadoria B tenha se duplicado, de modo que a troca de A por B, agora renda menos B em troca de uma quantidade fixa de A. Para a Economia Política Clássica seria razoável a ideia de que apenas o valor de uma das mercadorias tenha se alterado, enquanto a outra sofreu variação em seu valor. Como Bailey identifica, afirma Rubin, o valor com a expressão, basta que a taxa de troca entre uma mercadoria e outra tenha se alterado, para o que o valor de ambas tenha se alterado, já que o valor consiste precisamente nessa expressão. Portanto, bastaria a variação do valor de uma mercadoria em todo o mundo das mercadorias para afirmar que o valor de todas elas tenha variado, porque em algum momento elas são comensuráveis com aquela única que teve o seu valor individual alterado – se é que seria possível falar em valor individual.

Segundo Rubin (1972), e aqui é o que mais nos interessa, Marx teria desenvolvido uma concepção de que o valor de troca não pode ser entendido se não for reduzido a um fator comum a ambas as mercadorias presentes em um ato de troca, qual seja, o valor. Como afirmamos antes, e é preciso que isso seja mantido, isso deve ser afirmado apenas a partir da segunda edição de *O Capital*, quando Marx faz mudanças significativas na sua

exposição do capítulo sobre a mercadoria. Na primeira edição, além de, como já termos afirmado anteriormente, existir uma identificação explícita de valor e valor de troca, por mais que houvesse a intuição da necessidade da concepção em separado das suas duas instâncias, há também uma expressão utilizada nem sempre com o máximo rigor, de “valor relativo” (MARX, 1867). E, ainda de acordo com Rubin (1972), esse esforço marxiano teria sido feito com a intenção de rechaçar a teoria baileyana do valor. Na seção II do capítulo sobre a mercadoria, afirma Rubin (1972), Marx teria passado do problema da descoberta do conteúdo do valor como diferente da sua expressão em valor de troca, para o próprio problema do valor, a análise do seu conteúdo e sua determinação quantitativa com base no tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Ainda de acordo com o economista russo, Marx teria utilizado desse capítulo para demonstrar a imprecisão de Bailey a respeito da possibilidade de confinar a análise do valor à sua mera expressão (RUBIN, 1972).

De acordo com o mesmo autor, o fato de Bailey ter tentado demonstrar que não há outra categoria de valor que não o valor de troca, ou seja, sua expressão, seria decorrente de uma unilateralidade ricardiana. Para Rubin (1972), por isso, Marx teria tomado para si duas tarefas: 1) deveria demonstrar que existe um valor sob o valor de troca; e 2) provar que a análise do valor, necessariamente, tem que levar a diferentes formas de manifestação, que seriam os valores de troca. A primeira dimensão dessa tarefa já foi discutida aqui anteriormente. Marx tinha desde a primeira edição de *O Capital* uma forte desconfiança da existência de um conteúdo que fosse diferente da mera expressão do valor. O fato de as mercadorias, todas elas, serem comensuráveis entre si é o que teria sido o sinal utilizado para o autor para investigar e expor a natureza do problema.

Já o segundo ponto dessa dupla tarefa atribuída a Marx por Rubin (1972) é a mais polêmica. Trata-se do problema da prova da existência do valor, da sua associação ao tempo de trabalho socialmente necessário e por consequência da necessidade de que esse valor tem de forçosamente se manifestar sob a forma de valor de troca. De alguma forma, se se realizar uma leitura atenta das partes II e III do capítulo sobre a mercadoria de *O Capital*, seria possível indicar a existência de uma tentativa implícita de se provar a existência do valor, como seria a sugestão de Rubin (1972). Contudo, em momento algum se pode fazer a partir da forma valor acidental ou simples: ou seja, apenas duas mercadorias, apenas a partir de uma visão mais generalizada da expressão do valor. Desde a análise da única coisa comum existente entre as mercadorias, ou seja, o fato de serem produtos de trabalho – o que também, deve ser dito, não é a única coisa comum, como pretende Marx (1972), podendo haver outras coisas em comum, como o mero fato de

serem objetos, independentemente de produzidos por trabalho ou não, portanto, sendo uma abstração controlada, e não uma abstração absoluta. Ao fazer a constatação de serem meros repositórios de trabalho, trabalho em geral, Marx (1972) procura demonstrar a socialidade da existência do valor; ou seja, as mercadorias somente são valores porque são parte do trabalho em geral existente na sociedade, particularizado e devotado a essa ou àquela mercadoria. E, finalmente, chega-se ao problema das expressões do valor, desde a forma acidental até a forma dinheiro. Esse percurso, dessas demonstrações aí contidas, e a busca pela análise da forma, não seriam um mecanismo de se tentar provar a existência de conteúdo comum, ou seja, o valor das mercadorias?

Michael Heinrich (2012) considera que Marx não estaria interessado, em absoluto em uma tal prova. Portanto, ele não estaria interessado em ter "estabelecido, sem sombra de dúvidas, que o trabalho e nada mais fosse subjacente ao valor de uma mercadoria" (HEINRICH, 2012, p. 45). Para substanciar a questão, de forma a negar o interesse na existência das provas, Heinrich (2012) cita uma parte do seguinte trecho presente em uma carta de Marx a Kugelmann, datada de 11 de julho de 1868:

O camarada infeliz não vê que, que não havia, em absoluto, nenhum capítulo sobre o 'valor' no meu livro, a análise que eu ofereci das relações reais conteria a prova e a demonstração da relação real de valor. A querela sobre a necessidade de se provar o conceito de valor surge apenas da completa ignorância tanto a respeito do assunto em discussão e o método da ciência. Toda criança sabe que qualquer nação que parasse de trabalhar, não por um ano, mas, digamos, por apenas algumas semanas, pereceria. E qualquer criança sabe, também, que as quantidades de produtos que correspondem aos distintos montantes de necessidade, demandam montantes distintos e quantitativamente determinados do trabalho agregado da sociedade. É auto evidente que a necessidade de distribuição do trabalho social em proporções específicas, certamente, não é abolida pela forma específica da produção social; ela pode apenas mudar a sua forma de manifestação. Leis naturais não podem, em absoluto, ser abolidas. A única coisa que pode mudar, sob condições historicamente diferenciáveis, é a forma na qual essas leis se impõem. E a forma na qual essa distribuição proporcional do trabalho se impõe em uma sociedade na qual a interconexão do trabalho social se expressa como troca privada de produtos individuais de trabalho, é precisamente o valor de troca desses produtos. (MARX, 2010, p. 68).

Cabe afirmar duas coisas a respeito, não de modo conclusivo, evidentemente, mas apenas para fundamentar a questão: 1) Heinrich (2012) não cita a primeira frase desse parágrafo. Ali Marx está discutindo a análise de um autor que comentou *O Capital* no periódico *Centralblatt*, conforme a grafia da época. Marx afirma que por mais que não exista uma análise sobre o valor em separado, existem provas da relação real do valor ao longo do texto, pela descoberta das conexões existentes entre as diversas categorias do modo de produção capitalista; 2) considerando que Marx (2010) considera ainda como importante a ideia de provas, se não para categorias em abstrato, como seria o valor, mas para o conjunto da análise, ele próprio, de fato, considera desnecessária a busca por provar

o conceito do valor, porque qualquer criança saberia que se uma nação para de trabalhar ela está condenada a perecer. Talvez, em tempos contemporâneos, não nos seja lícito confiar que toda criança tem a exata noção da questão, e com isso dispensar qualquer necessidade de tentativa de prova, mesmo porque a teoria econômica predominante do valor não considera o trabalho como originário do seu fundamento.

Mas, o problema é mais amplo do que esse. Não bastaria provar a natureza do conteúdo, segundo as tarefas que Rubin (1972) visualizou no intento de Marx. Ele deveria também provar que “a análise do valor leva necessariamente a diferentes formas da sua manifestação, ao valor de troca” (RUBIN, 1972, p. 109). Aliás, esse é um tema polêmico inclusive no interior da literatura presente da Crítica da Economia Política. A análise da forma valor, explicitando principalmente a sua dimensão qualitativa, seria algo, segundo o próprio Marx (1972), que receberia na sua própria obra, o seu tratamento pioneiro⁴⁸. Se Rubin (1972), de fato, atribui ao diálogo com Bailey a preocupação de Marx no que se refere à forma valor e ao valor de troca como forma necessária de manifestação do valor, tem-se uma conclusão significativa. O diálogo do crítico da Economia Política com o economista inglês teria aberto, desse modo, um campo ainda não resolvido, nem pelo próprio pensador alemão, nem pelos autores contemporâneos: a questão dessa necessidade de expressão do valor pela forma valor. Ponto que veremos discutido nas considerações finais desse trabalho.

Finalmente, Rubin (1972) avalia, de modo geral, não somente as questões particulares, mas o contexto no qual Marx teria recebido o pensador inglês em sua teoria. Bailey e a Economia Política Clássica se situariam em dois polos separados no problema da análise do valor. Marx, segundo a visão de Rubin (1972), colheria os problemas postos por ambos, e as limitações de suas explicações, promovendo uma síntese, que não é apenas derivada das questões recebidas, mas também por encaixar os seus problemas em sua teoria já construída. Assim expõe o economista russo o problema da síntese:

Reprovando Bailey por limitar sua análise ao aspecto quantitativo do valor de troca e por ignorar o valor, Marx observa que, a escola clássica, de outro lado, ignorou a ‘forma valor’ embora tenha submetido à análise o próprio valor, ou seja, o conteúdo do valor, sua dependência do trabalho. (RUBIN, 113, p. 172).

⁴⁸ “Todo mundo sabe, mesmo que não saiba nada além disso, que as mercadorias possuem uma forma valor comum que contrasta sobremaneira com as suas formas naturais variadas dos seus valores de uso: a forma dinheiro. Nesse ponto, deve-se realizar o que nunca sequer foi tentado pela Economia burguesa: demonstrar a gênese dessa forma dinheiro; portanto, traçar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, da sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece, ao mesmo tempo, o enigma do dinheiro.” (MARX, 1972, p. 62).

4.7 KOJIN KARATANI (2003)

A presença de Bailey na Crítica da Economia Política não se constituiu em um debate permanente no qual, de tempos em tempos, pudessem ser encontrados novos desenvolvimentos. Existem diversas menções de Bailey ao longo do século XX em diversas obras publicadas, sem, contudo, que novas questões significativas, não apresentadas por Rubin (1972), tivessem sido incorporadas à discussão. Há menções à leitura de Bailey por Marx em Dobb (1937), Rosdolsky (2004), originalmente de 1968, e Screpanti (1993), por exemplo. Brentel (1989), também como exemplo, prossegue um caminho bastante próximo àquele orientado pelas *Teorias da Mais-Valia* – procedimento que inegavelmente também orientou a escrita da presente dissertação. Brentel (1989) trata de forma mais firme apenas as referências explícitas de Marx ao economista político inglês, embora se mostrasse conhecedor da obra econômica de Isaak Rubin. Seu expediente é o de tomar a crítica de Marx a Bailey como a crítica típica a uma teoria subjetiva do valor. Para fazê-lo, percorre as seguintes etapas: 1) analisa a queda do ricardianismo e sua substituição por uma teoria subjetivista do valor; 2) a crítica de Bailey a Ricardo; 3) a identificação de valor e preço por Bailey, seu fetichismo; 4) o tratamento do valor por Bailey como uma quantidade sem qualidade.

Em termos de novidade, o que não necessariamente implica profundidade ou qualidade superior, é mais significativa a análise de Karatani (2003). A obra do autor japonês tem como procedimento um caminho pouco ortodoxo: a realização de uma leitura de Kant através de Marx, e Marx através de Kant. Esse procedimento, chamado pelo autor de transcrítica, é o que oferece a tônica de todo o livro. Seria esse procedimento que revelaria as peculiaridades da crítica de ambos os autores, como eles se revelariam nesse diálogo induzido. A análise que Karatani (2003) faz sobre a crítica de Marx a Bailey, é feita pelas lentes kantianas a todo o tempo, porque é parte da transcrítica enunciada pelo autor. Essa tonalidade da transcrítica também marca a acepção por Karatani (2003) do próprio procedimento efetuado por Marx como crítico da Economia Política: ele também a teria realizado em diversos momentos da sua carreira. De acordo com Karatani (2003), em sua tese de doutorado, por exemplo, de 1841, quando analisou as diferenças das filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro, Marx teria realizado, de acordo com o autor japonês, uma transcrítica Demócrito-Epicuro-Aristóteles. No campo econômico, mesmo em sua obra madura, a ser realizada décadas depois, a transcrítica ainda seria parte do procedimento marxiano, segundo Karatani (2003): mais do que isso, *O Capital* seria o resultado da transcrítica realizada por Marx com os economistas políticos que o

antecederam. Nesse sentido, Karatani (2003) tem o mesmo argumento, adaptado à sua visão, da discussão final por nós apresentada sobre a visão de Rubin (1972), oferecendo um peso significativo à leitura de Bailey por Marx.

A teoria da forma valor na abertura de *O Capital* é iniciada pela séria reflexão por Marx da crítica de Bailey à teoria do valor trabalho de Ricardo. Portanto, *O Capital* deveria ser lido não apenas na sua diferença para com Ricardo, mas também para com Bailey, o verdadeiro (ainda que frequentemente não reconhecido) originador da economia neoclássica. O interstício entre eles foi um dos mais significativos estágios para a transcrítica de Marx (KARATANI, 2003, 162).

Na visão de Karatani (2003), portanto, o que teria inspirado Marx a analisar a forma valor teria sido a crítica de Bailey contra Ricardo: a de que o valor é apenas a expressão contemporânea de duas quantidades de mercadorias que se trocam, em oposição à imanência existente no pensamento ricardiano. Essa crítica já tivemos oportunidade de discutir anteriormente, de modo que não cabe aqui, mais uma vez, repeti-la. O que interessa aqui é que, para Karatani (2003), ao constatar essa crítica, pode-se encontrar mais elementos de uma transcrítica realizada por Marx entre os dois autores, em um paralelo que colocaria Bailey e Ricardo diante de Hume e Kant. A diferença entre Ricardo e Bailey, para Karatani (2003), se situaria no fato de que o primeiro estaria no patamar do dogmatismo (ou racionalismo), e o segundo se encontraria no campo do ceticismo (empirismo). Da mesma forma que o dogmatismo de Kant teria sido confrontado pelo empiricismo de Hume, também com o conhecimento do pensamento de Bailey, Marx teria despertado de uma fase inteiramente dependente do pensamento ricardiano.

Esse, certamente, foi o caso em determinada etapa de sua concepção de mundo. Na sua crítica a Proudhon, em *Miséria da filosofia*, Marx (2009) se apresenta como inteiramente tributário da análise de Ricardo ao opô-la à doutrina econômica do anarquista francês. Toda a teoria do valor, que ali foi exposta pela primeira vez por Marx, é inteiramente ricardiana, sem novos desenvolvimentos. Mais do que isso, em uma determinada etapa histórica do século XIX, todo o campo socialista que se pretendia minimamente científico era inteiramente tributário do pensamento ricardiano. Segundo Engels (2009), não foi antes da publicação de *O Capital* que essa predominância teria sido superada no campo progressista.

O socialismo moderno, qualquer que seja a sua tendência, na medida em que arranca da economia política burguesa, subscreve, quase sem exceções, a teoria do valor de Ricardo. Dos dois postulados estabelecidos por Ricardo, em 1817, nas primeiras páginas dos seus *Principles*. 1) o valor de toda mercadoria é determinado única e exclusivamente pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la; 2) o produto de todo trabalho social é dividido entre três classes: os proprietários fundiários (renda), os capitalista (lucro) e os operários (salário) –, desses dois postulados, a partir de 1821 na Inglaterra, extraíram-se deduções

socialistas e com um vigor e decisão tais que essa literatura, hoje quase esquecida e em grande parte recuperada por Marx, não foi superada até a publicação d'O Capital (ENGELS, 2009, p. 197).

Marx, portanto, segundo Karatani (2003, p. 195) teria extraído desse confronto acima referido, a ideia da forma valor, “a mágica que torna dinheiro os produtos e mercadorias”. A interpretação da superação do ricardianismo por Marx, para Karatani (2003), parte do fato que, se para Ricardo o valor de troca seria algo inerente às próprias mercadorias, não poderia resultar senão que o dinheiro fosse uma ilusão. A proposição dos socialistas ricardianos que daí derivava, era que a alternativa do dinheiro-trabalho fosse inserido na sociedade, de modo a tornar as trocas mais “justas”. Marx (1973), pelo menos desde os *Grundrisse*, demonstra-se bastante avesso a essa ideia. Mas, permaneceria, por um longo tempo, confinado aos limites da teoria do valor trabalho ricardiana. Apenas com o confronto com Bailey, e sua afirmação de que o valor apenas existe na sua expressão, na troca de mercadorias, afirma Karatani (2003, p. 196) que a teoria do valor trabalho que pressupunha ter seu conteúdo no interior das mercadorias, deveria ser considerada apenas como uma ilusão, e desse modo, “a teoria do valor de Marx foi forjada para ser transcendental”.

Essa transcendentalidade, para o autor, se manifestaria no fato de que, contrariamente à Economia Política Clássica, Marx não poderia mais ver o valor como algo puramente contido no interior da mercadoria. Isso seria negar que o valor possui uma característica marcadamente social. Mas, também, de outro lado, não poderia cair nem no ceticismo, nem no fetichismo baileyanos. Ceticismo porque o autor não acredita que exista qualquer valor que não se manifeste imediatamente na troca. E fetichismo porque ele atribui às próprias coisas o adjetivo de valiosos ou não; por mais que essas duas instâncias possam se contradizer. A questão, portanto, torna-se complicada. Marx não pode aceitar nem um, nem outro polo. A solução por ele encontrada foi a exploração da forma valor. A forma valor é possivelmente o grande desafio da explicação da mercadoria realizada por Marx. Tem como objetivo explicar o porquê de as mercadorias, em uma sociedade onde os produtores são independentes, terem de, necessariamente, encontrar como caminho de sua expressão a forma valor, sendo uma delas o dinheiro. Deve explicar também uma complicada dialética da singularidade de uma determinada mercadoria e o caráter de seu valor ser social. Como resolver o problema, se o valor não é inerente à própria coisa? Resolver esse enigma é simultaneamente resolver o enigma do dinheiro que assombrou – e assombra – a Economia Política. Nas considerações finais retornaremos ao problema: essa via também, como recordamos, foi aberta por Rubin

(1972), e Karatani (2003) também a toma, mas por uma outra maneira, inteiramente diversa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar a conexão entre dois autores ou teorias é sempre um desafio, especialmente quando se leva em conta a potencial heterogeneidade que pode existir entre ambos. Esse é o caso da relação entre Marx e Bailey. Dois autores profundamente diferentes entre si, e que, não obstante, Marx, autor posterior, teria sido capaz de aproveitar algumas questões trazidas pelo economista político inglês. Isso demonstra os caminhos tortuosos que a ciência pode percorrer, e pode mesmo nos dar lições sobre como o economista deve atuar na produção de teoria contemporânea. Seu desafio é sempre o de ser capaz de caminhar pela via do meio, evitando os caminhos do ecletismo, que pode corroer qualquer coerência teórica, e evitando o sectarismo, que torna uma teoria absolutamente fechada em si mesmo, minando oportunidades para o desenvolvimento de sua explicação sobre o mundo. Marx, como se viu, não adotou nenhum dos dois caminhos. Isso não significa concordar aceitar teses acriticamente, mas reconhecer que, mesmo que superficiais, se as respostas podem ser rejeitadas, as questões que as orientam sempre são válidas. Afinal, são as perguntas que abrem potencialidades de conhecimento.

O que procuramos fazer nesse trabalho foi tentar expor a posição de Bailey na história. Mostramos que ele era parte do movimento da dissolução do ricardianismo, ocorrida no segundo quarto do século XIX. Procuramos mostrar que isso justifica, em grande medida, o formato e o conteúdo que a sua teoria haveria de tomar. Sua obra é uma reação ao ricardianismo, e um ataque direto ao patrono não intencional dessa corrente de pensamento. O diálogo de Bailey com Ricardo, onde o primeiro faz oposição ao segundo, é o que fez com que Bailey rechaçasse na maior parte de sua teoria qualquer afirmação contudística de valor. Por isso, sua teoria, forçosamente, deveria tomar um caráter mais superficial. Contudo, essa superficialidade não impediu que o autor propusesse interessantes questões que poderiam ser aproveitadas pela Economia Política e por sua Crítica. Se a essência sempre tem de encontrar uma forma de se manifestar na aparência, essa mesma aparência tem que oferecer os caminhos para a compreensão das conexões internas dos processos econômicos. Estudar a aparência é também importante, porque ela não possui uma posição menos real, na existência, com relação aos fenômenos essenciais.

Como para Bailey, a questão da expressão do valor se tornou muito mais importante, ele pôs em cena algumas perguntas e sugestões que puderam em alguma medida servir ao progresso da ciência, especialmente para uma análise do valor de troca. Talvez não concordemos com Schumpeter (1954), quando este diz que a obra de Bailey seria uma obra prima ou um modelo de crítica econômica. A exposição mais específica

do pensamento econômico do autor inglês deve ter deixado clara certa prolixidade e oscilação do autor em torno de temas que seriam unificantes em seu pensamento. Porém, mesmo que não tenha entrado no panteão da Economia Política, segundo consagram os manuais de história do pensamento econômico, Bailey não deve ter sua importância subestimada. Particularmente, não deve ser subestimada a sua importância para a Crítica da Economia Política.

Como se viu no quarto capítulo dessa dissertação, não foi pequeno o diálogo que Marx travou com Bailey. A análise da teoria do autor inglês pelo autor alemão prosseguiu, pelo menos de 1857-58 até as reformulações das novas edições de *O Capital*, durante a década de 1870. Em um tal espaço de tempo, como Marx modificava seu pensamento progressivamente, também modificou a sua apreciação com relação ao economista político inglês.

Nos *Grundrisse*, de 1857-58, obra na qual constava uma leitura quase passiva da teoria do dinheiro de Bailey, Marx recebia favoravelmente o pensamento desse autor, e usava-o como parte de seu próprio argumento contra Nassau Senior.

Nos textos escritos quase que conjuntamente, *Teorias da mais-valia*, de 1862-63 e o *Manuscrito Econômico de 1861-63*, Marx já tem um diálogo completamente diferente com Bailey. No texto iniciado em 1861, Marx começa a dar corpo a uma teoria, ainda que não muito além da intuição, do fetichismo da mercadoria e da forma valor. Reconhece uma série de méritos de Bailey, como por exemplo, de ter sido o primeiro autor a destacar a função medida de valor possuída pelo dinheiro como independente da estabilidade de seu próprio valor ao longo do tempo. Reconhece também, nesse texto, a capacidade de Bailey em ter tratado de uma forma, relativamente sistemática, a questão da expressão dos valores. Critica-o, contudo, em sua própria formulação ainda inicial de fetichismo de mercadoria, quando começa a detectar em Bailey sinais de que esse autor, em virtude de suas preocupações teóricas excessivamente imediatistas, tem por característica uma certa tendência a se ligar a fatos demasiadamente aparentes, e por isso, entende as relações sociais como relações entre coisas: “valor é uma relação entre duas mercadorias”, detectaria Marx no texto baileyano.

Em *Teorias da Mais-Valia*, datado de 1862-63, o diálogo é significativamente mais longo e muito mais crítico. Se trata de um manuscrito, e ali, Marx exerce o seu direito pessoal, por não se tratarem de notas para publicação, de criticar pesadamente o autor com os mais diversos adjetivos, especialmente quando o pensador inglês o aborrece com o que Marx afirma se tratar pedantismo e sua prolixidade. Contudo, há ali algum reconhecimento também. Marx dá razão a Bailey quando este, ao contrário de Ricardo,

consegue elucidar a diferença entre a medida de valor e o próprio valor. Entretanto, por negar a existência de qualquer conteúdo – pelo menos assim Marx o lê – fica preso à superficialidade do seu argumento. Isso, mesmo considerando que em si mesma a questão da expressão tenha uma grande importância. Porém, nesse texto, Marx pende muito para Ricardo, porque esse autor conseguiu estabelecer conexões importantes acerca do valor com o trabalho, demonstrando, progressivamente importantes determinações quantitativas dessa categoria.

Em *O Capital* esse diálogo terá os mais importantes desdobramentos. Ali, Bailey comparece efetivamente em dois momentos fundamentais: o da forma valor, que seria uma questão que Marx, segundo ele próprio, teria sido o primeiro a tentar justificar qualitativamente o porquê de em sociedades de produtores independentes de mercadorias, estas terem de, forçosamente, ao terem valor conferido pelo fato de serem parte do trabalho total da sociedade, se expressar em valores de troca, onde cada uma das formas valor existentes, seria um mecanismo de expressão.

E de outra parte, Marx elegeu Bailey como o principal representante no pensamento econômico de uma concepção afetada pelo fetichismo da mercadoria que é um fenômeno real, objetivo e presente nas sociedades de produtores independentes de mercadorias. Como na aparência desses tipos de sociedade, e também porque assim devemos conceber na prática cotidiana, as mercadorias parecem dotadas de uma autonomia que escapa individualmente a cada um de seus membros participantes. Elas, de fato, parecem se relacionar entre si: relação social entre coisas. A teoria, com muito esforço, consegue retirar esse véu, porque nas sociedades onde predomina o modo de produção capitalista, os motivos da produção, as razões de preços e outras categorias econômicas não se revelam por si mesmo. Porém, esse desvelar altera os imperativos reais e práticos tanto quanto a descoberta de que o ar pode ser decomposto em vários gases (MARX, 1972). Apenas em sociedades chamadas coletivistas ou onde existe uma autoridade soberana que promove coerção direta sobre os produtores, é que o problema se torna simplificado e as determinações que orientam a produção seriam reveladas por si mesmas. Por se apegar excessivamente à aparência, portanto, Bailey é um autor exemplar de como esse fenômeno prático pode afetar uma concepção teórica. Tanto é o caso, que Bailey atribui o valor às coisas, e o valor de uso ao homem; quando Marx o contrapõe afirmando que o valor de uso depende das propriedades corpóreas das coisas, e que a relação de valor é eminentemente social.

Se não é lícito, de um lado, subestimar a presença de Bailey na trajetória do pensamento econômico de Marx, também não é, de outro, superestimar a presença do

mesmo. Talvez essa tenha sido, até certo nível, a abordagem de Rubin (1972) que apresentamos aqui. Para Rubin, a separação entre valor e valor de troca existente na edição final de *O Capital*, deixada por Marx, teria como adversária, precisamente, a figura de Bailey. Essa separação entre valor e valor de troca, cuja consequência, deveria ser uma análise mais aprofundada da forma valor, teria se originado, afirma Rubin (1972) – que como se viu anteriormente, não por acaso também, coloca o fetichismo da mercadoria como a pedra fundamental da Crítica da Economia Política – tendo em vistas a teoria de Samuel Bailey. Se em alguma medida, isso pode ser constatado, por outro, não se pode deixar de afirmar que Bailey não foi o único a acentuar essa dimensão superficial, porém intrincada, do problema de valor, qual seja de sua expressão. O autor anônimo de *Observations*, de 1821, teria, não somente, comentado o problema da expressão do valor, como também, tinha uma concepção de que o valor pertence às coisas, e a riqueza (valor de uso) ao homem. A similaridade era tamanha que, não apenas Marx em *Teorias da Mais-Valia* o acusou ser plagiador do panfleto anônimo, como também, em 1967, uma edição da *Critical Dissertation* de Bailey, incluiu *Observations* sem maiores explicações sobre autoria (SOWELL, 1970)⁴⁹. Portanto, se Bailey seria o autor alvo que inspirou a teoria da forma valor, também teria esse papel o anônimo autor. Não se pode, ainda, descartar o papel que Torrens (1821) poderia ter tido na formação dessa teoria. Marx conhecia sua obra. E um trecho como o que segue não deixa de ter alguma relação com o problema da expressão do valor, descartando também qualquer essencialismo ou substancialismo, como era típico dos autores mais preocupados com a dimensão mais imediatista da questão. “O termo valor de troca, tem uma referência ao poder e às inclinações daquelas pessoas que possuem artigos de utilidade, e não a qualquer coisa que realmente pertença e seja essencial propriamente a esses.” (TORRENS, 1821, p. 11).

Se Rubin (1972) exagera ou não acerca do papel de Bailey, isso não é, contudo, o mais importante. Bailey foi quem melhor expressou esse conjunto de ideias, e por isso, pelo menos pode ser eleito como seu principal representante. A grande contribuição de Rubin, e por extensão, agora também de Karatani (2003), é a de que os autores viram que ao ter de um lado os argumentos de Bailey, e de outro os da Economia Política Clássica, Marx conseguiu achar o terceiro caminho, e não se preocupou com a questão do valor somente do ponto de vista quantitativo, nem somente do ponto de vista de sua forma ou expressão: Marx observou o problema quantitativa e qualitativamente, do ponto de vista do seu conteúdo e de sua expressão. Do ponto de vista quantitativo e do conteúdo, herdou,

⁴⁹ E, mais uma vez, como constatou Wassina (1991) e o próprio Sowell (1970), *Observations* definitivamente não é um texto de autoria de Bailey.

em grande parte, sua discussão da Economia Clássica. Do ponto de vista da expressão, de Bailey e consortes. Do ponto de vista qualitativo, foi pioneiro. E foi pioneiro também na tarefa, como afirmamos anteriormente, e como ele mesmo se apresentou, de investigar o porquê de as mercadorias terem de necessariamente se apresentar no mercado como formas valor. Ou seja, Rubin (1972) e Karatani (2003), em última instância, descobrem, e com algum grau de confiabilidade, a genealogia de um problema até então inédito na Economia Política, discutido pela primeira vez na constituição da Crítica da Economia Política.

Acerca da questão formal, que teria sido originalmente fundamentada por Marx, poderemos notar que se a literatura concorda que ele teria sido o primeiro a ter posto o problema, não necessariamente teria resolvido a questão. Segundo Backhaus (1997), Marx colocou como consequência a problemática da questão que indaga o porquê desse conteúdo – a medida do tempo de trabalho – assumir a forma valor, e se expressar somente através dela. Entretanto, de acordo com o mesmo autor, Marx mesmo não foi capaz de responder de modo satisfatório a essa questão. Backhaus (1997, p. 43) questiona como

O valor é superado [*aufgehoben*] no valor de troca e no preço – porque e de que modo o valor suprassume-se no valor de troca e no preço à maneira do seu ‘ser-outro’? A mim me parece que no modo de exposição de O Capital de modo algum o principal motivo compreensivo da análise formal do valor de Marx se faz transparente [...]. A mediação deficiente entre substância e forma valor já salta aos olhos porque há uma ruptura demonstrável no desenvolvimento do valor: a passagem da segunda para a terceira parte do primeiro capítulo não é claramente uma transição necessária.

Vieira (2012) reconhece essa dificuldade do texto original marxiano, mas oferece uma outra explicação, que caminha no sentido do entendimento de que Marx teria, pelo menos, encaminhado bem a questão. Para a autora não tratar-se-ia de uma insuficiência da passagem de uma seção a outra do texto ou de uma insuficiente proximidade entre a obra de Hegel e a de Marx. Para ela, a dificuldade existe no fato de que Marx representa as categorias em uma ordem lógica inversa: “a trama de categorias que não foram descobertas senão por meio de uma pesquisa genético-histórica” (VIEIRA, 2012, p. 334). A dificuldade estaria, de acordo com a pesquisadora, portanto, no fato de que se deve explicar essas categorias partindo precisamente da “abstração delas próprias” (ibid., p. 334). Assim, a “exposição de Marx se apresenta em uma ordem invertida com relação à ordem do desenvolvimento histórico” (ibid., p. 334).

De qualquer maneira, esse debate não se encontra resolvido. Algumas escolas de pensamento se dividem no problema, e uma série de questões derivam daí, como por exemplo: se a teoria do valor de Marx seria substancialista, ou seja, se o valor viria antes do dinheiro, ou se o dinheiro viria antes do valor, de modo que seria, em última instância,

uma teoria monetária do valor? A primeira versão é representada pelo marxismo tradicional e pela “Nova Crítica do Valor”. A segunda pela “Nova Leitura de Marx”. Esse debate prossegue contemporaneamente e pelo menos uma coisa pode ser afirmada: sua genealogia se reporta, pelo menos em parte, a Bailey e consortes, sem que contudo seja lícito aclamar com sentido fatalista de que sem o diálogo com esses autores, o tema não teria sido possível. A história sempre tem muitos caminhos abertos cujas consequências sempre remetem para além da imediaticidade das escolhas e dos fatos singularizados. Entretanto, em retrospectiva apenas um desses caminhos foi percorrido.

REFERÊNCIAS

- BACKHAUS, Hans-Georg. **Dialektik der Wertform**: Untersuchungen zur marxschen Ökonomiekritik. Freiburg: Ça Ira Verlag, 1997.
- BAILEY, Samuel. **A critical dissertation on the nature, measures, and causes of value**: chiefly in reference to the writings of Mr. Ricardo and his followers. London: R. Hunter, 1825.
- BAILEY, Samuel. **Money and its vicissitudes in value as they affect national industry and pecuniary contracts**: with a postscript on joint-stock banks. London: Effingham Wilson, Royal Exchange, 1837.
- BRENTEL, Helmut. **Soziale Form und ökonomisches Objekt**: Studien zum Gegenstands- und Methodenverständnis der Kritik der politischen Ökonomie. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1989.
- COTRIM, Vera. **Trabalho, conhecimento, valor**: Marx frente a uma contradição atual. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo, 2015.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de Economia Política Clássica**. Tese (Livre Docência) – UNICAMP, Campinas, 1990.
- DE QUINCEY, Thomas. Dialogues of three templars on political economy: chiefly in relation to the principles of Mr. Ricardo. *In*: DE QUINCEY, Thomas. **Works**. Edinburgh: Adam & Charles Black, 1863. v. 4.
- DOBB, Maurice. **Political economy and capitalism**. London: Routledge, 1937.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ENGELS, Friedrich. Prefácio à primeira edição alemã. *In*: MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria, do sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Cultural, 2009.
- FEIJÓ, Ricardo: **História do pensamento econômico**: de Lao Zi a Robert Lucas. São Paulo: Atlas, 2007.
- HEINRICH, Michael. **An Introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital**. New York: Monthly Review Press, 2004.
- HEINRICH, Michael. **Die Wissenschaft vom Wert**: Die marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2014.
- HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. **History of economic thought**: a critical perspective. London/New York: M.E. Sharpe, 2011.
- KARATANI, Kojin. **Transcritique on Kant and Marx**. Cambridge/London: The MIT Press, 2003.
- KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LOCKE, John. **Second treatise of government**. Indianapolis; Cambridge: Hackett Publishing Co., 1980.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEVILLE, Bernard. **The fable of the bees or private vices public benefits**: with an essay on charity and charity schools and a search into the nature of society. London/Edinburgh: Ostell, Lane and Mundell and Son, 1806.

MARX, Karl. **Das Kapital**: Kritik der politischen Oekonomie. Buch I: Der Produktionsprozess des Kapitals. Erstausgabe. Hamburg: Verlag von Otto Meissner, 1867.

MARX, Karl. Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie. Buch I: Der Produktionsprozeß des Kapitals. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Bd. 23. Berlin: Dietz Verlag, 1990.

MARX, Karl. **Grundrisse**: foundations of the critique of Political Economy: rough draft. London: Penguin Books, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. t. 1.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1985a. v. 3.

MARX, Karl. Para crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. **Para crítica da Economia Política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl. Ökonomisches Manuskript 1861-1863. Teil I. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Berlin: Dietz Verlag, 1990. Bd. 43.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria, do sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Collected works**. London: Lawrence & Wishart, 2010. v. 43.

MARXHAUSEN, Thomas. Marx' Untersuchung der "Auflösung der ricardoschen Schule". In: BAUERMANN, Rolf et al. **Arbeitsblätter zur Marx-Engels-Forschung**. Halle (Saale): Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg, 1984.

MÉSZÁROS, István. **Marx's theory of alienation**. London: Merlin Press, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAUNER, Robert M. **Samuel Bailey and the classical theory of value**. Cambridge: Harvard University Press, 1961.

RICARDO, David. On the principles of political economy and taxation. *In*: SRAFFA, Piero; DOBB, Maurice. **The works and correspondence of David Ricardo**. Indianapolis: Liberty Fund, 2004. v. 1.

RICARDO, David. An Essay on the Influence of a low Price of Corn on the Profits of Stock. *In*: SRAFFA, Piero; DOBB, Maurice. **The works and correspondence of David Ricardo**. Indianapolis: Liberty Fund, 2004b. v. 1.

RONCAGLIA, Alessandro. **The wealth of ideas: a history of economic thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ROSDOLSKY, Roman. **Génesis y estructura de el capital de Marx**. México, D.F.: Siglo XXI, 2004.

RUBIN, Isaak Illich. **Essays on Marx's theory of value**. Detroit: Black & Red, 1972.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **History of economic analysis**. London: Routledge, 1954.

SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the history of economic thought**. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. Sraffa after Marx: a new interpretation. *In*: **Review of Political Economy**, v. 5, n. 1, p. 1-21, 1993.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. New York: Random House, 1937.

SOWELL, Thomas. Samuel Bailey revisited. *In*: **Economica: New Series**, v. 37, n. 148, 1970.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

TORRENS, Robert. **An essay on the production of wealth: with an appendix in which the principles of political economy are applied to the actual circumstances of this country**. London: Longman, Hurst, Rees, Ohme and Brown, 1821.

VIEIRA, Zaira Rodrigues. **Catégories et méthode dans la théorie de la valeur de Marx: sur la dialectique**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Université Paris Ouest, Nanterre la Défense, 2012.

WASSINA, Ljudmila. Zur Autorschaft Baileys. *In*: **Marx-Engels-Jahrbuch**. Berlin: IML Moskau und das Berliner-Institut für Geschichte der Arbeiterbewegung, 1991. v. 13.